

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA, INICIADA NO DIA 3 DE DEZEMBRO E CONTINUADA NO DIA 17 DE DEZEMBRO DE 2002 E 7 DE JANEIRO DE 2003.** -----

----- **ACTA NÚMERO DEZOITO** -----

----- No dia 7 de Janeiro de 2003, reuniu na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, a Assembleia Municipal de Lisboa, sob a presidência do Primeiro Secretário, Excelentíssimo Senhor José Manuel Rosa do Egípto, no impedimento do Presidente efectivo, Excelentíssimo Senhor Dr. João António Gonçalves do Amaral, coadjuvado pelas Excelentíssimas Senhoras Dona Maria Virgínia Laranjeiro Estorninho e Dona Deolinda Carvalho Machado, respectivamente Primeira e Segunda Secretárias. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Abílio Martins Ferreira, Álvaro António de Vasconcelos, Álvaro Manuel Ferreira Costa Flor, Ana Bela Burt Magro Pires Marques, Ana Maria Conceição Gonçalves, Ana Sara Cavalheiro Alves de Brito, Aníbal Jorge Dias, António Alfredo Delgado Silva Preto, António Augusto Pereira, António da Conceição Tavares, António Joaquim Costa Cunha, António José Amaral Ferreira de Lemos, António Manuel Dias Baptista, António Manuel de Sousa Ferreira Pereira, António Modesto Fernandes Navarro, António da Silva, Armando Dias Estácio, Artur Santos Madeira, Bruno Filipe Esteves Medina Rolo, Carlos Alberto de Carvalho Alves Correia, Carlos Alberto Rodrigues dos Santos, Carlos Filipe Marques Lima, Carlos Manuel Marques da Silva, David Rua de Castro, Diana Sofia Almeida Barroso Soares, Domingos Alves Pires, Fernando Luís Magalhães Silva, Fernando Manuel Dionísio Saraiva, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Fernando Pereira Duarte, Fernando Pinto Trindade, Francisco David Carvalho da Silva Dias, Francisco José da Silva Oliveira, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Carlos Santos Pessoa e Costa, João de Deus Gomes Pires, João Jofre da Fonseca Costa, João Pedro Saldanha Serra, Joaquim António de Oliveira, Joaquim António Canelhas Granadeiro, Joaquim José Miranda Sarmiento, Joaquim Maria Fernandes Marques, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Jorge Manuel Rocha Ferreira, José das Neves Godinho, José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalhosa, José Gonçalves Levita, José Luís Teixeira Ferreira, José Manuel Afonso Possidónio, José Manuel Cal Gonçalves, José Maria Ribeiro Rodrigues, José Maria Valente, José Rui Roque, Lourenço Ramos Bernardino, Luís Ângelo da Silva Campos, Manuel Albino Rodrigues, Manuel Fernando Dias de Almeida, Manuel Nuno da Costa Estorninho, Maria de Lurdes Jesus Pinheiro, Maria de Lurdes Teixeira Queiroz, Maria Eulália Gomes Frazão, Maria da Graça Barata Niny Mexia, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luísa Rodrigues Neves Vicente Mendes, Martinho José Baptista, Nelson Pinto Antunes, Nuno Roque, Orlando Bento Antunes Claro, Paulo Alexandre da Silva Quaresma, Paulo Manuel Bernardes Moreira, Pedro Manuel Bastos Rodrigues Soares, Pedro Manuel Portugal Botelho Gaspar, Ramiro Nelson Cardoso Silva, Ricardo Posser de Andrade Chaves, Rodrigo

Maria Santos Mello Gonçalves, Rodrigo Jorge de Moctezuma Seabra Pinto Leite, Rogério da Silva e Sousa, Rosa Maria Carvalho da Silva, Rui Manuel Pessanha da Silva, Rui Paulo Silva Soeiro Figueiredo, Rui Pereira Caeiro, Sérgio Lipari Garcia Pinto, Valdemar António Fernandes de Abreu Salgado, Victor Manuel Pereira Gonçalves, Vítor Manuel Alves Agostinho, António Manuel Pimenta Prôa, Sérgio Rui Lopes Cintra, Rui Manuel Santos Matos Alves, António Manuel Passos Rapoula, João Gordo Martins, Maria Cândida Rio Freitas Cavaleiro Madeira, Ana Maria Lopes Páscoa Baptista, Ana Cristina Martinho Ferreira da Costa, Vasco Luís Almeida Antunes, Nelson Miguel Rodrigues Coelho, Luís Branco da Silva, José Dimas Bernardes Salsinha, Maria Carolina Mealha Tito de Morais Oliveira, João Manuel de Sousa Santos Reis, Eduardo Manuel Vieira Pereira Marques. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Álvaro Roque Pinho Bissaia Barreto, António Sérgio Vaz Rei Manso Pinheiro, João António Gonçalves do Amaral, Manuel Mendes Nobre Gusmão. -----

----- Pediram suspensão do mandato, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Bacelar Gouveia (PSD), por 60 dias, sendo substituído pelo Deputado Municipal Luís Branco da Silva. -----

----- Rui Gomes da Silva (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nelson Miguel Rodrigues Coelho. -----

----- Francisco Martins (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal José Salsinha. -----

----- António Borges de Carvalho (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal António Prôa. -----

----- Feliciano David (PCP), por dois dias, sendo substituído pelo Deputado Municipal Eduardo Marques. -----

----- Susana Silvestre (PCP), por cinco dias, sendo substituída pela Deputada Municipal Ana Maria Lopes Páscoa Baptista. -----

----- Nuno Baltazar Mendes (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Carolina Tito de Morais. -----

----- Luísa Sabino (PS), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Ana Cristina Costa. -----

----- Miguel Coelho (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Vasco Antunes. -----

----- Anacoreta Correia (CDS-PP), por um dia, sendo substituído pelo Deputado Municipal António Passos Rapoula. -----

----- Ferreira de Lemos (CDS-PP), por um dia, sendo substituído pelo Deputado Municipal Pedro Miguel Alves Amaro. -----

----- Isabel Castro (PEV), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal João Gordo Martins. -----

----- Foram justificadas as faltas e admitidas as substituições dos seguintes Deputados Municipais, Presidentes de Junta de Freguesia: -----

----- Alberto Bento (PS), Presidente da Junta de Freguesia das Mercês, por Sérgio Rui Lopes Cintra. -----

----- Ermelinda Brito (PS), Presidente da Junta de Freguesia de São Cristóvão e São Lourenço, por Rui Manuel Santos Matos Alves. -----

----- Justificaram faltas os seguintes Deputados Municipais: -----

----- António Tavares (PSD), relativamente à reunião realizada no dias 17 de Dezembro de 2002. -----

----- Graça Mexia (PCP), relativamente à reunião realizada no dia 17 de Dezembro de 2002. -----

----- Às 15 horas e 45 minutos, constatada a existência de *quorum*, o **Senhor Presidente em exercício**, declarou aberta a reunião informando que era a terceira da Sessão Ordinária iniciada no dia 3 do passado mês de Dezembro, de cuja Ordem de Trabalhos restavam para discussão e votação os pontos 13 e 14 referentes à proposta 51/2002. -----

----- **CONTINUAÇÃO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO 13 – PROPOSTA 751/2002 – APROVAR O PLANO DE ACTIVIDADES DO MUNICÍPIO DE LISBOA PARA O ANO 2003, AO ABRIGO DA ALÍNEA B) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- **PONTO 14 – PROPOSTA 751/2002– APROVAR O ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE LISBOA PARA O ANO 2003, AO ABRIGO DA ALÍNEA B) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA -----

----- “GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O QUADRIÉNIO 2003/06 ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE LISBOA PARA O ANO DE 2003. -----

----- Considerando que é competência da Câmara Municipal a elaboração das propostas das grandes opções do plano e do orçamento para o Município, de acordo com a alínea c) do n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção introduzida pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro e ainda do disposto no parágrafo 1 do ponto 2.3 do Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro (POCAL); ---

----- Tenho a honra de propor, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5A/ 2002 de 11 de Janeiro, que a Câmara Municipal de Lisboa delibere: -----

----- Aprovar as propostas das Grandes Opções do Plano e do Orçamento para o Município e submetê-las à Assembleia Municipal de Lisboa, para que esta delibere, nos termos previstos na alínea b) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção introduzida pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro.” -----

----- (Os aludidos documentos, que devido à sua extensão não se reproduzem na acta, ficam devidamente arquivados, anexos à proposta, nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal). -----

----- **RECOMENDAÇÃO** -----

----- “1. Considerando que a contribuição autárquica, uma das principais fontes de receita das Câmaras Municipais, é calculada no valor constante do registo predial; -----
----- 2. Considerando que os valores prediais constantes no registo predial não têm qualquer actualização há muitos anos criando gigantescas distorções sobre o real valor desses imóveis; -----
----- 3. Considerando que por motivo dos absurdos valores prediais, o cálculo da contribuição autárquica provoca enormes injustiças sociais; -----
----- A Assembleia Municipal, na sua reunião ordinária de 07 de Janeiro de 2003, decide: -----
----- 1. Solicitar à Assembleia da República, que legisle no sentido da correcção e actualização dos valores prediais, sobre os quais incide o cálculo da contribuição autárquica; -----
----- 2. Solicitar à Associação Nacional de Municípios que sensibilize e pressione os órgãos de soberania no sentido da correcção desta grave injustiça social; -----
----- 3. Solicitar audiências aos grupos parlamentares da Assembleia da República, no sentido de os sensibilizar para a correcção desta forma anómala de cálculo da contribuição autárquica.” -----
----- (Subscrita pelos Deputados Municipais Carlos Marques e Pedro Soares, do Bloco de Esquerda). -----

----- **RECOMENDAÇÃO** -----

----- “Alteração à Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais 2003 -----
----- Considerando que se pretende introduzir, em Janeiro de 2003, uma nova forma de organização dos processos de Licenciamento Urbanístico e de Reabilitação Urbana, com o objectivo de melhorar a tramitação e facilitar a consulta, o manuseamento e reconhecimento do tipo de categoria de processo (Documentos, Urbanização, Edificação, Execução, Reconstrução, Intimações e outros); -----
----- Considerando que se estão a produzir *dossiers* e pastas personalizadas adequadas às necessidades identificadas após o levantamento da situação actual, com as seguintes características: -----
----- - *Dossier* (cores) com rados, plasticização mate, com impressões personalizadas da CML, na capa, na lombada e capa interior, com impressões personalizadas da CML, na capa, na lombada e capa interior, com marcações para colocação de autocolante. Contém no interior uma disquete com etiqueta personalizada dentro de um bolsa; -----
----- - Pasta (cores) com estilete, ilhós, e com impressões personalizadas na capa, lombada e capa interior; -----
----- Considerando que se pretende introduzir este novo modelo em Janeiro de 2003, e proceder à venda dos respectivos *dossiers* e pastas; -----
----- Considerando que se pretende introduzir este novo modelo em Janeiro de 2003, e proceder à venda dos respectivos *dossiers* e pastas; -----
----- Considerando que este novo sistema implica custos adicionais para a CML e que, com a introdução das novas taxas, a CML pretende apenas cobrir estes custos; -----

----- Considerando que o Orçamento está em discussão para aprovação e que faz todo o sentido que a Tabela de Taxas integre, desde já, as taxas supra-mencionadas; -----

----- A Assembleia Municipal, reunida a 2003.01.07, delibera: -----

----- Aprovar a recomendação de inclusão da venda dos dossiers e pastas no Capítulo II Urbanização e Obras – Taxas Diversas, da Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais, com a classificação económica 07.01.99, para o ano de 2003 com o seguinte texto e observações, a submeter a posterior aceitação por parte da Exm^a Câmara. -----

----- Capítulo II – Urbanização e Obras -----

----- Artº 17 Taxas diversas -----

----- 20.1 – Dossiers para instrução de processos (a) Valor c/IVA Incluído 19% - 2.50 Euros -----

----- 20.2 – pastas para instrução de processos – (a) – Valor c/IVA Incluído 19% - 1.50 Euros -----

----- Classificação Económica: CE 07.01.99 -----

----- Observações: -----

----- 1. *Dossier* -----

----- Castanho Claro – Edificação/Reabilitação de Edifícios -----

----- Azul Turquesa – Edificação/Construção Nova -----

----- Branco – Outros -----

----- Rosa – Processos de Reabilitação Urbana -----

----- Amarelo torrado – processos de Conservação -----

----- 2. Pastas -----

----- Amarelo torrado – Execução e pós- execução -----

----- Branco – Outros -----

----- Cinzento – Documentos -----

----- Rosa – Reabilitação Urbana -----

----- Encarnado – Obras coercivas” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Pessanha da Silva, do PSD). -----

----- **O Senhor Presidente em exercício** informou que, conforme decidido em Conferência de Líderes, os dois pontos seriam discutidos em conjunto, fazendo-se, depois, a votação separadamente, e que também, segundo a Conferência de Líderes, a primeira intervenção seria do Presidente da Câmara para apresentação dos documentos, a quem desde já dava a palavra para fazer a apresentação da proposta por um período de dez minutos. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra para apresentação dos documentos, começou por solicitar ao Sr. Presidente em exercício que transmitisse ao Sr. Presidente da Assembleia, Dr. João Amaral, as suas saudações e que tudo no seu processo de recuperação corresse tão bem quanto possível. -----

----- Depois, disse que nesta apresentação do Plano e do Orçamento para 2003, gostaria de dizer à Assembleia Municipal que a Câmara assumia esses documentos, ao contrário do que tinha acontecido com os mesmos documentos para o ano 2002, como um Plano de Actividades em cujas prioridades se reviam, naturalmente. Diria que era

o primeiro Plano de Actividades em que conseguiram, por força das realidades que eram compreensíveis, traduzir nas propostas que apresentavam, de um modo razoável, aquelas posições que transmitiram aos eleitores como devendo constituir as prioridades da acção da Autarquia neste mandato cujo primeiro ano ora terminou. -----

----- E desejava dar nota que o Plano de Actividades para 2002, segundo dados que tinham disponíveis neste momento, embora os fossem discutir noutra ocasião, apresentaria uma taxa de execução superior aos 60% o que consideravam, ele e a Sra. Vereadora das Finanças nomeadamente, uma taxa bastante razoável, mesmo acima do que esperavam tendo em conta aquela que foi a realidade do ano transacto e um ano sequente à realização dum acto eleitoral e a transição de uma equipa executiva como acontecera no Município de Lisboa. -----

----- Mas, procurando não consumir tempo excessivo a esta reunião, deseja dizer que este era o ano em que também se sentiam mais à-vontade para se abalançarem na concretização dessas prioridades, depois dum primeiro ano em que como era natural a quem tinha responsabilidades de gestão cometidas, procuraram traçar as linhas de orientação de orientação do órgão Executivo da Autarquia, de acordo com as directrizes que lhes pareciam capazes e adequadas para a execução do trabalho: reestruturação e reorganização, um processo de auditoria aos serviços, à Câmara, às empresas, que estava em conclusão e cujos resultados seriam divulgados dentro do dias, e que lhes permitiam ter, como referira, o conhecimento exacto da situação do Município e ter os meios, aliás viabilizados pela Assembleia, para desenvolverem esse trabalho. -----

----- Portanto, diria que neste Plano de Actividades procuraram ser prudentes na consignação dos meios necessários à sua execução: a previsão das tarefas, os objectivos e a disponibilização de meios para os prosseguirem, e tendo em conta aquela que foi a execução do ano 2002 e a realidade económica previsível para 2003, a Câmara podia dar-se por satisfeita com a execução de 2002, no campo do orçamento das despesas correntes em que a situação estava perfeitamente controlada, e em que houve poupanças significativas nomeadamente nas verbas de despesas de funcionamento, pois as despesas com o pessoal não dispararam e isso permitia ter uma previsão para 2003, nomeadamente depois da reorganização da Câmara, que contas feitas em relação às receitas estruturais do Município e àquelas que são as suas despesas certas, permitiam uma poupança disponível, para consignar ao Plano de Actividades, de cerca de 120 milhões de euros. -----

----- A Câmara previa verbas para esse mesmo Plano na ordem dos 330 milhões de euros para o ano de 2003, ou seja, havia recursos na ordem dos 200 milhões de euros que teriam que ter a imaginação, a capacidade, diria mesmo nalguns casos o rasgo, para conseguirem juntar àqueles que podiam ser tidos como receitas previsíveis do Município. E dizia que tinham que ter esse rasgo, essa ousadia, essa capacidade, porque era sabido o quadro de constrangimento em que as autarquias se moviam. Na realidade actual da situação portuguesa, não queria comparar a situação do Município de Lisboa, apesar das suas enormes responsabilidades, com outros municípios que

tinham um quadro de receitas próprias absolutamente limitado e que, portanto, apesar de tudo permitiria uma margem de manobra muito menor. -----

----- Mas seria bom que tivessem em linha de conta que a possibilidade que tiveram em anos anteriores de recurso a financiamento, a linhas de crédito, mesmo para cofinanciar projectos que eram importantes para o desenvolvimento de Lisboa como o seriam para o desenvolvimento de outros municípios, estava agora vedada nos termos das normas aprovadas pelo Parlamento. -----

----- Portanto, para além dos financiamentos já contraídos e disponibilizados para continuação ou conclusão dos programas de realojamento e para o cofinanciamento de alguns programas que tinham verbas comunitárias disponíveis, era praticamente nula a margem de manobra do Município nessa matéria. Não queria, aliás, deixar de lembrar que neste momento o passivo da Autarquia era de 584.125.478 euros, ou seja, quase cento e vinte milhões de contos. Este era o passivo da Autarquia num quadro de constrangimento que não impedia e não atenuava as responsabilidades da Câmara no sentido de ir satisfazendo o Serviço da Dívida do Município. Aliás, no ano de 2002, amortizaram 22.768.000 euros. -----

----- Mas voltando ao Plano de Actividades, desejava, em relação aos 330 milhões de euros que lhe estavam consignados, salientar as prioridades que estavam assumidas e que eram públicas. -----

----- Desde logo, para além da continuação das responsabilidades com os compromissos assumidos pelo Município, nomeadamente na área social e ainda com os programas de realojamento, o desenvolvimento do plano de construção de algumas infra-estruturas, bens ou equipamentos que tinham por indispensáveis para a cidade, designadamente na área viária, na área social, na área desportiva, e também a assunção das responsabilidades, como referira, na área do realojamento e, principalmente, na área da reabilitação e recuperação. -----

----- Esse foi o principal compromisso que assumiram e o principal compromisso que traduziram no Plano de Actividades. Os Deputados Municipais certamente teriam já comprovado, até porque tinha sido devidamente salientado, que pelas verbas disponíveis para encetarem os vários processos em curso e os desenvolverem na área da reabilitação e na área da recuperação, principalmente dos bairros sociais, esses seriam eixos fundamentais da actuação da Câmara. -----

----- Tinham a noção que era preciso juntar aos recursos que o Orçamento libertaria para essas prioridades, que pensava serem prioridades de todos nomeadamente face àquela que era a situação cada vez mais degradada do parque edificado da Cidade de Lisboa, nomeadamente nas áreas históricas, fundos que conseguissem captar principalmente junto do sector privado, e fundos que conseguissem libertar e captar pela rentabilização, e nalguns casos alienação, de património municipal. -----

----- Iriam procurar fazer essa reabilitação, e nalguns casos a alienação, de forma regrada, de forma naturalmente sensata em ordem a obter os maiores dividendos possíveis para o Município, sabendo-se, como se sabia, que o sector imobiliário atravessava aquela que poderia ser considerada como uma fase *sui generis*, por alguns chamada bolha do imobiliário, mas como era próprio das bolhas elas poderiam

rebentar a qualquer momento e por razões dificilmente previsíveis. Como era sabido, por razões de situação económica, do nível das taxas de juro e daquelas que eram as expectativas para o novo ano, havia uma reorientação da poupança, em muitos casos para investimentos da actividade imobiliária, que levava a que vários sectores da construção não tivessem ainda sentido os efeitos da contracção que a nível económico se vinha sentindo na generalidade dos países da área de mercado em que Portugal se inseria. -----

----- Portanto, apesar do ano de 2002 se ter traduzido por um aumento de receitas, quer na contribuição autárquica, quer nomeadamente na sisa – na derrama ainda se iria ver porque estavam no acerto final de contas – razoavelmente superior àquilo que era esperado, na elaboração do Plano de Actividades e Orçamento para 2003 foram moderados não tendo previsto, nem pouco mais ou menos, taxas de crescimento equivalentes às verificadas no ano 2002. Pelo contrário, na generalidade das previsões que fizeram, em termos de valores absolutos foram por valores que apresentavam algum decréscimo ou a manutenção próxima dos valores nominais da execução de 2002, portanto os números corrigidos em relação àquele que seria o orçamento de receita. -----

----- Por conseguinte, nesse aspecto era uma previsão prudente, sensata e moderada. Poderiam dizer os Deputados Municipais que era ousada a previsão para a alienação de edifícios ou de fogos municipais, feita no Orçamento para financiar o Plano de Actividades, mas já tinha sido dito no ano passado e assumiam este ano que isso resultaria, principalmente, da alienação, não de património classificado, inventariado ou de edifícios de interesse patrimonial do Município, mas da alienação aos arrendatários de muitos fogos municipais que os actuais inquilinos tinham interesse em comprar, e de cujo registo a Câmara vinha tratando para que depois fosse possível a correspondente transacção. -----

----- Em relação a outros compromissos assumidos, fundamentais, estruturais e permanentes naquilo que eram os encargos do Município com responsabilidade e consciência social, desejava dizer que não havia desvio de orientação, a não ser naquilo que resultava da quase conclusão de processos ou de projectos nos quais o Município assumira responsabilidades financeiras pesadas. -----

----- Aliás, teve ocasião de ver nos comentários feitos àquelas que são as propostas apresentadas pelo Executivo, que era salientado que davam prioridade, no cumprimento daquilo que tinha sido prometido, às áreas da reabilitação e da recuperação, como das infra-estruturas, e que decresciam as áreas da cultura e do desporto e também algumas verbas das áreas sociais. -----

----- E era compreensível, nomeadamente no que dizia respeito à área social onde muitos dos processos de realojamento estavam concluídos, embora não concluídos de todo como era sabido, portanto havendo ainda a necessidade de consignação de receitas para essa finalidade, e na área da cultura o decréscimo que se verificava no Plano de Actividades resultava da conclusão do processo do Teatro S. Luiz e da construção do Teatro Estúdio Mário Viegas, que seria inaugurado no mês de Fevereiro mal estivessem concluídos alguns aspectos que faltavam. -----

----- Por outro lado, outras obras que tinham para lançar nesses sectores, nomeadamente as respeitantes à biblioteca e arquivos municipais, não teriam ainda neste exercício orçamental a tradução, em termos de execução financeira, que tiveram no exercício de 2002 as obras do Teatro S. Luiz que estavam em pleno desenvolvimento e do Teatro Estúdio Mário Viegas. Portanto, aquelas áreas onde se dizia que houve decréscimo de afectação de recursos, eram áreas que tinham essa explicação. -----

----- Mas desejava dizer também, correspondendo, aliás, àquelas que eram as taxas de execução de 2002, que na assistência social, nas responsabilidades para com as escolas, nos compromissos com as Juntas de Freguesia, nas transferências para outras colectividades, onde exactamente as rubricas que apareciam como executadas a 98 ou a 100% no que respeitava ao Orçamento de 2002, eram exactamente estas onde a Autarquia tinha estes compromissos assumidos e os queria manter integralmente em relação ao próximo ano 2003, cumprindo a orientação descentralizadora que era timbre da Autarquia, que foi prosseguida em mandatos anteriores e que o actual Executivo queria honrar, no essencial e apesar desse constrangimento exógeno, mantendo o essencial das verbas, com a correcção resultante da actualização do índice de preços ao consumidor para as transferências e para os apoios que satisfizeram na execução orçamental transacta. -----

----- Disse, ainda, que iriam empenhar-se firmemente na continuação de uma política de restrição e de contenção na execução do orçamento de funcionamento da Câmara Municipal. Aliás, quer em despesas de representação, quer em transportes e comunicações, quer em viagens e deslocações, quando tivessem oportunidade de apreciar a Conta de Gerência e o Relatório de Actividades de 2002 veriam que eram significativas as poupanças em relação ao exercício anterior. E é nessa poupança, nesse exemplo que deve ser dado de contenção nas despesas de funcionamento da Câmara, que procuravam libertar os meios para o financiamento do Plano de Actividades. -----

----- Na área da reabilitação, disse que como todos sabiam foi possível o ano passado acabar em beleza para o Município de Lisboa com a publicação do Decreto-Lei que devolvia à Autarquia, embora com o enquadramento legal permitido, as verbas para a recuperação do Chiado e respectiva zona adjacente, ou seja, cerca de 45 a 50 milhões de euros que ficariam consignados ao Fundo do Chiado. Esse diploma, que fazia parte da lista de diplomas promulgados pelo Senhor Presidente da República, foi publicado no Diário da República de 31 de Dezembro. -----

----- Eram verbas cuja existência obviamente não poderiam ignorar, não podiam ter uma taxa de execução nem pouco mais ou menos parecida com a que foi a do Fundo anterior e, portanto, iriam procurar congregar com as outras verbas que o Orçamento do Município libertaria para essas tarefas de reabilitação. -----

----- Mas desejava referir também, a propósito do Plano de Actividades para 2003, que o Município de Lisboa tinha que tomar consciência que a situação do seu parque edificado era absolutamente preocupante, nalguns casos mesmo alarmante. Dava o exemplo da Rua da Madalena, que em parte seria interdita ao trânsito porque era

necessário encetar um processo de recuperação e reabilitação a muito curto prazo, nalguns casos em vários edifícios municipais, mas que tinha também outros edifícios num dos quais ocorrera um incêndio há anos e estava agora o prédio todo devoluto, tinha os escombros do incêndio no primeiro andar e funcionava um estabelecimento comercial no rés-do-chão, que continuava aberto apesar da intimação para que encerrasse, e quase porta sim porta não tinham nessa mesma rua casos que inviabilizavam em absoluto a continuação da situação. -----

----- A Câmara teria que fazer os realojamentos das famílias que ali moravam, uma ou duas em cada prédio, para proceder a uma operação integrada de reabilitação da zona, que teria que envolver os privados e também a Câmara. Aliás, a cidade só se convencerá do estado a que chegara o parque edificado em Lisboa, quando as pessoas começarem a sentir as consequências que isso ira ter na vida de todos, porque não podiam continuar a circular em ruas onde prédios ameaçavam cair e a passarem lá cidadãos, crianças e pessoas de todas as idades, como se esse parque edificado estivesse em condições normais. -----

----- Ainda anteontem, no Bairro dos Lóios, ele próprio viu prédios do IGAPHE, portanto da responsabilidade do Estado, que tinham redes postas ao nível do piso térreo porque desde há anos apresentavam perigos de queda partes significativas dos seus revestimentos, e onde a opção encontrada pelas autoridades públicas, em vez da reparação dos edifícios, foi a de colocar redes para aparar os bocados de pedra, de betão ou de argamassa e assim evitar que caíssem em cima das pessoas. Prédios esses que, diga-se, essas mesmas entidades públicas queriam passar para a responsabilidade da Câmara Municipal. -----

----- A situação do parque edificado de Lisboa é uma situação que exige, quer as tarefas da reabilitação, quer as da recuperação, um trabalho conjunto da Direcção Municipal de Reabilitação e também da nova Direcção Municipal de Segurança, porque era um trabalho que envolvia permanentemente a Protecção Civil, como ainda há pouco acontecera num edifício da Rua do Comércio, na esquina com a Rua da Madalena, na passagem de ano, em que um edifício que há 30 anos ameaçava que acontecesse o que agora aconteceu, a Câmara procurava actuar nesse sentido e tinha os relatórios correspondentes mas tudo continuara na mesma e, de facto, o edifício acabou por ruir internamente, o que podia acontecer a outros na mesma zona, e por isso mesmo a Câmara tinha que tomar essas medidas. -----

----- Portanto, diria que essa tarefa da reabilitação exigia as mais variadas formas de engenharia: engenharia jurídica, engenharia financeira, engenharia administrativa de junção de vontades para que pudessem ir buscar a imensidão de recursos que eram necessários para acorrem à Graça, à Rua de São Bento, ao Castelo, enfim para acorrerem a todos os bairros históricos, mas também para acorrerem aos bairros sociais. Por conseguinte, era desta Lisboa que teriam que curar fundamentalmente neste mandato. -----

----- Disse que dos presentes talvez aqueles que exerceram funções executivas em mandatos anteriores, nomeadamente o Sr. Vereador Vasco Franco, tivessem uma consciência perfeita da situação em que se encontravam muitas das casas dos bairros

sociais, não dos novos, mas de alguns antigos construídos há 10, 15 ou 20 e a que a Câmara tinha de acorrer tanto quanto acorria a essas casas das zonas históricas que estavam em processo de reabilitação, muitas vezes não assumidas em termos de contratos do Município como devia ser. -----

----- Ainda há 15 dias, no Castelo, viu reabilitações de casas que eram propriedade de particulares, em que a Câmara Municipal despendera verbas de aproximadamente 25 ou 30 mil contos em cada casa mas não tratara com os proprietários da reformulação do respectivo contrato, e ao fim de 4, 5 ou 10 anos a Câmara Municipal recuperava, reabilitava, gastava esses 30 mil contos, ficavam apartamentos fantásticos em que qualquer um gostaria de viver, e os inquilinos voltavam para lá a pagar a mesma renda de 500\$00 ou de 4 €. Eram operações absolutamente incomportáveis para o Município, diria mesmo absolutamente ruinosas e geradoras de desigualdade para munícipes de outras zonas da cidade que não viviam em zonas históricas mas viviam igualmente em condições absolutamente degradadas e em relação aos quais o Município não tinha o mesmo procedimento. -----

----- Mas não valia a pena chorarem sobre o leite derramado. Valia a pena, de facto, que todos, em conjunto, assumissem essa enorme tarefa colectiva para a qual tinham que canalizar o principal da energia e dos recursos que tinham. Em mandatos anteriores a tarefa principal foi o realojamento, acabar com muitas barracas existentes em Lisboa, construir novos bairros sociais. Não discutia isso nem mesmos as opções tomadas quanto à localização, os projectos feitos ou as opções seguidas em termos de planeamento, ou a ausência dele. Estava feito, teriam que assumir que estava bem feito e curariam agora da respectiva conservação e manutenção. Mas esse esforço financeiro que foi feito, nesse caso com responsabilidade assumida em grande parte também em termos financeiros pelo Estado, neste caso, não havendo essa disponibilidade por parte do Poder Central, esse mesmo esforço teria agora que ser virado para a reabilitação urbana, principalmente dos bairros históricos. -----

----- Os processos em que se passara uma década e em que a Autarquia gastara cerca de um milhão de contos em rendas e as correspondes despesas com o realojamento de pessoas que foram para fora das suas casas, em que processos de obra estavam iniciados há 8, 10 ou 14 anos, como em Alfama, e não tiveram desenvolvimento, tinham, de facto, que acabar uma vez por todas porque Lisboa não poderia continuar com a serenidade de uma parte da sua comunidade a olhar para essa degradação progressiva. Não era um alerta nem pouco mais ou menos exagerado, mas era um alerta contido em relação àquela que era obrigação do Município. -----

----- Disse, ainda, que este ano praticamente todas as dotações orçamentais respeitantes a conservação e manutenção nos vários sectores de actividade tiveram execuções quase a 100%, ou seja, no que fizeram nos bairros sociais, nas zonas verdes, em instalações, em equipamento eléctrico, na frota, etc., tiveram execuções próximas dos 100%, pelo que aí não tinham margem de poupança possível. -----

----- Tinham possibilidade, com engenharia, para arranjar novos esquemas financeiros que permitissem aliviar os encargos do Município, mas a realidade era que a Câmara apresentava um Plano e Orçamento com uma ordem de grandeza próxima dos 800

milhões de euros, tinha um Plano de Actividades que consumirá cerca de 330 milhões de euros, tinha um passivo de quase 600 milhões de euros, tinha uma margem de endividamento praticamente nula e também, nos termos da lei, a possibilidade de ir buscar capitais alheios, cofinanciamentos, era inexistente. Portanto, tinha que se haver, fundamentalmente, com os recursos que tinha e aqueles que, com imaginação, fosse capaz de gerar e pela rentabilização do património do Município. -----

----- Por isso mesmo, estavam a dar enorme prioridade ao tratamento informático e à conclusão da informatização do património do Município, do património móvel mas principalmente do património imóvel, e estavam a dar essa prioridade porque se o Município queria rentabilizar o seu património naturalmente teria que saber, em primeiro lugar, qual ele era. -----

----- Portanto, feita essa assunção de prioridades, que não punha de lado nenhuma daquelas que eram as responsabilidades naturais dum Município com consciência social, mas que assumia, quer essa prioridade da reabilitação, quer a necessidade em termos de funcionamento dos seus serviços, da sua máquina, de poupança no seu funcionamento e de eficácia na resposta aos cidadãos, para que Lisboa fosse competitiva e fosse também atractiva para investimento, criação de emprego e de riqueza, e de habitação com qualidade de vida. -----

----- A propósito, disse que não podia passar sem referir uma palavra à revisão do Plano Director Municipal. Estavam a trabalhar para que estivesse pronta, em Outubro deste ano, a parte fundamental da revisão para depois se seguir a fase ulterior de envio às autoridades correspondentes do Poder Central. Era um instrumento fundamental para a Câmara poder agir nestes tempos de exigências novas de competitividade, a revisão desse mesmo Plano Director Municipal para alguma reorientação de usos, reorientação de solos e de espaços, de que dava o exemplo do espaço da Feira Popular e o espaço de Chelas, espaços que tinham que ser enquadrados na realidade urbanística que os envolvia, que tinham que ter processos de requalificação acentuados, como Chelas, que tinha de acabar com ilusões que se revelaram absolutamente incipientes. -----

----- Dava também como exemplo o caso dum suposto pavilhão, em Chelas, ao lado da Quinta dos Alfinetes, para a Fundação Luso-Brasileira que ficara nas fundações, nem sequer nos cavoucos, e que a Câmara queria que fosse um polidesportivo para uso de todos os cidadãos que viviam na zona, em vez de ser uma Fundação para um auditório, uma zona de restaurante, uma zona de conferências ou de debates, um projecto mais ou menos elitista, utópico, irrealista que não passara, de facto, dos movimentos de terras ou do lançamento de algumas fundações. -----

----- Portanto, os recursos que geravam e aqueles que tinham disponíveis teriam que os aplicar nessa requalificação e na recuperação de casas, matéria em que o Município dava péssimos exemplos, como aí mesmo em Chelas tinham a Quinta do Alfinetes e outras quintas em estado inacreditável de degradação, ruindo, e dando o Município o exemplo àqueles a quem dizia que deveriam reabilitar as suas propriedades de que “bem prega Frei Tomás, olha o que ele diz, não faças o que ele

faz”, porque os munícipes tinham que fazer aquilo de que o Município dava o exemplo com aquilo que era seu e com aquilo de que tinha responsabilidade. -----

----- Referiu aos Presidentes de Junta que a Câmara queria aprofundar a cooperação numa base de respeito recíproco de trabalho conjunto. O caso do Bairro Alto teria sido um exemplo paradigmático, mas outros existiam em várias Juntas de Freguesia com quem a Câmara tinha processos em desenvolvimento e outras com quem queriam ter nas zonas dos bairros sociais, nomeadamente os Lóios, Chelas, zona J. Dava um exemplo de políticas que tinham que concertar: por exemplo um pavilhão que foi construído junto do centro-de-dia e do jardim infantil na zona dos Lóios, em Chelas, como era compreensível que a Autarquia tivesse fechado há um ano um centro de saúde porque estava previsto com a Associação Regional de Saúde, de que existia uma acta de uma reunião e não um acordo, que era preciso equipá-lo para que ele pudesse começar a funcionar, e a ARS, para além dessa acta, nada mais tinha para que o centro de saúde, extensão, começasse a funcionar. Estava pronto, como estava pronto um centro-de-dia e um jardim infantil.-----

----- Mas em relação a um desses equipamentos havia outro acordo, mas um acordo de boca, com a Santa Casa da Misericórdia para o equipar, cerca de 75.000 contos de equipamento, e eram três unidades que estavam ali fechadas! Umas há um ano, outras que têm só estruturas faltam-lhes só os acabamentos interiores com um orçamento de 100.000 contos, mas em que não existia nenhum acordo com a Santa Casa da Misericórdia formalmente firmado. Foi feita a construção, dizia-se que era da Santa Casa, e aqueles equipamentos estavam fechados. Mas, mais grave, em cima dum campo de futebol onde as crianças jogavam, quem lá fosse em visita ouvia, como ele próprio que lá ia frequentemente o ouvia também, que foi construído um pavilhão, que dizia em estrutura pré-fabricada em que foi tirada essa estrutura às crianças, onde havia da parte da manhã o programa Escolas – Escolinhas que agora deixara de existir para o segundo ciclo do ensino básico neste acto lectivo, em que o piso estava degradado, e dos balneários não falava que eram mesmo ao lado do centro de saúde, do centro infantil e do centro-de-dia, e nesse pavilhão, que foi cedido à Junta de Freguesia e que era muito utilizado pelos universitários do Técnico e universitários de outras instituições de fora da freguesia, mas que não estava, por falta de recursos da Câmara e por falta de concertação nas políticas a desenvolver, efectivamente ao serviço da população numa zona tão carenciada desses mesmos equipamentos. -----

----- Portanto, diria que era muito aquilo que tinham a fazer, quer no espaço público, quer em construções que tinham que reparar, manter, conservar e pôr cada vez mais ao serviço da população. -----

----- 2003 seria o ano da conclusão definitiva da piscina de Alfama; do complexo desportivo de Santa Catarina; do arranque do processo de construção do equipamento desportivo daquele espaço fantástico do Clube Nacional de natação; da construção de todos aqueles parques de estacionamento em altura referenciados e assumidos, e outros novos entretanto detectados: dentro de dias começaria o do Largo Vitorino Damásio e dentro de semanas um outro junto do Largo Camões para poderem servir melhor as populações dessas freguesias circundantes. -----

----- Mas teriam que analisar recursos para as construções desses novos espaços de estacionamento para residentes. Porém, tudo com uma certeza! É que não iriam continuar a trabalhar para terem cada vez mais carros a circular nas mesmas zonas de Lisboa! A política de restrição à circulação ia continuar, e deveriam debater, em próximas reuniões da Assembleia Municipal o taxar de circulação em zonas não restritas, mas onde a circulação não deveria ser livre. Era um processo que tinha que ter um “basta” porque não poderiam continuar a vir mais carros para uma cidade com uma malha viária que não os comportava. Teria de haver fluidez. -----

----- Seguidamente, disse que sabia que os Deputados Municipais quando mostravam o sorriso que estavam a mostrar estavam a pensar no túnel das Amoreiras. De facto, viam todos que os túneis do Campo Pequeno, Entrecampos e todos os outros não faziam entrar carros na cidade, tinham só o sentido da saída! Mas gostava de dizer que as áreas da cidade, junto dos túneis que a anterior maioria construía, era onde se verificava a mais alta velocidade média de circulação dos transportes públicos, porque onde não existiam esses desnivelamentos a velocidade média era mais baixa. -----

----- Por outro lado, onde existiam esses desnivelamentos eram mais baixos os índices de poluição, enquanto que onde eles não existiam, como a Av. da Liberdade e a Praça Marquês de Pombal, era onde esses índices de poluição eram mais altos. Por isso, não valia a pena reabrir debates! Essas medidas de fluidez de trânsito, nomeadamente dos transportes públicos, teriam que ser compaginadas com as restrições que a anterior maioria podia ter feito mas não fizera. Portanto, dizer “trânsito nos bairros históricos, não; nos bairros históricos prioridade aos veículos de segurança, sim”. Os tais bairros históricos que tantas declarações de amor mereceram, mas que tanto esquecimento na prática tiveram em relação a essas medidas, que eram medidas resultantes de decisões efectivamente assumidas. -----

----- Portanto, a realidade agora era não pensar que de um dia para o outro podiam dizer não entram carros, até porque só agora estava a nascer a Autoridade Metropolitana que deveria ter nascido há dez anos, e, obviamente, essa concertação com os outros municípios! -----

----- Por conseguinte, eram todas essas medidas que ao mesmo tempo teriam que ser tomadas no actual mandato, entre os vários órgãos da Autarquia. -----

---- Depois de referir que estava à disposição para esclarecer as muitas questões que certamente seriam colocadas, disse que os trabalhos que tinham para fazer em Lisboa, resultantes de responsabilidades do passado, não do passado relativo a todos mandatos de maiorias que se opunham politicamente à actual maioria mas do passado da história de Lisboa, chegavam para lhes consumir e absorver os recursos que tinham disponíveis e todos aqueles que conseguissem encontrar. Não iriam preocupar-se com novas construções, novas edificações, com novos espaços para os quais não tinham dinheiro para as infra-estruturas, para os espaços verdes, para os jardins. Não tinham recursos humanos disponíveis para cuidar de toda a zona que havia para tratar em Chelas, Lóios e toda aquela zona. E se os concecionassem a privados sabiam a factura que isso representava para o Orçamento do Município. -----

----- Ainda ontem, todos os homens de turno na higiene e limpeza urbana que estiveram a fazer a limpeza de todas essas áreas, 40 efectivos que lá estiveram, conseguiram assegurar a limpeza e a conservação para um período de três semanas. Não chegava! Mas eles saíram de todas as outras zonas de Lisboa que ficaram sem essa lavagem e sem essa limpeza. Portanto, as responsabilidades que tinham para cuidar do existente absorviam todos os recursos e toda a capacidade da Câmara. -----

----- Quanto tivessem Lisboa mais cuidada nesse aspecto, e recuperada e reabilitada, teriam condições para pedir, convidar, solicitar e desafiar outros a virem morar na cidade, ou para voltarem à Lisboa donde saíram à procura de outras condições de vida. -----

----- Esse era o caminho que queriam trilhar, e tinham a consciência plena que o podiam fazer se acima dos interesses e das lógicas de cada um dos partidos ou forças políticas, tivessem permanentemente presente que Lisboa era um interesse superior a todas essas lógicas e que Lisboa era um bem que valia muito a pena. -----

----- **O Deputado Municipal Fernando Saraiva (PS)**, Presidente da Comissão Permanente de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, no uso da palavra apresentou o Parecer que a seguir se transcreve: -----

----- PARECER -----

----- “Apreciação da Comissão sobre os documentos apresentados pela Câmara Municipal de Lisboa relativos ao Orçamento de 2003. -----

----- Ressalvando o facto de, em virtude da recentemente aprovada reestruturação da Câmara Municipal de Lisboa e da transição contabilística inerente à implementação do POCAL, a comparabilidade dos dados constantes do Orçamento do presente ano com os de anos anteriores ficar relativamente afectada, a Comissão encontra-se em condições de tecer as seguintes considerações sobre os documentos em apreciação: ---

----- A. Considerando os aspectos técnicos e formais dos documentos em apreciação, a Comissão constata que os mesmos respeitam as normas legais vigentes. -----

----- B. Em termos de cobrança de impostos, constata-se um aumento da receita prevista, em relação ao ano anterior, de 9% ao nível da contribuição autárquica, de 16% ao nível do Imposto Municipal de Sisa, e uma redução de 19% na receita proveniente da Derrama, o que se encontra em linha com as previsões de quebra das receitas de IRC. -----

----- C. Em termos de cobrança de taxas, multas e outras penalidades, é de assinalar a previsão de um aumento de 155% na cobrança de taxas relativas à conservação de esgotos. -----

----- D. As receitas de capital são essencialmente afectadas pelos aumentos de 26% nas receitas oriundas de venda de terrenos e de 565% nas resultantes da venda de edifícios, computando um total previsto de 315.438.250 euros. -----

----- E. Em termos agregados, e ainda ao nível da receita, as receitas correntes registam um crescimento de 2% em relação ao ano anterior, para 411.861.199, enquanto as receitas de capital crescem 33% para os 369.918.801. -----

- F. Do lado da despesa, desde logo surge como significativa a redução em 17% das despesas de aquisição de bens e serviços correntes, as quais se cifrarão em 57.168.679 euros. -----
- G. Os encargos correntes da dívida sofrem um acréscimo de 45%, em grande parte devido a um SWAP no valor de 3.000.000 euros e a juros devidos à Administração Pública Central e Serviços e Fundos Autónomos, uma vez que os encargos decorrentes de empréstimos de médio e longo prazo registam um crescimento inferior de cerca de 19%, para os 19.967.420 euros. -----
- H. Ao nível das despesas com pessoal, regista-se um crescimento de 12%. No entanto, uma análise mais detalhada permite constatar uma redução de cerca de 11% nas despesas com pessoal dos quadros, em regime de função pública, e, o que se afigura de maior relevo, uma clara redução do peso relativo dos pagamentos de horas extraordinárias em relação à remuneração de base, o qual passa de 21% no ano anterior, para 10%, podendo concluir-se que existem melhorias significativas em termos de organização dos recursos humanos e do tempo de trabalho. Atente-se ainda, que em termos absolutos, a despesa com horas extraordinárias passa de 24.293.205 euros, em 2002, para 10.910.453 euros em 2003, o que representa uma redução relativa de 55%. -----
- I. Dá-se um significativo aumento, na ordem dos 43%, na verba prevista para aquisição de edifícios e outras construções. -----
- J. As despesas com equipamento de transporte, maquinaria e outros equipamentos, ascendem a 41.409.894 euros, comparando com 14.387.328 euros gastos para os mesmos fins no ano anterior. -----
- K. Em termos agregados, as despesas correntes registam um aumento de 2,3%, sensivelmente em linha com o crescimento previsto das receitas correntes, sendo ao nível das despesas de investimento que se regista um claro crescimento, na ordem dos 27%, denunciando uma clara opção de reforço do investimento no Município de Lisboa. -----
- L. Foram apresentadas algumas sugestões pela Comissão no que toca à continuação do esforço, todos os anos evidente e meritório, dos serviços, para proporcionar uma cada vez maior comparabilidade histórica dos Orçamentos e Planos apresentados à Assembleia Municipal. -----
- M. Repetiu-se a sugestão de apresentação de um Balanço e Demonstração de Resultados provisionais relativos ao Orçamento em aprovação, de forma a facilitar a respectiva análise, interpretação e tradução contabilística. -----
- N. A Comissão regista com agrado a qualidade técnica dos documentos apresentados e agradece a disponibilidade da Sr^a Vereadora Teresa Maury para os esclarecimentos prestados. -----
- O. Após a análise e discussão dos documentos submetidos a apreciação, a Comissão considera que os mesmos estão em condições de serem votados na Assembleia Municipal de Lisboa. -----
- P. A Comissão reiterou a recomendação, constante dos seus pareceres dos três anos anteriores, no sentido de que, “para melhor apreciação do Plano de Actividades e

Orçamento, (...) nos próximos documentos se apresentem dados relativos ao ano anterior”.

----- Q. O parecer foi aprovado por unanimidade pelos partidos presentes: PSD, PS, PSD/PP, PPM e BE.”

----- Finda a apresentação do Parecer, o **Senhor Presidente em exercício** abriu um período destinado a perguntas à Câmara, por ordem partidária decrescente, e como o PSD e o PCP prescindiram deu a palavra ao PS.

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra para pedir esclarecimentos, começou por, em nota prévia, registar que estavam a discutir o Orçamento, que poderia parecer uma coisa comezinha mas, como todos sabiam, não o era, porque se tivesse sido há uns meses atrás se calhar não estariam a esta hora a discutir o Orçamento.

----- Isto porque não podia deixar de registar o facto de terem iniciado a reunião com um tremendíssimo atraso, e não ficaria bem consigo próprio se não fizesse este registo, até porque todos se lembravam do que aconteceu no passado em situações semelhantes, em que a oposição pura e simplesmente abandonava a Sala. O Partido Socialista não o fez, e não o fez porque respeitavam muito a cidade, sobretudo respeitavam também todos os eleitos.

----- Portanto não podia deixar de registar este facto, apenas como parêntesis, mas era importante que as coisas fossem ditas na hora certa e no momento certo.

----- Disse, depois, que o Sr. Presidente da Câmara apresentara o Orçamento mas, curiosamente, daquilo que eram as grandes apostas do Município disse pouco. Aliás, na linha daquilo que vinham sendo as últimas intervenções, o Sr. Presidente da Câmara procurara, fundamentalmente, situar aquilo que eram as obras que no passado não foram feitas, e criticar aquilo que foi a gestão passada.

----- Mas gostava de perguntar sobre duas questões, a primeira das quais directamente relacionada com a reabilitação, designadamente aquilo que era um desiderato de todos e que tinha a ver com uma batalha à qual certamente estariam associados, que se relacionava com o facto de quererem trazer mais população para a cidade de Lisboa. --

----- Sobre essa matéria, em nome da bancada do PS, perguntava o que era que o Sr. Presidente da Câmara e a sua equipa lhes queriam dizer sobre o que no Plano de Actividades se encontrava direccionado para essa área.

----- A segunda questão, que respeitava ao túnel de que o Sr. Presidente da Câmara falara, era para dizer que a reacção da bancada do PS tinha a ver com vários aspectos. Obviamente o Sr. Presidente da Câmara sabe, como o PS também sabia, que essa era uma opção errada para a Cidade de Lisboa, para a qualidade de vida em Lisboa e também para aquilo que eram as apostas que tinham que ter para a Cidade de Lisboa, e daí terem mostrado aquele aspecto de surpresa. Porque o Sr. Presidente da Câmara, e bem, estava a fazer um discurso no qual apelava a todos para a sensibilização necessária à restrição do uso do automóvel na Cidade de Lisboa, e depois sentiam que a grande aposta do Município para 2003, era, pasme-se, um túnel para trazer mais carros privados para o centro da cidade.

----- Isso era um contra-senso e uma contradição! Mas essa contradição radicava também numa outra matéria que gostava de comentar e que tinha a ver com a opção, que todos entendiam que deveria ser tomada, no sentido de se apostar cada vez mais nos transportes colectivos na cidade. -----

----- E comparar esse túnel com os túneis feitos no passado, manifestamente era erro de análise porque não tinham qualquer tipo de comparação como o Sr. Presidente da Câmara bem sabia. Porque a aposta feita nos túneis referidos era, fundamentalmente, para desconcentrar, para criar desnivelamentos, para possibilitar uma maior fluidez no uso do transporte colectivo, designadamente. -----

----- E, no caso do túnel das Amoreiras, se o Sr. Presidente da Câmara quisesse optar por essa mesma solução, que o PS aplaudia como já o referira no debate feito sobre essa matéria, bastaria apenas desnivelar dois cruzamentos. Essa era a solução ideal para a Cidade de Lisboa, e o Sr. Presidente da Câmara sabia que era. -----

----- **O Senhor Presidente em exercício**, dado que também o CDS-PP, o PEV e o BE prescindiram do uso da palavra nesta fase, deu a palavra ao representante do PPM. -----

----- Antes, porém, dado que se verificara alguma efervescência na Sala com o registo do Deputado Municipal Dias Baptista de que a reunião tinha começado “com um tremendíssimo atraso”, esclareceu que a reunião não tinha começado à hora determinada em primeiro lugar por falta de *quorum* do Plenário, ou seja, às 15 horas não havia *quorum*, e depois também por uma segunda razão que resultava do facto de terem esperado pelo Sr. Presidente da Câmara. Portanto, houve duas situações que motivaram algum atraso, mas o assunto estava esclarecido. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra para defesa da honra, disse que às 15:30 horas, podia comprovar, recebera o telefonema da sua Chefe de Gabinete a dizer-lhe: “agora já há *quorum*, acabei de ser informada pela Mesa”. Mas isto às 15:30 horas, sublinhou! -----

----- Depois, às 15:40 minutos estava à porta da Assembleia Municipal onde encontrara umas pessoas que estavam numa manifestação, a quem disse: “vou cumprimentar o Sr. Presidente da Assembleia e depois falo convosco”. -----

----- Portanto, que não se viesse com o argumento que estiveram à espera. Porque não havia *quorum* às 15 horas, às 15:05, às 15:10, às 15:15, às 15:20, às 15:25 mas apenas às 15:30 horas, e ele esteve à espera que houvesse *quorum* para imediatamente se dirigir para a Assembleia. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra para defesa da honra, disse que o Sr. Presidente da Câmara não podia pretender sobre esta matéria, também, ter razão quando não tinha. Pedia desculpa, mas realmente o Sr. Presidente da Câmara não tinha razão, porque a Assembleia Municipal iniciara os seus trabalhos depois das 15:30 horas justamente porque o Sr. Presidente da Câmara não estava presente. Mais: o Sr. Presidente da Assembleia em exercício falara consigo e com os líderes das bancadas do PCP e do BE perguntando o que fariam visto que a Sra. Secretária do Sr. Presidente da Câmara tinha dito que o Sr. Presidente da Câmara vinha a caminho, que estava um trânsito complicado, e ainda não estava na

Assembleia. Isto, disse, quando eram 13:45 horas. Responderam que até às 15:50 horas esperavam, mas se não chegasse até essa altura iam-se embora. -----

----- Portanto, foi assim e não como o Sr. Presidente da Câmara queria fazer crer. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, em interpelação à Mesa, disse que o nível da Assembleia Municipal nunca se pautara pelos ponteiros do relógio, mas sim pelo debate dos conteúdos políticos das propostas que eram apresentadas. -----

----- Podiam debater quem chegou cedo ou quem chegou tarde, mas sugeria ao Sr. Presidente da Assembleia em exercício que, para não rebaixarem o nível político do debate, este assunto passasse para a Conferência de Líderes e aí decidissem quais eram os tempos que tinham que esperar por cada Deputado Municipal, por cada Vereador ou por cada Presidente, fosse ele da Assembleia Municipal ou da Câmara, para que nunca rebaixassem o nível do debate daquilo que interessava aos cidadãos de Lisboa. -----

----- Estavam ali para debater quais eram as opções para a cidade de Lisboa, e não os ponteiros do relógio. -----

----- **O Deputado Municipal Ferreira Pereira (PPM)**, no uso da palavra para pedir esclarecimentos, disse que desejava fazer uma pergunta sobre o referido na alínea h) do Parecer da Comissão, porque se via a indicação de uma série de valores de despesas com pessoal que baixaram, com excepção do global. Ou seja, havia 11% de redução nas despesas com o pessoal do Quadro, baixava de 21% para 10% a parte referente a horas extraordinária, mas globalmente as despesas com pessoal registavam um aumento de 12%. -----

----- De onde vem esse aumento, perguntou. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra para responder aos esclarecimentos que foram solicitados, começou por aludir à intervenção do Deputado Municipal Dias Baptista dizendo que este referira que os túneis que foram feitos antes, e pagava no do Campo Pequeno, foram para descentrar o trânsito. Ou seja, o Deputado Municipal Dias Baptista partia do princípio que o centro de Lisboa não tinha problemas enormíssimos em matéria de trânsito, pelo que lhe perguntava se achava que isso estava resolvido ou se, ao contrário, achava que era exactamente no centro que eram também precisos desnivelamentos, porque o centro de Lisboa não era um centro qualquer. Era um centro que tinha um significado patrimonial e histórico, mas com uma abertura ao trânsito com poucos equivalentes noutras grandes cidades. --

----- Portanto, a realidade da cidade era que o trânsito estava no centro a níveis equivalentes aos que existiam nas entradas de Lisboa. Portanto, se foi feito um túnel no Campo pequeno para descentrar, diria que não deu resultado. -----

----- Sobre a questão colocada pelo Deputado Municipal Ferreira Pereira, disse que, aquando da apresentação do Relatório de Actividades e da Conta de Gerência, se poderia ver que a evolução que houve, nas despesas de pessoal, em relação ao Orçamento de 2001 apresentava números extremamente positivos, uma evolução de cerca de 1%. -----

----- Quanto aos 12% que eram referidos, disse que resultavam, fundamentalmente, do facto das despesas com as remunerações dos avençados da Câmara, na ordem dos 15

milhões de euros, nos termos da nova legislação passarem a ser obrigatoriamente inscritas no Orçamento e não no Plano de Actividades como até aqui. Portanto, tratava-se duma rearrumação resultante dessa nova legislação que levava a que aumentassem as despesas com o pessoal, porque essas verbas deixavam de poder ser imputadas às actividades e respectivos programas. Até agora era possível cada programa de investimento ter uma verba para avançados e isso hoje em dia era impossível, tinham que ser imputadas às despesas com pessoal no Orçamento da Câmara. -----

----- O resto era o que resultava da actualização da tabela salarial, que se traduziria num aumento aproximado de 5%. -----

----- Terminado o ciclo de perguntas à Câmara e as respectivas respostas, o **Senhor Presidente em exercício** abriu o ciclo destinado às intervenções dos partidos, por ordem decrescente. -----

----- **O Deputado Municipal Ricardo Chaves (PSD)**, no uso da palavra, começou por, em nome da bancada do PSD, renovar o desejo de melhoras do Presidente da Assembleia Municipal, Dr. João Amaral, e o desejo de que rapidamente regresse à actividade, uma actividade que sempre fez com mestria e que deixa saudade. -----

----- Depois, num registo que ele próprio classificou como mais brincalhão, disse que desejava perguntar ao Deputado Municipal Dias Baptista se teria demorado tempo demais a chegar à tribuna, se ainda podia falar ou se ainda tinha interesse aquilo que tinha para dizer. -----

----- Entrando na apreciação da matéria em debate, disse que o Orçamento para 2003 tinha uma qualidade, uma qualidade que nascia do cenário em que ele foi idealizado e apresentado pelo Executivo. Era um Orçamento que deixava o desafio de que muita coisa na política, no serviço público, não dependia, necessariamente, do dinheiro. Aliás, não era o dinheiro que os movia mas sim a fé de servir melhor o cidadão e, nesse aspecto, este Orçamento para 2003 demonstrava que muita coisa estava por fazer, mas também que muito do que estava por fazer na Cidade de Lisboa não dependia do dinheiro mas de outras coisas. -----

----- Portanto era um Orçamento que nascia daquele provérbio segundo o qual a necessidade faz e engenho. Quando se tem o engenho, acrescentou. -----

----- A política orçamental numa Câmara Municipal, na de Lisboa como noutra qualquer, ao contrário do que sucedia no Estado, português ou qualquer outro, não era necessariamente um instrumento fundamental enquanto tal, mas era acima de tudo um espelho daquilo que se estava a fazer pela cidade, um espelho da gestão municipal que se conseguia fazer. -----

----- E, nesse aspecto, não podia deixar de referir a enorme actividade que ainda assim ocorrera no ano de 2002, não necessariamente ligada a questões de financiamento ou de verbas. Por exemplo, a reestruturação orgânica da Câmara e a redefinição de políticas urbanísticas em que, de uma vez por todas, se estavam a opor à errada política de expansão da cidade para se concentrar a política urbanística da cidade como um pólo de atracção das pessoas que a cidade perdera e dos empregos que anualmente perdia também. -----

----- Aliás, de acordo com dados de 1999, o concelho de Lisboa estava com 575.000 habitantes, em 10 anos tinha perdido cerca de 100.000, enquanto o concelho de Sintra, também de acordo com dados de 1999, tinha 535.000 habitantes. Isso não era mais do que a imagem de um crasso falhanço de política estratégica! Não era só de verbas, não era só de investimento, era de política estratégica! Mas também isso estava a ser redefinido. Lisboa era uma cidade que essencialmente tinha que recuperar o seu centro, o seu interior, de forma a atrair as pessoas que perdera e, se possível, atrair mais ainda que aquelas que tinha, como grande centro urbano de Portugal que é. -----

----- Por outro lado, também a revisão do PDM foi lançada e a redefinição ou criação da Área Metropolitana de Lisboa para de uma vez por todas coordenar os transportes públicos em Lisboa. E aqui estava uma matéria para a qual não era preciso nem um cêntimo! Uma mera opção de estratégia, uma mera questão de sensatez de integração das várias empresas de transportes públicos que operavam em Lisboa, podia levar a poupanças de enorme vulto e com grande significado no bolso dos contribuintes portugueses e dos cidadãos de Lisboa. -----

----- Portanto, não era sempre necessário investir, o que era preciso, por vezes, era racionalizar, pensar, reflectir e tomar as medidas certas para poupar mais do que gastar. -----

----- Foi também um ano de revisão dos procedimentos de licenciamento ao nível do urbanismo, pois conseguira-se recuperar o atraso de milhares de processos, e essa questão continuava em andamento. E isso tinha a ver com a utilização dos mesmos recursos de forma mais eficiente, com reorganização e racionalização daquilo que a Câmara tinha, e tinha muito, de forma a melhorar o serviço porque era isso que interessava ao cidadão. -----

----- Daí que talvez dissesse, até certo ponto e dado o descontrolo que nos últimos anos, não apenas na Autarquia de Lisboa mas a nível mais global no País os cidadãos tinham vindo a assistir, que este Orçamento era aquilo que devia ser, era aquilo que tinha que ser. Por vezes, era necessário as circunstâncias acenderem a luz vermelha para dizer: “calma, vamos parar, neste momento é preciso gastar menos, reorganizar e saber em que é que se gasta”. -----

----- Portanto, era um Orçamento para aprenderem a produzir mais com os mesmos recursos, e aprenderem a poupar dinheiro não poupando aos cidadãos a qualidade do serviço e a qualidade de vida em Lisboa. -----

----- Em termos puramente orçamentais, disse que estava reflectida a opção de que havia um reforço do investimento, não tanto em termos agregados mas em termos de selectividade dos investimentos que interessavam. -----

----- E quais eram os investimentos considerados prioritários, e com toda a razão? Habitação e requalificação urbana! A habitação com 115 milhões de euros, e a reabilitação urbana com 137 milhões de euros. Ora, requalificação urbana não era mais do que os parques de estacionamento, os desnivelamentos também, e tudo aquilo que fazia com que os habitantes de Lisboa pudessem ter uma vida mais cómoda e no futuro houvesse mais gente interessada em morar e trabalhar no centro da Cidade de Lisboa, porque não podia acreditar, e pensa que ninguém acreditava também, que

fosse por opção que as pessoas saíam de Lisboa para irem morar para concelhos que nada tinham para oferecer em termos de qualidade comparados com Lisboa. Era preciso estar muito degradado o parque habitacional de Lisboa para que tivesse havido uma fuga tal de habitantes para outros concelhos. -----

----- Por conseguinte, nesse aspecto, não poderiam deixar de considerar absolutamente fundamental essa aposta na requalificação urbana. Lisboa era uma cidade que vivia do seu centro histórico, aquilo que a diferenciava de outras cidade no País e na Europa era a riqueza do seu património histórico, património histórico esse maioritariamente habitacional que só não era utilizado actualmente para esse efeito porque não estava recuperado. -----

----- De facto, não eram necessárias mais “Altas de Lisboa”, que surgiam do nada e por vezes com um enquadramento estratégico pouco claro ao contrário de outras opções que ali foram tomadas, enquanto tivessem 200.000 ou 300.000 fogos por recuperar no centro de Lisboa. -----

----- Continuando, disse que olhando para o Orçamento uma das coisas que teria que ser abordada era, também, o investimento em infra-estruturas, e quando se falava em investimentos em infra-estruturas vinha sempre à baila o túnel das Amoreiras. Pessoalmente pensava que não valia a pena retomarem esse assunto ali hoje, até porque o que estava a impedir, neste momento, que atingissem o consenso já tinha percebido que teria sido uma dificuldade de percepção, por parte de determinados Deputados Municipais, duma distinção fundamental que o Vice-Presidente da Câmara lhes comunicara quando ali esteve a apresentar esse projecto, que era a distinção entre caudal e volume. Mas aí já era uma questão de português, de dicionário, era uma questão conceptual. Uma questão de perceber que um problema de caudal requeria um desnivelamento independentemente do volume, e que controlo do volume de carros que entravam em Lisboa poderia não ser controlado – e estava provado que não era – nas entradas da cidade, mas sim nas auto-estradas, por exemplo, nas portagens da auto-estrada de Cascais. -----

----- Aliás isso era provado não apenas em Portugal, isso era política rodoviária e urbana em qualquer parte do mundo. Tanto mais que aquela zona em concreto, era uma zona com uma enorme densidade populacional em que o trânsito transversal era altamente prejudicado, e as pessoas que se deslocavam nesse trânsito transversal eram pessoas que normalmente faziam percursos interurbanos, ou seja, de dentro da cidade para dentro da cidade. Mas, se calhar, como tinha dito, e repetia, nesta ocasião esses não interessavam, quando, afinal, eram aqueles que mais do coração de Lisboa eram porque são habitantes do centro de Lisboa. -----

----- Mas não podia deixar de referir que estava com curiosidade de ver qual iria ser o discurso de determinados partidos, ou de determinados Deputados Municipais, sobre as portagens na CREL, só para depois começarem a falar racional e coerentemente do que é que era a política rodoviária e do grau de comprometimento dos vários partidos em relação às medidas que vieram a ser tomadas, um dia que quisessem levar a sério o compromisso de não deixarem os carros entrar em Lisboa, de diminuir a poluição, melhorar a qualidade de vida dos cidadãos e aumentar a utilização dos transportes

públicos, mas lá chegariam, era um tema que ficava em carteira, pelos menos em determinados partidos com assento na Assembleia. -----

----- No que dizia respeito à despesa corrente, disse que o Orçamento era de contenção. Era um Orçamento de esforço de racionalização. Já ali tinha sido explicado que as despesas de pessoal cresciam 12%, apenas porque por uma operação contabilística os avençados não seriam mais contabilizados no Plano mas sim no âmbito do Orçamento e na rubrica das despesas com pessoal. -----

----- No entanto, ao nível das despesas com pessoal registava-se, por exemplo, uma diminuição das horas extraordinárias que de 29 milhões de euros passavam para 11 milhões de euros, o que, obviamente, não poderia deixar de ser considerado também como um enorme esforço, esforço esse que significava uma poupança de 3 milhões de contos, dinheiro que era dos cidadãos. Nesse aspecto, não havia mais a dizer senão que dinheiro por vezes havia, o que ele estava era mal gasto e era preciso gastá-lo bem, e esse era um excelente exemplo. -----

----- Por isso, diria que mais do que política orçamental em verdadeiro sentido, este Orçamento estava secundado por uma reforma e um grande esforço de reestruturação da área financeira da Câmara, e essa reestruturação passava, necessariamente, pela informatização, que em 2002 qualquer ser crente no progresso acreditaria que já estivesse feita, mas não estava! Não estava e portanto teria que ser em 2003 levada a cabo a informatização da parte financeira, nomeadamente na parte da receita e no controlo da despesa. Ora, rapidamente se percebia que era fundamental, para controlar o índice de cobrança das receitas a informatização e o controlo *on line* em tempo real, do grau e do volume com que essas receitas estavam a entrar nos cofres da Câmara. ---

----- Podia dar exemplos. O índice da cobrança de rendas pela Câmara Municipal andava na ordem dos 50%, enquanto que o índice de cobrança de taxas por ocupação da via pública e publicidade rondava os 34%! E ainda falavam determinadas pessoas em endividamento! Era preciso que antes resolvessem o desperdício e depois, então sim, que fossem ao endividamento quando ele se revelasse escrupulosamente necessário para resolver o problema dos cidadãos. -----

----- Portanto, era preciso dar meios para que um bom trabalho, ao nível da execução orçamental, fosse feito. E podia dar vários exemplos a esse nível, exemplos daqueles que, historicamente, até certo ponto chocavam tanto a si como a outras pessoas que ali estavam presentes. Através do lançamento de um concurso relativo a telecomunicações, conseguira-se para o próximo ano orçamentar essa despesa em 4 milhões de euros directamente, quando ela estava em 5,5 milhões de euros no Orçamento por causa de dívidas do passado à Portugal Telecom. Ou seja, comparando com aquilo que se gastava anualmente poupava-se um milhão e quinhentos mil euros. Isso não era relevante? Era uma medida tão simples como negociar com os operadores de serviços de telecomunicações e tentar um melhor preço, era uma coisa que demorava 15 dias a fazer, era um mínimo de preocupação. -----

----- Como também 79% das comunicações da Câmara Municipal de Lisboa e dos respectivos serviços para o exterior eram para telemóveis! Ora, bastava introduzir vários *ships* com os cartões dos telemóveis para os custos reduzirem para metade! Ou

seja, durante anos andaram-se a pagar chamadas de telefone fixo para telemóveis quando se poderia pagar apenas o custo de telemóvel para telemóvel. Eram coisas básicas de sensatez com um mínimo de preocupação de gestão e com um mínimo de preocupação com os dinheiros confiados pelos contribuintes. -----

----- Outra pequena alteração de procedimentos permitira que, duma vez por todas, fossem despachadas de 3.000 a 6.000 notificações na área das finanças ligada à parte do urbanismo, quando antigamente se despachavam 1.440 em três meses. 6.000 notificações pelo mero repensar dum procedimento que existia e que não era posto em causa, que era acriticamente aceite pelas pessoas que geriam a Câmara Municipal! ----

----- Uma outra coisa, tão simples e tão humanista, era acreditar nas pessoas que trabalhavam e que dedicavam a sua vida ao serviço público, e, de facto, de ora em diante os responsáveis dos serviços poderiam autorizar despesas até 5 mil de euros. Era preciso confiar nas pessoas para a máquina funcionar, quando se dava responsabilidade era porque se confiava no bom exercício da mesma pela pessoa, senão não se devia dar. -----

----- E um último exemplo, também ele elucidativo. A Câmara recebia em caixotes milhares de facturas da EDP, da Portugal Telecom e de vários prestadores de serviços, caixotes esses que atravessavam os vários serviços da Câmara para controlos e mais controlos, portanto não apenas degradando a vida do trabalhador porque devia ser um inferno estar envolvido num processo desse género, mas degradando, acima de tudo, a produtividade da Câmara a despachar o seu serviço administrativo. Ora bem, uma única factura entregue através de suporte informático resolvera a questão! Mais uma vez bastou transmitir a três, quatro ou cinco operadores de serviços fundamentais que era necessário entregar naquele suporte. Assim, rapidamente se conseguia perceber como se poupavam três milhões de contos em horas extraordinárias que serviam depois para construir habitação social e muitas outras coisas, essas sim com interesse para os cidadãos. -----

----- Seguidamente, disse que como tinha sido já referido a Câmara herdava um passivo que rondava os 600 milhões de euros. Não diria tanto pelo lado do passivo mas, sobretudo, das amortizações, que o escalonamento dos empréstimos celebrados pelo Executivo anterior requeriam neste momento um esforço de amortização, que se intensificara muitíssimo este ano, estando na ordem dos 22 milhões de euros, portanto próximo dos encargos correntes do Serviço da Dívida. -----

----- Disse, ainda, que num momento de contenção o Executivo não se esquecera da descentralização, e não podia deixar de referir que um acréscimo de 600 mil euros, ou seja de 4%, nas verbas a transferir para as freguesias, quando a Câmara se circunscrevia a um aumento da sua despesa de apenas 1%, era um claro e inequívoco sinal! Era pouco? O momento era de contenção era um facto, mas era quatro vezes mais que aquilo que a Câmara cedera a si própria. E, nesse aspecto, não deixava de ser um sinal para um caminho que se iniciava agora e seria prolongado por vários anos. --

----- Não podiam cair na tentação de ir buscar mais dinheiro, ou estarem sempre a reclamar dinheiro ou subsídios quando podiam com aquilo que tinham fazer mais e melhor. Desafiassem-se a si próprios antes de desafiarem quem estava do lado de lá

ou quem os podia ajudar. Que esgotassem os recursos e as capacidades que tinham e quando estivessem cansados, aí sim, pedissem ajuda. Mas não antes! Sobretudo, e pensava que o Executivo estava no caminho certo como o Orçamento para 2003 o reflectia, Lisboa precisava de visão, de capacidade estratégica, de melhoria da qualidade de vida, de trazer gente nova para Lisboa a preços que fossem suportáveis pela juventude lisboeta. -----

----- Os problemas não se resolviam duma maneira simplista mas sim duma maneira estratégica, porque não supunha que o Deputado Municipal Dias Baptista quisesse propor em alternativa ao túnel das Amoreiras, e talvez a todas as entradas da cidade, uma única faixa como sendo a melhor solução. Pelo menos talvez fosse aquela que o anterior Executivo tivesse em mente! É que com uma única faixa quase nenhum carro entrava em Lisboa! Portanto, era necessário pensar os problemas, era necessário agir e ter a coragem para, passados cinco ou dez anos olharem para aquilo que fizeram anteriormente e serem capazes de avaliar se resultara ou não resultara: se resultara ficarem orgulhosos, se não resultara pedirem desculpa e dizerem que deram o melhor que podiam. -----

----- Esta Câmara está correcta estrategicamente, e está a dar o seu melhor, disse a terminar. -----

----- **O Deputado Municipal Martinho Baptista (PCP)**, no uso da palavra, disse que a proposta apresentada relativa ao Orçamento, Plano de Actividades e Plano Plurianual de Investimentos para 2003-2006, definia objectivos muito aquém das necessidades da cidade e das expectativas e compromissos da actual maioria que geria a Câmara. Era um segundo ano de mandato, após um ano de adaptação, com fortes inversões e condicionamentos às dinâmicas anteriores, apesar de ainda se terem concretizado algumas acções e obras vindas de trás e de uma boa capacidade dos meios e instrumentos para as realizar, que ainda tinha o aparelho camarário. -----

----- Referenciava também o estado de degradação que estava a ser sentido em toda a cidade, em termos de rede viária, trânsito, estacionamento, limpeza, espaços verdes e a generalidade do espaço público. Bastava andar pela cidade e ver! -----

----- Disse, depois, que o Plano de Actividades e o Orçamento de 2003 eram uma continuação repetida dos anteriores documentos, já que se vislumbravam muito pouco novos projectos e obras. Uma das poucas excepções era apenas o túnel das Amoreiras, mas, de facto, muitas das obras e acções eram vertidas de 2002, ano em que acabaram por não se concretizarem. -----

----- Referiu que o desígnio da reabilitação urbana, ali tão apregoado e por todos compartilhado também, continuava a ficar muito aquém no nível de intervenção, já que até a dotação orçamental diminuía passando de 29 milhões de euros em 2002 para 28,7 milhões de euros em 2003, como eram também irrisórias as verbas para os projectos de requalificação da Baixa Pombalina, do Chiado, das acessibilidades à colina do Castelo, da reabilitação da Mouraria, incluindo o Largo do Intendente, etc. --

----- Por outro lado, a reabilitação do parque edificado habitacional particular, que no entender do PCP deveria ser feita, em primeiro lugar, pelos proprietários, era substituída quase totalmente pela Câmara em obras coercivas, sem recurso a

programas de financiamento da Administração Central como o RECRIA, REHABITA e outros, dos quais a Câmara abdicava inexplicavelmente. Era uma opção, mas acrescia que a sua exequibilidade era bastante duvidosa tendo em conta o volume de obras a realizar e o conseqüente volume do investimento financeiro previsto, 11 milhões de euros em 2003. -----

----- Seguidamente, disse que noutras áreas se verificavam também substanciais baixas de dotação: nomeadamente na educação e juventude, no desporto, na cultura e na intervenção social, o que revelava também uma opção estratégica para a vida social da cidade de grande retrocesso, e o mesmo quanto à prevenção da toxicod dependência, marginalidade e exclusão, tudo com conseqüências na qualidade de vida na cidade. ---

----- Na área do ambiente, disse foram ignorados, ou revogados para anos posteriores, importantes projectos incluídos no Parque Periférico, como eram os casos do Vale da Ameixoeira, da renovação da Mata da Madre de Deus, da ampliação do Parque da Bela Vista e outros. -----

----- Relativamente à habitação social, disse que pouco era definido nomeadamente quanto à recuperação do parque edificado municipal, em termos de arranjo dos espaços exteriores, equipamentos e infra-estruturas em falta, como também sobre os muitos realojamentos ainda a fazer de muitas famílias que viviam em situações deploráveis. E, a propósito, perguntava porque não se distribuíam os fogos já construídos às famílias de muitos núcleos, pátios e vilas irrecuperáveis e sem condições. -----

----- Disse, ainda, que não podia deixar passar sem assinalar a consagração do início da privatização da limpeza da cidade, o que para o PCP era muito negativo e uma forte razão para o voto contra. -----

----- Depois, disse que desejava fazer duas observações finais: uma era que o Orçamento previa uma passagem de 50 milhões de euros como saldo do ano de 2002, pelo que não podia deixar de considerar uma mistificação quando se falava da descapitalização da Câmara. Outra, era que o Plano e o Orçamento continham muitas indefinições e eram generalistas. Era uma opção, mas também era uma realidade que não havia rumo definido porque se conhecia muito pouco a realidade da cidade. -----

----- A terminar, disse que por o Orçamento e o Plano de Actividades não corresponderem às realidades e urgentes necessidades do Município, o PCP iria votar contra a proposta.” -----

----- **O Deputado Municipal José Rodrigues (PS)**, no uso da palavra, disse que a abordagem que ia fazer tinha a ver, essencialmente, com duas ou três áreas específicas do Plano e do Orçamento, independentemente de depois fazer também a ponte por algumas áreas. -----

----- Começou então por referir que o Plano, globalmente, era um Plano de generalidades e de assimetrias na profundidade das abordagens sectoriais. Olhando a discriminação das actividades a nível de cada um dos subsectores de intervenção, notavam um nível de especificidade bastante grande nalgumas áreas, enquanto que noutras as generalidades eram gritantes. -----

----- Grande parte das propostas constantes eram, segundo disse, na sua maioria idênticas às do ano passado. Havia alguma falta de criatividade e ausência de novos projectos significativos, para além dos que já conheciam ao nível daqueles que eram os projectos do regime: o túnel das Amoreiras e o casino da Parque Mayer. -----

----- Seria que os novos projectos eram só para 2004 e 2005, datas mais convenientes de apresentação? Seria que era só gestão corrente durante estes dois anos? É que até a questão da disponibilidade orçamental e a situação financeira, pelos vistos não era assim tão má tendo em atenção os números apresentados na execução orçamental e as disponibilidades que eram apresentadas em termos orçamentais. -----

----- Mas focaria em particular as questões da educação e do desporto, áreas onde as assimetrias que referira eram significativas, já que enquanto aparecia, a nível da educação, uma descrição de algumas intenções de actividades, a nível do desporto apenas constavam três parágrafos de generalidades. Mas em ambos havia uma questão comum: uma redução orçamental significativa! -----

----- Referiu que o Sr. Presidente da Câmara, quando interveio há pouco, falou justificando com a necessidade de intervenção noutras áreas, mas perguntava que áreas mais estruturantes, se houvesse uma visão estratégica e de futuro, que as áreas da educação, da cultura e do desporto na formação dos jovens de Lisboa, na sua educação e no desenvolvimento, para que isso não constituísse uma prioridade. Estavam numa gestão com uma visão a curto prazo, ou numa visão estratégica que visava apostar profundamente na educação dos jovens e no seu desenvolvimento? -----

----- Disse que para além de novas escolas, onde mesmo assim a redução orçamental andava na ordem dos 40%, as áreas descritas no Plano eram a continuação da recuperação das escolas, continuar as vistorias às escolas, aprofundar a operação “Mãos à Obra”, alargar o programa de educação física, proporcionar um complemento, portanto, nada havia de novo para essas áreas: ampliação, renovação, remodelação e conservação, a redução da verba orçamentada era de 50%. Seria que o parque escolar da cidade estava assim tão bem conservado? -----

----- Por outro lado, nas outras despesas escolares a redução atingia os 60%. Poder-se-ia dizer que aí se esperava uma maior intervenção das Juntas de Freguesia, mas isso não parecia plausível na medida em que as verbas a transferir para as Juntas também elas tiveram uma quebra acentuada na globalidade. -----

----- A nível do desporto, a assimetria de que falara era clara. O plano apresentado consistia apenas em três parágrafos: criação de novos espaços, onde só era exemplificado o caso do novo Pavilhão dos Desportos, a piscina de Telheiras e a recuperação do Pavilhão Carlos Lopes; apoio à realização de grandes eventos, que, obviamente, sendo dignificantes para a cidade eram eventos que transcendiam o ambiente da cidade, porque falavam do Campeonato do Mundo de Andebol, do Euro 2004, etc.; e uma abordagem genérica ao apoio às actividades desportivas. -----

----- Contudo, a intervenção do Sr. Presidente da Câmara salvara as lacunas nessa área descritas! Seria que não estavam previstas ainda aquando da feitura do Plano? É que, de facto, o Sr. Presidente da Câmara, na sua intervenção de há pouco, referira

concretamente algumas das piscinas, algumas das obras por concluir e algumas das infra-estruturas desportivas da cidade que não estavam descritas no Plano. -----

----- Portanto, começavam a habituar-se a um desconhecimento de informação, que, aliás, não era de espantar, particularmente para aqueles que, como ele, eram membros da Comissão Permanente de Educação, Juventude e Desporto, que tirando a excepção da Vereadora do Pelouro da Juventude, ainda não receberam respostas às questões colocadas desde Julho do ano passado, aproximadamente. -----

----- De resto, sabiam mais pelos jornais, pelos murais e por aquilo que era afixado às vezes pela cidade, como acontecia, por exemplo, com um cartaz com certeza colocado pela Câmara na Praça Marquês de Pombal, a dizer que dentro em pouco começavam as obras nesse local. Para si foi um espanto essa preocupação mediática de existir já até uma data para começar as obras, quando, de facto, ainda estava um estudo em curso e também quando viam ainda no próprio Plano de Actividade apresentado um estudo de mobilidade, que à partida deveria trazer informações até porque significava um custo grande para esse processo. O certo era que a discussão não estava ainda ultimada, a obra em si também ainda não estava aprovada pela Câmara, e já havia um cartaz a anunciar que as obras iam começar. -----

----- Por conseguinte, a comunicação e a informação à Assembleia não existia de facto. Mas isso também não espantava porquanto souberam ontem, pelos jornais, que, afinal, a importância da Assembleia Municipal na discussão era até despicienda, por vezes era até um aborrecimento respeitar as instituições democraticamente eleitas, porque, pelos vistos até poderia nem ser preciso ir à Assembleia, bastava apenas distribuir os documentos e votá-los, por exemplo através da Internet. Essa foi a visão que ontem, aqueles que leram o Público, ficaram a conhecer da parte do Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Portanto, ali tinham uma nova visão do funcionamento e da importância dada à Assembleia Municipal e à discussão das matérias. Felizmente, o povo de Lisboa soubera fazer as destrinças aquando da sua votação. -----

----- **O Deputado Municipal José Rui Roque (CDS-PP)**, no uso da palavra, disse que quando o Deputado Municipal do PSD referira que o dinheiro não era tudo e que muitas as vezes as ideias eram mais importantes que o dinheiro em determinadas circunstância, a oposição teve uma intervenção ruidosa, pelo que a sua conclusão era que ou a oposição não concordara com a afirmação feita, e então revelavam-se, afinal, empedernidos materialistas para os quais o dinheiro era tudo, ou pretendiam afirmar que à sua direita nada mais movia os seus opositores que a vil ganância do dinheiro. ---

----- Se no primeiro caso era obviamente hipocrisia porque o dinheiro era importante mas não era tudo de facto, no segundo caso era um insulto, e era um insulto que não ficava bem. Obviamente a ganância existia em todas as pessoas, não apenas nas pessoas da esquerda ou da direita e, portanto, fazer conotar apenas as pessoas da direita com a ganância do dinheiro, não era bonito e revelações recentes tinham demonstrado que era falso. -----

----- Passando aos documentos em apreciação, disse que concordava que era altura de mudar a actuação, era preciso cuidar com toda a atenção do coração da cidade muito

mais do que fazê-la crescer e fazer obras de regime. E tanto mais se justificava esta nova postura, quanto era verdade que os meios disponíveis eram escassos, por definição eram sempre escassos, mas mais escassos se tornaram após o regabofe despesista de anos recentes. -----

----- Portanto, face a essa carência de meios, era preciso rentabilizar, por exemplo, o património da Câmara e, sobre essa matéria, permitia-se felicitar a Câmara Municipal pela conclusão, que esperava muito breve, do inventário do património, instrumento fundamental para a gestão financeira de qualquer instituição e em particular para uma instituição com a dimensão da Câmara Municipal de Lisboa. Estranhava que alguma vez tivesse sido possível gerir uma casa desta dimensão sem lhe conhecer os cantos, mas estava convicto que, de facto, os cantos da casa estavam hoje bem conhecidos e permitiriam uma gestão financeira adequada. -----

----- Porque, de facto, o património não era apenas para guardar debaixo do colchão, o património respeitava-se também rentabilizando-se, preservando-se e utilizando-se para as funções que às instituições estavam cometidas, como era o caso Câmara Municipal. -----

----- Por outro lado, desejava também expressar a sua expectativa sobre as opções que a Câmara vier a utilizar, no que respeitava, quer à alienação de imobilizado, porque obviamente por isso teria que passar dadas as carências financeiras e a necessidade de rentabilizar o património, que era muito vasto e não era necessário que ficasse todo ele na posse da Câmara, quer no tocante à rentabilização desse património, não o alienando mas utilizando o seu potencial de rendimento apostando na concessão da sua exploração a entidades, fossem elas privadas ou parcerias entre a Câmara e privados. -----

----- Era uma ideia que não estava suficientemente aclarada no Plano e no Orçamento, mas que o simples facto de ter sido abordada lhe parecia já extremamente favorável e aguardava com expectativa as iniciativas que trariam a concretização desse entendimento. -----

----- No que dizia respeito à gestão corrente, disse que era de realçar a tentativa bem sucedida – e os números do próprio Orçamento já iam revelando alguma coisa em termos dos gastos com pessoal e alguma redução nos custos de funcionamento de outro tipo – de disciplinar alguns dos custos como sejam as horas extraordinárias, as comunicações e os transportes, porque só a racionalização da gestão corrente poderia libertar meios para os investimentos que realmente importavam para a cidade. -----

----- Não combater práticas improdutivas, ou mesmo mordomias não correspondentes a real trabalho prestado à Câmara Municipal era caminhar para o precipício. Lisboa não podia nem merecia caminhar nesse sentido e o actual Executivo certamente não levaria Lisboa para o precipício mas para o cimo das colinas para verem toda esta bela cidade. -----

----- **O Deputado Municipal José Luís Ferreira (PEV)**, no uso da palavra, disse que as Grandes Opções do Plano para 2003-2006 e Orçamento para 2003, que constituíam o conteúdo da proposta 751/2002, eram instrumentos fundamentais para a Cidade de Lisboa uma vez que esses documentos traçavam os caminhos, estabeleciam as

prioridades e apontavam os projectos, as dinâmicas e, sobretudo, determinavam as opções para o futuro do Município e dos seus habitantes. -----

----- Importantes ainda, e fundamentalmente, porque os caminhos, prioridades e opções apontadas deveriam materializar as promessas feitas aos lisboetas. Aliás, tal como começava a exposição das Grandes Opções do Plano, onde se dizia que em 2003 elas cumpriam num segundo ano de quatro, os propósitos desenhados no programa de Lisboa Feliz. Só era pena que no primeiro ano não se tivessem cumprido tais propósitos e neste Plano também não se vislumbrarem formas de se virem a cumprir. -----

----- Relembrando algumas das principais bandeiras do programa Lisboa Feliz, começou por se referir ao trânsito dizendo que o tal caos que era necessário combater, se era um caos um caos continuava, parecia mesmo que veio para ficar. -----

----- Por outro lado, arranjar casa deixara de ser um problema. Passara a ser uma miragem! -----

----- Relativamente à toxicodependência – outra bandeira – e aos autocarros de saúde como postos de prestação de cuidados médicos básicos, perguntou se alguém os viu, assim como às equipas de rua nos bairros problemáticos, as quais, na verdade, em vez de saírem à rua saíram mas foi do Plano em 2003. -----

----- Perante isso, ou não leram mesmo Plano de Lisboa Feliz, ou foram-lhes distribuídos Planos diferentes. -----

----- Continuando, disse que da leitura que faziam ficavam, desde já, duas conclusões: a primeira, que as propostas apresentadas estavam muito longe das promessas que foram feitas; a segunda era que o facto de grande parte das propostas constantes do Plano serem idênticas às propostas do ano anterior, significa que as mesmas não foram concretizadas. -----

----- Quanto aos números, disse que constataram verbas insignificantes em áreas que do ponto de vista do PEV eram fundamentais, como era o caso do Corredor Verde que ligará o Parque Eduardo VII a Monsanto e do Parque Periférico, e tratava-se, em muitos casos, de obras que já estavam em andamento. Por exemplo, as obras na Quinta da Granja que não conheceram qualquer avanço desde que o actual Executivo tomara posse, ou o Vale da Ameixoeira cuja recuperação de toda a envolvente continuava por fazer e, a julgar pelo Plano, nada indicava que avançasse. -----

----- Por outro lado, a verba para a sensibilização ambiental, um dos pilares da sustentabilidade, não chegava aos 50.000 euros. Os espaços verdes tinham tanta importância para o Executivo que, no que se referia ao texto do Plano, não mereceram sequer uma linha na respectiva área de actividades e lazer. Nesse texto, a única referência aos espaços verdes ficava-se pelo sumário! A doutrina somava assim à publicidade enganosa um novo conceito: sumário enganoso! -----

----- Quanto a referências ao aproveitamento energético, ao estímulo dos factores que favorecessem a poupança de energia ou ao recurso a energias alternativas, também nada se dizia. -----

----- Sobre medidas efectivas para promover a utilização do transporte público em detrimento da utilização do transporte individual, disse que ia socorrer-se dum

semanário que, no seu último número, sintetizava de uma forma muito clara essa matéria. -----

----- Estratégia difusa no combate ao tráfego automóvel, afastamento dos carros da cidade *versus* criação de infra-estruturas que convidavam à circulação automóvel no seu interior. Era esta, na verdade, a imagem, o retrato da estratégia do Executivo, nesta como noutras matérias. Lisboa conheceria, pela primeira vez, o seu perfil de mobilidade, dizia-se no Plano que o estudo de mobilidade permitiria sustentar decisões de reordenamento do tráfego mais adequado às necessidades da população, à tipologia da rede viária em cada caso e às soluções ambientalmente mais favoráveis. Isso é que era falar! E então o túnel das Amoreiras? Avançava antes de tão importante instrumento de planeamento? Bem, podia não haver estratégia, mas este Plano tinha aspectos que eram uma verdadeira prova de poder de antecipação. Dele constava a eventualidade da Carris ser integrada na Câmara, mesmo antes da Assembleia Municipal se ter pronunciado sobre a matéria. Isso era realmente poder de antecipação!-----

----- Aludindo ao Orçamento, começou pelas receitas dizendo que punham sérias reservas sobre o aumento da receita prevista para a sisa, que de 84 passava para 98 milhões de euros, portanto um aumento de 14 milhões. Não diria porquê para não ser acusado de dizer mal do Governo, teria oportunidade quando falassem das portagens. -

----- Quanto aos parques de estacionamento, a verba prevista para 2002 era de 5.486.776 euros enquanto que a previsão para 2003 era de 5.000 euros. Haveria engano? Faltariam zeros? Teria havido engano na conversão de escudos em euros? Ou seria culpa do anterior Executivo? -----

----- No articulado do regulamento do Orçamento, mais precisamente no ponto 9 do artigo 4º, não compreendiam muito bem os motivos que levaram ao alargamento das reduções aos institutos públicos das taxas devidas pela realização de vistorias e pela emissão de alvarás de licença e autorizações. Esses mesmos institutos públicos a quem se declarara guerra há uns meses atrás! Mas perguntava se estavam a falar de todos os institutos públicos, ou apenas daqueles que prosseguiam os fins previstos no texto do articulado. -----

----- Relativamente à despesa, disse que as Juntas de Freguesia tinham muito menos dinheiro, e ainda sobre as freguesias referiu que havia uma visão de cidade relativamente ao centro histórico, já que se remetiam as freguesias limítrofes para freguesias suburbanas com todas as consequências que daí poderiam advir em termos de qualidade de vida para quem lá vivia. -----

----- Por outro lado, havia áreas fundamentais que tinham diminuições substantivas no que dizia respeito às suas dotações: habitação social, saneamento, integração social e cultura. -----

----- Referindo-se à operação telemóveis, que foi objecto de alguns minutos na intervenção do Sr. Presidente da Câmara na reunião de 30 de Abril de 2002, disse que concordava que era necessário moralizar situações que eram um abuso e às quais urgia pôr cobro pois gastava-se muito dinheiro em comunicações. Só que, afinal, a despesa em transportes e comunicações passava de 7 para 9 milhões de euros!

Portanto, falhara a operação mas ficavam na mesma impressionados com a medida anunciada. -----

----- Sobre dados positivos, referiu o Plano Municipal de Drenagem de Água e Estudo de Mobilidade, o tal estudo que deveria ser prévio a qualquer decisão sobre o túnel das Amoreiras. Eram, de facto, dados positivos, mas, para além disso, não havia projectos novos, não havia um desígnio a pensar na cidade e nos lisboetas, não havia estratégia, avançava-se para uma obra com as dimensões e implicações do túnel das Amoreiras, e depois fazia-se um estudo de mobilidade para a cidade. Falava-se no afastamento dos automóveis da cidade, mas criavam-se infra-estruturas que estimulavam a circulação automóvel no seu interior. -----

----- Em conclusão, o Plano e o Orçamento, no entender do PEV, não eram bons para a cidade nem para os lisboetas, pelo que iriam votar contra. -----

----- **O Senhor Vereador Pedro Pinto**, no uso da palavra para pedir esclarecimentos, perguntou ao orador anterior em que se baseava para dizer que as transferências para as Juntas de Freguesia tinham um valor inferior às do ano passado. -----

----- **O Deputado Municipal José Luís Ferreira (PEV)** respondeu dizendo que falou daquilo que tinha lido na documentação que lhe havia sido distribuída, e em relação aos números eles constavam dessa mesma documentação. Era uma questão de os procurar e compará-los, bastava que lhe dessem dois minutos para os procurar porque diria até o que o levava a chegar aos três milhões. -----

----- **O Senhor Vereador Pedro Pinto** disse que ouvira daquele lado da bancada alguém a dar a explicação que levava o Deputado Municipal José Luís Ferreira a fazer a declaração que fez, mas essa declaração era assente em dois documentos, quando efectivamente não tinha havido dois: houve um documento de base e depois uma alteração a esse documento que havia sido distribuída ainda antes do Natal. -----

----- Mas achava muito estranho, até porque considerava que era um Deputado Municipal que acompanhava estas matérias com muita atenção, que não soubesse que não havia uma diminuição mas sim um claro aumento no montante das verbas a transferir para as Juntas de Freguesia, e isso porque também tinham em atenção, como já havia sido dito pelo Sr. Presidente, a necessidade de aprofundarem as relações da Câmara com as Juntas. -----

----- Não queria qualquer justificação, o documento apresentado era muito claro, bastava que somasse a página 38 com a página 41 para se ver que dava um valor muito superior ao do ano passado. -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Soares (BE)**, no uso da palavra, disse que por estranho que pudesse parecer ia começar por felicitar o Executivo camarário, e começava por felicitar o Sr. Presidente da Câmara pelo simples facto de ter apresentado o Plano e o Orçamento nos termos da lei. É que esse simples facto, que não podia deixar de ser entendido como um elementar procedimento das regras democráticas, era aquele que parecia que ia viabilizar esse Plano e Orçamento. -----

----- Por estranho que parecesse, o cumprimento duma simples regra democrática que lhes parecia óbvia, poderia dar ao Executivo camarário a possibilidade de governar no próximo ano de acordo com um Plano e Orçamento que, pelos vistos, a maioria da

Assembleia não estava de acordo, ou pelo menos até agora se tinha manifestado em desacordo.-----

----- Para o Bloco, de facto, esse não podia ser o critério para apreciar o Plano e o Orçamento, já que o Plano e o Orçamento não eram apenas instrumentos jurídicos, apesar também de o serem e isso ser importante. Mas esse era exigido ao Sr. Presidente da Câmara e à maioria que o cumprisse. Para o Bloco, estes Plano e Orçamento eram, sobretudo, instrumentos políticos, instrumentos que determinavam opções políticas, e era isso que estava em causa neste debate. -----

----- De facto, estes Plano e Orçamento não poderiam ser entendidos como meros documentos jurídicos, mas sim como documentos de grande importância política. Eram documentos eminentemente políticos, que faziam opções, que hierarquizavam procedimentos, acções, obras, gastos e receitas que tinham um carácter político. Definiam políticas! Para viabilizarem ou não esses documentos, os critérios teriam de ser obrigatoriamente políticos. -----

----- E muito sinceramente, em termos políticos, estavam à espera de muito mais. Estava confirmado, pelas actas da reunião da Câmara e por algumas intervenções, que era mera continuidade. As expectativas que foram criadas em torno do actual Executivo camarário, encontravam-se num hemisfério que era diametralmente oposto ao hemisfério da realidade que esses Plano e Orçamento traziam. Podiam apresentar vários contrastes entre aquilo que se dizia e a realidade que apresentavam as opções do Plano e Orçamento. -----

----- Por exemplo, seria interessante, e não era um mero *fait diver*, comparar uma certa luminosidade da postura pública do Sr. Presidente da Câmara com a tendência subterrânea dos investimentos perspectivados. Não estava a falar de economia subterrânea, mas sim daquilo que estava perspectivado para túneis e parques de estacionamento no subsolo, que efectivamente proliferavam no Orçamento. De facto, as opções destes Plano e Orçamento não seriam aquelas que o Bloco de Esquerda egeria como prioritárias. -----

----- Tentando clarificar essa posição, disse que não colocavam em causa – que ficasse claro – a necessidade premente de acções muito enérgicas na reabilitação e recuperação urbanas, assim como no planeamento urbano, nomeadamente no que dizia respeito à regulação do trânsito e à mobilidade interna da cidade. -----

----- Mas, começando pelo que mais interessava, os cidadãos de Lisboa, disse que se ia investir na reabilitação e recuperação com o objectivo de consolidar paredes, e questionava se não se tratava de um objectivo demasiadamente pouco ambicioso, se não seria de facto minimizar aquilo que na realidade deveriam ser a recuperação e a reabilitação urbanas. E as medidas para disponibilizar alojamentos para os mais jovens, a preços acessíveis, no sentido de os trazer para as áreas centrais da cidade? Onde estavam? E o que se pretendia fazer para contrariar a tendência de segregação social da cidade que continuava a existir, e impedir processos gravíssimos de *ghettização* de certas áreas da cidade? Isso não se combate apenas com a recuperação das fachadas, Sr. Presidente da Câmara! -----

----- De facto, recuperar e reabilitar era importante, mas era importante porque tinha uma componente social e cultural fundamental, só que a componente social e cultural desse processo de recuperação e de reabilitação não existia na cabeça do actual Executivo camarário, ou pelo menos não estava patente. Pelo contrário, diminuía-se verbas na área do social e do cultural, porque cultural não era apenas o S. Luiz, por muito respeito que tivessem, ou pelo Teatro/Estúdio Mário Viegas que também muito respeito lhes merecia. -----

----- Efectivamente, o apoio social e cultural às populações mais carenciadas, às que estavam a atravessar processos de segregação e *ghettização*, de facto não parecia estar a presidir à política do Executivo camarário. -----

----- Mas podiam continuar a falar sobre isso. Por exemplo, em relação aos tais parques de estacionamento, fossem eles em altura ou subterrâneos. Fazer parques de estacionamento era absolutamente necessário. Mas fazê-los nas áreas centrais da cidade, Sr. Presidente da Câmara?! Isso era claramente influenciar o fluxo de tráfego no sentido do centro da cidade! De facto, em abono da verdade, construir túneis como os que estavam previstos, era coerente com essa política, era levar mais trânsito para o centro da cidade. -----

----- Todavia, essa não era a política do Bloco de Esquerda. -----

----- De facto, o que se passava era que novos túneis iriam desencadear a necessidade de novos túneis. Podiam esburacar o subsolo da cidade, com todas as consequências que o Sr. Vice-Presidente da Câmara, se estivesse presente, poderia explicar, podiam transformar a cidade num autêntico queijo suíço, mas novos túneis iriam trazer a necessidade de novos túneis e de novos parques de estacionamento no centro da cidade! Esta é que era a realidade dos factos! Tinham que fazer parques de estacionamento, mas nas áreas periféricas da cidade. O Município teria que assumir as suas responsabilidades centrais na Área Metropolitana de Lisboa e consensualizar com os restantes municípios uma política de acessos a Lisboa. Esta é que seria a forma de resolver o problema, mas ela não estava no Plano e no Orçamento e o Sr. Presidente da Câmara, na sua intervenção, nem sequer aflorara essa questão. -----

----- Continuando, disse que se deveriam reforçar as despesas sociais para a afirmação de Lisboa como uma verdadeira Capital Atlântica da Península Ibérica, promovendo eventos culturais, fazendo com que Lisboa ficasse no mapa ibérico e europeu, em vez se optar por fazer túneis e parques de estacionamento! -----

----- Estas, de facto, não eram as opções do Bloco de Esquerda. -----

----- As opções teriam de ser, efectivamente, em termos da circulação do trânsito, operações integradas, e tanto quanto sabia o partido da maioria tinha feito muito pouco, por exemplo, pela Autoridade Metropolitana de Transportes. Nomeadamente ao pretender transformar – pelo menos era o Decreto-Lei que estava em apreciação na Comissão Especializada da Assembleia da República – aquilo que deveria ser uma verdadeira Autoridade Metropolitana de Transportes numa simples Comissão Interministerial, sem capacidade de definir taxas nem investimentos. Esta é que era a realidade! -----

----- Portanto, tudo isso entrava em contradição. Nomeadamente, não deviam ter medo de o dizer, as portagens da CREL entravam em contradição com qualquer política de impedir o acesso de mais trânsito ao centro de Lisboa. Isso era óbvio, estava mais que discutido, diversos analistas já referiram que isso iria trazer mais trânsito para a cidade, para os espaços canal que davam acesso a Lisboa. -----

----- Estas, disse, eram as razões pelas quais o Bloco de Esquerda entendia que devia votar contra estes Plano e Orçamento. -----

----- E quanto aos mais marginalizados, aqueles que estavam sempre na boca de alguns dirigentes da Câmara Municipal, em períodos de Natal inclusivamente, mas que depois não se viam consequências práticas disso! -----

----- E em relação aos imigrantes, em relação aos sem-abrigo, onde estava a Casa da Imigração, uma casa que permitisse apoiar os imigrantes que cada vez eram mais na Cidade de Lisboa e que estavam a ocupar os espaços dos sem-abrigo? -----

----- Iguualmente quanto à terceira-idade, um centro de noite ou vários centros de noite para apoiar a terceira-idade! -----

----- E em relação à casa municipal de acolhimento para a vítima doméstica! Onde estava isso, como também onde estava a tão falada experiência das salas de injeção assistida? Onde estava isso? Desaparecera do discurso político? Servira apenas para as eleições? -----

----- E em relação aos deficientes, os nivelamentos das ruas e passeios, a instalação de meios sonoros nos semáforos, etc., onde estava isso? -----

----- Continuando, referiu que uma das entidades muito mal tratadas na cidade era o ambiente, e simples políticas poderiam ser levadas a cabo para a defesa do meio ambiente. -----

----- Uma das propostas do Bloco de Esquerda, que seria uma das suas opções por exemplo, era a diferenciação dos resíduos sólidos, e a simples distribuição de sacos à população para esse efeito poderia ser um avanço, em termos pedagógicos e práticos, de grande importância para ajudar a proteger o ambiente. -----

----- A terminar, disse que esta cidade de obras sem ideias não era a cidade do Bloco de Esquerda. A cidade do Bloco de Esquerda, que defenderam no programa eleitoral, era uma cidade sobretudo de obras com ideias para os mais desfavorecidos para acabar com a segregação racial, para resolver os problemas das pessoas, dos cidadãos e das cidadãs de Lisboa. -----

----- Portanto, não por razões legais ou outras quaisquer, que em geral ocultavam outras responsabilidades políticas, mas sim por razões políticas votariam contra o Plano e o Orçamento, porque, de facto, não eram as opções que o Bloco de Esquerda defendia para a Cidade de Lisboa. -----

----- **O Deputado Municipal Domingos Pires (PSD)**, no uso da palavra, disse que o Orçamento apresentado pelo Executivo constituía um programa/compromisso assumido pela Câmara para gerir os destinos da Capital do País durante 2003, nas diversas vertes e complexidades que uma empresa com a dimensão da Câmara comportava, consubstanciando “n” determinantes de natureza social, económico-financeiro e de desenvolvimento estrutural do seu tecido urbano, quer seja pela via de

novos projectos ou ainda pela via de renovações, remodelações ou ampliação dos já existentes, mas todos eles numa perspectiva radiosa de integração de forma a responder à satisfação das populações abrangentes. -----

----- Nesse documento, segundo disse, estavam traduzidas opções de fundo que contemplavam importantes preocupações de gestão da coisa pública, que passavam, nomeadamente, pelo rigor, o rigor que consistia em gerir com parcimónia os meios disponíveis do Município, tanto no que dizia respeito às despesas, correntes e de capital, como em relação às receitas. -----

----- Citava apenas alguns exemplos: -----

----- A reestruturação orgânica da Câmara com vista a torná-la mais racional e operacional; -----

----- A contenção de custos e a eliminação de desperdícios, bem evidenciada no corte de cerca de 500 telemóveis mal atribuídos a funcionários camarários, segundo constava alguns até atribuídos a filhos de funcionários; -----

----- A implementação dum sistema de controlo financeiro integrado na Câmara, por forma a que ela dispusesse de informação a cada momento da sua verdadeira situação financeira e patrimonial; -----

----- A continuação da inventariação do património camarário, dado que os elementos disponibilizados ainda não traduziam totalmente, e com rigor, toda a verdade. -----

----- O Orçamento, em síntese, resumia, naturalmente, opções políticas importantes para quem ia gerir durante o ano de 2003 os destinos da Câmara, e se era certo que se tinha que mover dentro de algumas balizas limitativas porque os recursos eram poucos – o crescimento das receitas correntes era apenas de 2% e o das despesas 2,3% – o que acontecia era que mesmo assim a Câmara pretendia gerir numa perspectiva diferente da que acontecera anteriormente, isto é, estando atenta a todos os recursos e a todas as necessidades de ajustamentos que se iriam processar, porque seria necessário que se processassem com justeza e com equilíbrio. -----

----- Na parte das receitas que tinham a ver com os impostos directos, disse que havia um aumento de 9% na contribuição autárquica e também um aumento de 6% na previsão do imposto da sisa, o que deixara alguns Deputados Municipais surpreendidos já que no ano passado se previram apenas 94 milhões de euros e este ano previam-se 98 milhões de euros. De todo o modo tinha sido justificado pela Sra. Vereadora das Finanças na reunião de Câmara que, mesmo assim, apesar do aumento, estava com uma folga de cerca de 5 milhões de euros para poder suportar alguma variação menos favorável em relação às receitas previstas para 2003. -----

----- No entanto, na derrama havia uma redução de cerca de 19% tendo em linha de conta que se registava uma quebra na actividade económica do País que, como era óbvio, afectava as empresas sediadas no concelho de Lisboa. -----

----- Todavia, era a salientar o aumento de cerca de 155% na cobrança de taxas, multas e outras penalidades, admitindo-se, contudo, que aí também fosse incorporada a recuperação de algumas taxas do passado que o Executivo anterior não foi capaz de cobrar por razões que desconheciam. -----

----- Relativamente às despesas, disse que havia, de facto, a previsão de um aumento de 12% nas despesas com pessoal, no entanto chamava a atenção de que havia uma redução de 55% nas horas extraordinárias, como igualmente havia uma redução de cerca de 17% na aquisição de bens e serviços correntes. -----

----- Por outro lado, na cultura, área onde também alguns Deputados Municipais ficaram surpreendidos pela redução prevista, na ordem dos 43%, o Sr. Presidente da Câmara já dera explicação suficiente para que essa redução pudesse ser entendida. ---

----- Quanto aos encargos decorrentes da dívida, disse que se situavam num nível compatível com o endividamento que a Câmara tinha, cerca de 120 milhões de contos.

----- No tocante às transferências para as Juntas de Freguesia, disse que, quer em despesas correntes, quer em despesas de capital, ao contrário do que alguns Deputados Municipais ali disseram elas foram efectivamente reforçadas, o que se podia ver se lidas as respectivas alíneas que contemplavam essa situação. -----

----- Igualmente havia uma preocupação muito importante na intervenção social, já que eram contempladas áreas onde eram urgentes intervenções, nomeadamente realojamentos em bairros sociais, como seja o Vale do Forno, o Bairro da Boavista, o Bairro dos Lóios, Bairro Padre Cruz, Alcântara, Ajuda e outros. -----

----- Mas o Executivo não se ficava por aí! Pensara, objectivamente, em criar instrumentos de eficácia e pensara precisamente na modernização da Câmara. Por isso mesmo estava empenhado na implementação dum programa, o POSI, que era subsidiado pelo Governo em 65%, para poder preparar os seus quadros de pessoal e desenvolver a chamada “revolução tranquila” na substituição, racionalização e modernização dos métodos de trabalho e reequipamento com novas valências, sobretudo no campo informático, aumentando assim a sua capacidade de resposta aos desafios modernos. -----

----- Prosseguindo, disse que era ainda de salientar que o Sr. Presidente da Câmara anunciara ontem que entraria em vigor, no dia 2 de Abril próximo, o sistema Gerturbe para responder, em tempo útil, aos pedidos de licenciamento de obras particulares, demonstrando assim, com factos, como se fazia a gestão da maior Câmara do País. ---

----- É que, de facto, como se recordavam com certeza os Deputados Municipais, havia dezenas de milhares de processos sem resposta há vários anos na Câmara. Portanto, esta era uma boa resposta em termos de eficácia e em termos de modernidade. -----

----- Fazendo a síntese do Orçamento apresentado, disse que deveria ser realçado que se tratava dum bom instrumento de trabalho, elaborado com sentido e espírito de rigor para prossecução dos objectivos do Executivo no ano em curso. De resto, a Comissão Permanente de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, que emitira o seu Parecer em 3 de Janeiro de 2003, com a aprovação, por unanimidade, de todas as forças políticas presentes nessa reunião: PSD, PS, CDS-PP, PPM e BE. -----

----- Terminou dizendo que no Orçamento se evidenciava uma dinâmica de gestão pro-activa em todas as frentes, com notórios sinais de se pretender fazer de Lisboa uma das principais cidades europeias. -----

----- **O Deputado Municipal José Godinho (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara, no uso da palavra, disse que pelos vistos não eram dois documentos mas sim três. Primeiro deram-lhe um, depois um outro para substituir o primeiro, e agora ficara com a ideia que o orador anterior se estava a referir a outro documento, pelo menos parecia ver coisas que ele não tinha visto no seu. De facto, apontara melhorias de vária ordem: na acção social, na cultura e outras áreas, o que o seu não tinha e por isso mesmo dizia que haveria talvez um terceiro documento. -----

----- Disse, depois, que embora custasse a muitos a postura entre a esquerda e a direita era totalmente diferente, já que a esquerda apresentava documentos para cumprir quando ganhava eleições, enquanto que a direita apresentava documentos para ganhar eleições e depois esquecia-os. -----

----- Todos se lembravam do Dr. Paulo Portas dizer “eu fico” e até mesmo em cartazes isso se referia. Mas onde é que ele estava? Não ficou! -----

----- Por exemplo, o Sr. Presidente da Câmara, quando era candidato, dizia que ia fazer em todos os bairros piscinas e pavilhões. Perguntava onde estavam essas piscinas e esses pavilhões porque na sua freguesia não havia nenhum. -----

----- Dizia também que ia reforçar a segurança mas, depois de eleito, apesar de ser o Presidente do Conselho Municipal de Segurança nunca o reunira. Ele próprio, como membro que era desse Conselho, tomara posse e nada mais. O Sr. Presidente da Câmara dizia também que iria haver mais polícia, mas havia menos polícia em Alcântara. E até dava um exemplo: em frente da escola 157, na Calçada da Tapada, havia um polícia da PSP na altura da entrada e da saída das crianças, polícia esse que foi substituído por um outro da Polícia Municipal que depois de lá ter estado cerca de um mês não mais apareceu, estando agora as crianças a atravessar aquele local de forma perigosa. E, mais ainda, estava um carro a cerca de 50 metros dessa escola, em cima do passeio, já pedira a sua remoção com o envio de 15 ou 20 faxes e nunca o tiraram de lá. Portanto, onde está a segurança, perguntou. -----

----- Aludindo ao parque edificado, disse que em Alcântara não havia melhorias, pelo contrário a situação piorava porque antes tinham um protocolo para pequenas reparações e agora não. A sua Junta recebia entre 20.000 a 30.000 contos da Câmara por ano, com esse dinheiro ia fazendo pequenas reparações nas casas das famílias pobres e como deixaram de ter esse protocolo a Junta não podia fazer obras e a situação piorara, obviamente. -----

----- Por outro lado, a acção social da Câmara na Freguesia de Alcântara era inexistente e a cultura era também zero. Por exemplo, a Academia de Santo Amaro, uma escola donde têm saído muitos actores, alguns dos quais a trabalhar com o Filipe La Féria, nunca levava um tostão da actual Câmara. A um aparte respondeu que na anterior Vereação da cultura de facto nunca levava nada, teve azar, mas a Vereadora do Pelouro do Desporto dera vários subsídios para lá. -----

----- Sobre o estado dos arruamentos, disse que a cidade estava toda esburacada. Na sua freguesia, por exemplo, a Rua Diogo Cão e o Largo do Calvário estavam esburacadíssimas, como também a Rua António Serpa, onde agora passara a caminho da Assembleia, estava muito esburacada, eram buracos atrás uns dos outros. Isso

fazia-lhe lembrar que em 1989, quando o Dr. Jorge Sampaio era candidato à Câmara de Lisboa, a comunicação social perguntava-lhe: “se o Sr. for Presidente da Câmara tem capacidade para tapar os buracos?”. E é verdade que taparam os buracos, deixaram uma cidade bonita, mas os buracos agora começavam a aparecer outra vez, até na Segunda Circular e outras grandes vias de entrada na cidade. -----

----- Relativamente à iluminação pública, disse que parte da cidade estava às escuras. Na sua freguesia, em frente ao “Herman José”, uma rua inteira estava completamente às escuras apesar dos faxes enviados pela Junta, o que era perigosíssimo dada a animação nocturna existente no local, para além de passarem por ali crianças e adultos. -----

----- Quanto ao espaço público, disse que já na anterior Vereação mandara um fax à Vereadora Alexandra Gonçalves que depois o informara que fizera seguir para o Presidente da Câmara, mas mantinha-se na mesma a situação daquela escadaria monumental na Av. 24 de Julho, encostada à Casa da América Latina, que estava partida dum lado e do outro e qualquer dia caía. Era uma vergonha para a Cidade de Lisboa os turistas ao saírem dos paquetes depararem com aquela situação. -----

----- Sobre as infra-estruturas viárias, disse que gostava de saber se o eixo viário Ajuda/Calçada da Tapada, que se referia no Plano, era a célebre via da meia-encosta. É que se falara em tempos nessa via, depois houve grande contestação da parte do Instituto de Agronomia, o Arqtº Ribeiro Teles “atirara-se” ao projecto, a questão ficara então em banho-maria, e realmente não sabia se isso era a mesma coisa pelo que pedia que fosse dado um esclarecimento. -----

----- Acerca do saneamento, disse que Alcântara começara por ter a primeira ETAR de Lisboa, mas, curiosamente, era a que estava mais atrasada. As outras já estavam em tratamento secundário, enquanto a de Alcântara estava tal como começara, no tratamento primário. Ele próprio pertenceu ao Conselho Geral da EMARLIS, disseram-lhe que ia ser extinta e deixara de pertencer ao Conselho Geral, mas para seu grande espanto apareciam-lhe a SIMTEJO e a EMARLIS outra vez, e até se dava a entender que a EMARLIS se calhar seria reactivada. Mas desejava ser também esclarecido sobre isso porque o Plano era muito pouco explícito nesse aspecto. -----

----- Relativamente à habitação social, disse que no Plano se referia que iam ser criados Gabinetes de Bairro, mas adiantava-se uma outra coisa que era preocupante. Por exemplo, ontem o Sr. Presidente da Câmara esteve em Alcântara mas não falara com a Junta nem lhe dissera que lá ia, e isso era preocupante porque vinha justamente na linha do que estava no Plano, que dizia: “Gabinetes de bairro, que devem estimular o diálogo com as associações de moradores”. Ou seja, lendo à portuguesa: “onde houver Juntas que não sejam nossas – neste caso da coligação de esquerda – há que fazer ligação de outra maneira, há que falar com outra gente”. Quer dizer, não falavam com os representantes da população que eram as Juntas de Freguesia, mas sim com outras pessoas que ninguém sabia quem eram porque ninguém as elegera. -----

----- No tocante às Festas da Cidade, disse que nada se dizia sobre as Marchas de Lisboa! Acabaram? Tudo bem, a Câmara acabava com tudo, fechava piscinas, entaipava prédios! A construir é que não havia nada, isso era outra questão. -----

----- A terminar, disse que porque se falava que esta Vereação recebera da anterior tudo falido, tendo consigo a cópia dactilografada do registo magnético da Sessão de Câmara, ia ler apenas uma pequena parte da intervenção do Sr. Vereador Fontão de Carvalho, que a certa altura referia: “A anterior Câmara é acusada de que a situação financeira do Município era muito má, vimos aqui pela execução orçamental de Outubro que com 66 milhões de euros de dívidas existem disponibilidades de 120 milhões de euros, o que contraria tudo o que foi dito em relação à situação financeira da Câmara, que era muito má mas afinal não é. Aliás, este Orçamente prevê terminarmos com um saldo de 50 milhões de euros no final do ano, o que diz bem da situação financeira da Câmara”. Ou seja, uma coisa é o *show off*, outra coisa é a realidade. -----

----- **O Deputado Municipal João Pinheiro (PS)**, no uso da palavra, começou por dizer que gostava de iniciar a sua intervenção – e era uma homenagem pessoal que lhe fazia – com a alusão a uma frase da intervenção do Deputado Municipal Ricardo Chaves: “É necessário um plano ou uma visão estratégica para Lisboa”. De facto, concordava inteiramente com esta frase da intervenção do Deputado Municipal Ricardo Chaves, porque, quanto ao resto, punha muitas dúvidas. E passava a descrever. -----

----- Os documentos em discussão corporizavam em si determinadas orientações políticas e de certa forma faziam um balanço do passado recente de um ano, do primeiro ano de mandato do Executivo. Podiam analisá-los com cuidado e retirar uma conclusão não precipitada: é que este, infelizmente para Lisboa, foi um ano perdido. E foi um ano perdido porque partira logo de um pressuposto errado, que tem sido tratado de uma forma dogmática nas intervenções políticas na Assembleia Municipal, e que se baseava nas disponibilidades financeiras da Câmara. -----

----- Efectivamente, o Sr. Vereador Fontão de Carvalho de certa forma desmontara esse argumento dogmático, ao referir que, afinal, havia disponibilidades financeiras ao dispor da Câmara para iniciar o cumprimento dos compromissos eleitorais assumidos para com o eleitorado lisboeta e que o levaram a ganhar as eleições. -----

----- No entanto, se olhassem para esses principais compromissos e fizessem o balanço da sua realização, tinham que reiterar que foi um ano perdido porque alguns desses compromissos, se comparados com as propostas de execução, eram incoerentes. Havia ali incoerências graves! -----

----- E começava pela bandeira do rejuvenescimento de Lisboa, associada à reabilitação do parque edificado. É que, afinal, havia alguma disponibilidade financeira e, no entanto, tiveram em 2002 zero casas para habitação jovem. A EPUL cessara o seu programa de intervenção no mercado para oferta de habitação jovem a preços compatíveis para essa faixa etária e estavam neste momento na indefinição sobre as formas de execução desse projecto de recuperar o centro da cidade e reabilitá-lo através do regresso de jovens. -----

----- Como isso irá ser feito não estava explicado, havia alguma capacidade de investimento para isso, mas importava que o Sr. Presidente da Câmara explicasse se seria através da EPUL, que estava comprometida – ver-se-ia se irreversivelmente –

com os protocolos estabelecidos com o Sport Lisboa e Benfica e com o Sporting Clube de Portugal. Teria a EPUL capacidade para se abalançar num investimento ambicioso na área da habitação social? Ou necessitaria, previamente, da aprovação duma proposta bastante discutível, que passava pela transferência dum património da Câmara para a EPUL para dessa forma, com novas garantias imobiliárias, ter acesso a mais crédito? É que se fosse esse o pressuposto ele ainda não tinha sido aprovado pela Assembleia Municipal, e com certeza levantaria muita celeuma a sua aprovação. -----

----- Por outro lado, também nada era dito quanto aos prazos para a execução desse projecto de rejuvenescimento da cidade, nem mesmo em relação ao tempo que demorava a aprovação de projectos, o lançamento de empreitadas, a conclusão de contratos, a construção das obras, a oferta ao mercado e a aquisição. Ou seja, o compromisso eleitoral da Câmara para com os jovens de Lisboa quando seria cumprido? Seria neste mandato? A avaliar pelo primeiro ano não o seria com certeza!

----- Continuando, disse que entrando numa outra vertente estratégica do programa eleitoral apresentado e personificado pelo Dr. Pedro Santana Lopes – ambiente e qualidade de vida, Lisboa Feliz – tinham que voltar a frisar, mais uma vez, o túnel das Amoreiras, mas conjugado com outra inovação que eram os silos de estacionamento em altura, porque lhes parecia que havia ali algo de incoerente. Ainda ontem, em entrevista concedida ao jornal o Público, o Sr. Vice-Presidente da Câmara referia: “vamos conseguir, a breve prazo, oferecer 7.500 lugares de estacionamento”. Não sabiam, no projecto dos silos para o estacionamento automóvel quantos mais lugares seriam oferecidos, no entanto, o Sr. Vice-Presidente referia que as necessidades eram de 200.000 lugares de estacionamento. Ou seja, havia 7.500 para 200.000 lugares que eram precisos, razão porque, ainda que numa posição de leigo que assumia nessa matéria, tivesse que questionar como iria ser recuperado esse desnível, se através de silos de estacionamento, e se a habitação social e o parque edificado iria dar lugar à reconversão por toda a cidade em silos de estacionamento. -----

----- Havia aí qualquer incoerência como havia incoerência ligando isso novamente ao túnel, porque o acesso seria facilitado e a saída também, concordava com isso, mas sendo o acesso muito mais facilitado onde iriam os carros estacionar perante esse défice de estacionamento? Quando chegariam a 200.000 lugares de estacionamento e que outras formas alternativas, que política de mobilidade e de transportes estaria pensada pela Câmara para compensar essa diferença? -----

----- Por outro lado, em termos de qualidade de vida, perguntava como falavam de qualidade de vida em Lisboa quando estavam a apostar exclusivamente na construção e eram cancelados projectos em curso na área da recuperação de espaços verdes e na construção de novos, designadamente na cintura da cidade. Porquê uma opção de decréscimo substancial nessa matéria? -----

----- E quando se falava em decréscimo tinha que entrar mais uma vez nas áreas da acção social e da educação, neste último caso com a gravidade de estar diagnosticada a necessidade de intervenção urgente na remodelação do parque escolar do ensino básico. Estaria a Câmara alertada para as consequências de não se acorrer,

atempadamente, a essa necessidade? Estariam à espera de um qualquer desastre?
Oxalá não! -----

----- Depois, na acção social, estando referida a opção pelo decréscimo desejava perguntar qual era a visão da Câmara, porque ainda não dera para perceber de todas as intervenções do Sr. Presidente da Câmara na Assembleia Municipal, quanto ao âmbito e à dimensão social para o Município de Lisboa, se andariam sempre o desporto, a cultura e a educação à bolina das concepções financeiras e orçamentais que a Câmara definisse, ou se, pelo contrário, seriam tentadas e concebidas soluções orçamentais para dar cumprimento a um plano coerente de assistência social, de educação e de desporto, sabendo-se a importância que tinham essas vertentes na dimensão social dos munícipes de Lisboa. -----

----- Aludindo àquilo que consideravam ser até agora a gestão da Câmara, disse que era uma gestão virtual em determinadas áreas porque pretendia dar cumprimento a promessas que elencara como objectivos, que em determinados aspectos considerava como dados adquiridos mas depois, na realidade, continuavam a assistir a uma grande distância, e elegiam-se projectos de referência porque davam uma projecção mediática impressionante à Câmara e ao seu Presidente, designadamente o Parque Mayer. Por isso perguntava qual o prazo de conclusão do projecto do Parque Mayer ou da discussão pública do Parque Mayer, porque as notícias recentes sobre esse projecto levavam-no a fazer uma analogia a uma realidade que o Sr. Presidente da Câmara tão bem conhecia: a realidade do futebol. -----

----- Normalmente determinados clubes, determinadas equipas, cronicamente aliás, começavam a época com grandes projectos, mas chegavam a Dezembro, a meio da época, e viam-se na necessidade de ir buscar novas estrelas para colmatar o projecto que afinal não era tão bom. No Parque Mayer parecia suceder a mesma coisa, porque aquilo que tinha sido apresentado como uma solução para reabilitar aquela zona da cidade, agora já dependia da intervenção duma estrela internacional, o Arqtº Frank Gehry. -----

----- Por isso, a sua pergunta era que dado iria trazer o Sr. Arqtº Frank Gehry que não estava consubstanciado na proposta que foi inclusivamente vetada pelo Sr. Presidente da República. -----

----- Disse, ainda, que considerava que o Sr. Presidente da Câmara tinha partido para este mandato com uma promessa, Lisboa Feliz. Isso era com certeza um sonho do Sr. Presidente da Câmara, um sonho de todos os lisboetas e também um sonho de todos os Deputados Municipais. Todos queriam que as pessoas fossem felizes, que Lisboa fosse uma cidade melhor, mas até agora ainda não passaram de um sonho, ou de um sono mais propriamente. Esperavam que dum momento para o outro não acordassem sobressaltados e concluíssem que o sonho, ou o sono, terminaram com um pesadelo no jogo da realidade virtual que tem sido em determinados aspectos a actual gestão camarária, em que o Sr. Presidente da Câmara já perdera um crédito, o primeiro ano de mandato. -----

----- **O Deputado Municipal José Luís Ferreira (PEV)**, no uso da palavra, disse que só tinha pedido para intervir para que ficasse esclarecida a confusão gerada com os

números. Constatava que as Juntas de Freguesia realmente iam ter mais dinheiro, que as comunicações diminuía, que a EMEL passava dos 500.000 que estavam na primeira versão para os 4 milhões da segunda versão, a referência à Carris saiu, ainda tinha esperança que houvesse também alterações à sensibilização ambiental e energias alternativas, mas por aí nada! -----

----- Mas aproveitava para sugerir à Câmara que, sempre que houvesse alterações desta natureza, se pusesse na primeira página “nova versão” porque foi distribuída uma primeira versão, depois uma segunda e elas eram rigorosamente iguais. -----

----- **O Deputado Municipal Rodrigo Moctezuma (PPM)**, no uso da palavra, disse que tanto quanto lhes foi possível verificar, porque a escassez de tempo não permitira uma análise mais aprofundada, o PPM considerava ser de aprovar o Orçamento para 2003. O PPM reconhecia também a elevada qualidade do trabalho apresentado, que foi elaborado de acordo com as normas vigentes, e na pessoa da Sra. Vereadora, Dra. Teresa Maury, louvava a acção desenvolvida pelos seus serviços. -----

----- Disse, depois, que um aspecto muito importante que teria que ser analisado era a viabilidade financeira do Orçamento, porque a actividade da Câmara não se exprima só numa conta de resultados que era apresentada à Assembleia Municipal por funções, mas exprimia-se também no balanço, já que o balanço é que indicava qual era a viabilidade financeira do empreendimento que se pretendia levar a cabo. -----

----- E citava, por exemplo, o caso do balanço das contas em Outubro de 2002. Por exemplo, tinham 34 milhões de euros de cobranças em atraso, tinham 9 milhões de euros de dívidas de contribuintes em conta-corrente, deviam 45 milhões de euros a fornecedores e deviam 475 milhões de euros a bancos. Ora, isso eram circunstâncias que podiam vir a afectar, e afectariam com certeza, de forma positiva ou negativa, conforme o balanço indicasse que se iria acorrer a esses números que eram realmente de aterrar. -----

----- Por isso desejava afirmar que o PPM, louvando o Orçamento apresentado, entendia que não tinha possibilidade de avaliar a viabilidade financeira do que se pretendia efectuar. -----

----- Disse, ainda, que entendia ser necessário, como a própria Comissão já assinalara também, que fosse apresentada, para além da conta de resultados por funções, uma demonstração de resultados por natureza. Por exemplo, gostariam de saber, comparativamente com outros anos, qual era a percentagem de despesas com o pessoal em relação à receita total, o que só poderia ser dado por uma conta de resultados, por natureza, com percentagens e em termos comparados. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra, depois de desejar a todos um bom ano de 2003, disse que têm estado bastante situados neste debate nas opções sobre as despesas do Orçamento e do Plano, pelo que, em nome do Bloco de Esquerda, gostaria de falar do outro lado da contabilidade que é o lado das receitas, porque também havia receitas e sobre as mesmas havia opções, havia justiça e injustiças, e o Bloco de Esquerda apresentara uma recomendação à Assembleia Municipal exactamente sobre as receitas. -----

----- Já ali referiram algumas vezes que a contribuição autárquica era das maiores injustiças que, ao nível dos impostos, existiam no País. A Assembleia e a Câmara sabiam que a contribuição autárquica era feita com base nos valores que os patrimónios tinham nos registos prediais, e por isso sabiam também que havia patrimónios registados desde o início do século passado, 1900, portanto havia palácios que na altura valiam 500 contos e como estavam registados por essa importância era sobre ela que incidia a contribuição autárquica, e depois tinham um jovem que comprava um apartamento em Lisboa, que mesmo que não fosse muito novo, com 20 ou 30 anos, lhe custaria para cima de 20.000 contos e conseqüentemente iria pagar dezenas de contos de contribuição autárquica. -----

----- Sabiam que não era um problema do Município mas um problema da Lei geral do País, que se conjugava com um imposto completamente absurdo que não existia no resto da Europa, o chamado imposto de sisa nas transacções imobiliárias e, portanto, a proposta de recomendação do Bloco de Esquerda era que a Assembleia Municipal de Lisboa tomasse uma atitude, não ficasse impotente como se perante isso não houvesse nada a fazer, e recomendasse à Assembleia da República que tomasse as medidas necessárias à alteração do registo predial para que passasse a haver justiça no pagamento dos impostos, ou seja, que quem tinha património rico pagasse mais e quem tinha património mais pobre pagasse menos. -----

----- Por isso, apresentavam também uma recomendação à Associação Nacional de Municípios no sentido de sensibilizar os órgãos institucionais do País para tomarem essa medida, e que a Assembleia Municipal de Lisboa tomasse as diligências necessárias no sentido de conseguir sensibilizar os Agrupamentos Parlamentares da Assembleia da República, nomeadamente solicitando-lhe a realização de reuniões. Não propunham como o fazer, depois a Conferência de Líderes, caso fosse aprovada a recomendação, decidiria a forma da Assembleia ter uma delegação que fosse falar com os Agrupamentos Parlamentares. -----

----- Depois, aludindo às despesas e às opções do Plano, disse que ao contrário do que o Deputado Municipal Ricardo Chaves referira, o Bloco de Esquerda entendia que havia verbas que estavam a baixar e que não deviam baixar, mas também não estavam de acordo que se aumentasse a despesa. O que queriam era que houvesse moralidade, que houvesse critério sobre os assuntos, e que se pegasse em dinheiros que se estavam a gastar numas coisas para se gastarem noutras. Portanto, se havia problemas que não se dissesse que era por falta de dinheiro ou porque alguém queria aumentar a despesa.

----- E desse ponto de vista desejava dizer que os preocupava muito a baixa na intervenção social, Mas comparava o Plano que a Câmara apresentara o ano passado para os anos 2002-2005, onde, a páginas 38, previa 63 milhões de euros, 4,9% do Orçamento, e este ano, para os anos 2003-2006 a Câmara previa 57 milhões de euros, apesar do Orçamento da Câmara ter subido 4%, ou seja baixou 0,9% no global da intervenção social ao longo desses quatro anos. -----

----- E se fossem ver, rubrica a rubrica, podiam reparar que para rubrica “criança, educação e juventude” para os anos 2002-2005 no ano passado foram propostos e aprovados 36 milhões de euros propondo-se agora 33 milhões de euros. Estavam a

falar de crianças, creches, infantários, escolas primárias, enfim aquilo que era fundamental para o futuro e que consequentemente deveria ser a aposta primeira que deveria haver em qualquer sítio do País. -----

----- Mas na acção social baixava também de 17,9 milhões de euros para 16,8 milhões de euros, menos 1,1 milhões de euros, e na habitação social, ao contrário do que dera a entender o Sr. Presidente da Câmara no início da sua intervenção, o proposto entre 2002-2005 passara de 9 milhões de euros para 6,8 milhões de euros, ou seja, baixara 2,2 milhões de euros, portanto uma quebra de 25% no Plano. -----

----- Era evidente que se podia dizer que não havia dinheiro para isso porque era preciso para outras coisas, mas a quebra de 6 milhões de euros na intervenção social correspondia a 1,25 milhões de contos, quando em várias reuniões da Comissão respectiva vinham discutindo as questões dos estádios do Benfica e do Sporting porque o Benfica queria que a Câmara lhe entregasse de imediato 1,5 milhões de contos, ainda antes da venda dos apartamentos do Vale de Santo António, e o mesmo para o Sporting. Ou seja, a Câmara decidira entregar um terço da rentabilidade dos apartamentos ao Benfica e ao Sporting, fosse agora ou depois da venda, que correspondiam a 3 milhões de contos, mas na intervenção social, em quatro anos e a preços de hoje baixavam 1,25 milhões de contos! -----

----- Portanto, não era o problema de se querer aumentar as despesas, mas a questão de se decidir entregar dinheiro aos clubes para o escândalo que era a construção de dois estádios gigantescos na Segunda Circular, ou se queriam apoiar naquilo que era fundamental: as crianças, a educação e a juventude. Cada um optava pelo que queria, havia quem optasse pelos estádios, o Bloco de Esquerda optava pelo futuro. -----

----- Mas também noutras áreas se passava a mesma coisa. Fizeram várias vezes críticas durante a anterior gestão camarária porque não viram ser criado um único corredor *BUS*. A Assembleia Municipal realizara um Colóquio sobre acessibilidades, tiveram ali os presidentes dos conselhos de administração das empresas de transportes e lembrava-se do Presidente da Carris – não se queria enganar nos números mas se se engana-se pedia que o corrigissem – ter dito que se fosse possível aumentar a média da velocidade de circulação dos autocarros da Carris em 1 km por hora, isso significava para o orçamento da Carris a poupança de um milhão de contos por ano. Mas não se fizeram corredores *BUS*! Era evidente que era preciso aumentar o Metro, isso era fundamental. Mas não havia corredores *BUS*! -----

----- Então teriam que ver quais as medidas para aumentar o fluxo de trânsito! É que, por exemplo, havia um túnel que só para 2003 tinha previsto um investimento de 4,5 milhões de euros, mas para a implementação de faixas *BUS* estavam previstos apenas 0,3 milhões de euros. Ou seja, para aumentar um túnel que proporcionava a entrada na cidade estava previsto que se gastasse 15 vezes mais dinheiro do que para criar faixas *BUS* que era a única hipótese para tirar o trânsito do centro da cidade. Não havia outra hipótese! Podiam-se usar todas as medidas proibitivas, podia-se usar a repressão, até se podiam pôr barreiras à entrada da cidade com pagamentos de taxas ou a entrada em dias alternados, enfim essas experiências todas que havia pela Europa, porque nada se resolveria se os transportes públicos não circulassem com fluidez. -----

----- Portanto, também neste caso não estavam a propor que se gastasse mais dinheiro mas sim que se gastasse doutra forma, noutros sítios e bastante melhor. -----

----- Continuando, disse que há um ano, aquando da discussão de documentos semelhantes, o Bloco de Esquerda apresentara uma proposta sobre o orçamento participativo. Em todas as reuniões do Plenário e em quase todas as reuniões da Conferência de Líderes vinham perguntando quando era que a Câmara informava a Assembleia, ou pelo menos os Líderes das respectivas Bancadas, do que era feito sobre o orçamento participativo, tirando uma circular, como já ali havia sido dito, que um dia chegara aos Presidentes das Juntas de Freguesia. E, curiosamente, apesar dessa proposta ter sido aprovada por unanimidade e com a posição pública do Sr. Presidente da Câmara a dizer que estava de acordo, continuavam ser saber nada. -----

----- Daí perguntar se a qualquer proposta que fizessem, a maioria, se achasse que tinha sainete na comunicação social, diria que estava de acordo e depois não servia para nada! Era só para ficar no papel todas as alterações que ali se propunham? Recordou que o Sr. Presidente da Câmara, na sua intervenção, disse que era a favor da descentralização e que tinha valores para a descentralização! E o orçamento participativo, o que é feito disso?-----

----- Mas dava mais uma nota para reforçar a razão porque estavam contra estes dois documentos. É que, além do mais, eles abriam a porta a uma coisa em relação à qual sempre estiveram contra: as privatizações. De facto, no Plano estava previsto iniciar-se a privatização, mas dizia-se de forma experimental, e tendo já questionado ali o que se passava relativamente à privatização da recolha de lixos na Cidade de Lisboa, pedia agora que fosse explicado o que era isso de “experimental” a privatização, porque se era para “experimental” cabia perguntar se caso não surtisse efeito se acabava com a privatização e quem depois indemnizava o privado que constituía uma empresa para poder fazer a recolha do lixo. Seriam os dirigentes dos partidos que estavam ali a propor a privatização, ou seriam os munícipes de Lisboa com os seus impostos? -----

----- Terminou dizendo que tal como estiveram contra a criação de várias empresas municipais estavam também contra qualquer privatização dos serviços da Câmara, porque entendiam que os trabalhadores da Câmara, tal como Sindicato defendia, tinham capacidade para limpar bem a cidade e recolher bem os lixos, sem necessidade de privatização. Também por isso votariam contra. -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra, disse que o momento que se estava a viver era importante e dos mais significativos momentos da vida da Assembleia Municipal de Lisboa, porque seria ali e agora que seriam responsabilizados por criticar, por apoiar e por rejeitar ou aprovar aquilo que eram as opções da maioria camarária para o exercício da sua actividade no ano de 2003. -----

----- Pessoalmente tinha já algum tempo de permanência na Assembleia Municipal de Lisboa, tinha alguma experiência daquilo que eram os debates sobre este tipo de matérias, já tinha visto imensos planos e orçamentos que, muitas vezes, não eram mais que uma sucessão maçuda de números e de códigos cuja interpretação se tornava difícil. Foram ali feitos, em muitas ocasiões, exercícios minuciosos sobre verbas, sobre rubricas, sobre o que havia a mais e sobre o que havia a menos, sobre o que se

gastava a mais ou o que se gastava menos, exercícios que via agora fazer, com alguma eficiência, por alguns Deputados Municipais da oposição. -----

----- Mas tinha consciência, e tinha consciência a sério, que se estes Plano e Orçamento tivessem sido apresentados no mandato anterior eles seriam amplamente louvados e aplaudidos por aqueles que agora mais os criticavam. Porque quem os criticava agora e quem criticava agora as estratégias planeadas, projectadas e definidas pela actual Câmara, conseguira o que seria praticamente impossível que foi apoiar da mesma forma e com o mesmo entusiasmo opções diametralmente opostas que se viveram nos 12 anos da maioria de esquerda. Ninguém tinha dúvidas que aqueles que apoiaram de forma calorosa as opções definidas, projectadas e apresentadas pela maioria liderada pelo Dr. Jorge Sampaio, foram os mesmos que apoiaram as opções projectadas pela maioria depois liderada pelo Dr. João Soares, quando, como o próprio Dr. João Soares ali várias vezes assumira, a sua estratégia era diametralmente oposta à do Dr. Jorge Sampaio. E as mesmas pessoas, os mesmos Deputados Municipais e também muitos dos mesmos Vereadores apoiaram entusiasticamente as duas. No fundo, apoiavam aquilo que a maioria lhes pedia! -----

----- Portanto, se a oposição que neste momento existia na Assembleia Municipal tivesse tido oportunidade de verificar e de ter na sua posse a defesa dum Orçamento e dum Plano de Actividades como estes apresentados pelo Dr. Pedro Santana Lopes, naturalmente os aplaudiria e aceitaria. Diriam mesmo que era um extraordinário Plano de Actividades, que definia uma estratégia concreta, que tinha opções estratégicas, até porque pela primeira vez era possível, na análise das propostas apresentadas, ver qual era a estratégia, qual era a opção, qual era o designio que esta Câmara tinha para o seu exercício no ano de 2003. -----

----- Aliás, como ali foi dito pelo Sr. Presidente da Câmara de uma forma muito clara, via-se que havia uma necessidade premente, objectiva e absolutamente imediata de obstar à degradação do parque edificado, porque a Cidade de Lisboa, a continuar-se nos moldes em que durante anos e anos a maioria que cumprira os últimos mandatos na Câmara actuara, ruía completamente. -----

----- E em termos de património municipal, que ainda nem sequer estava cadastrado mas agora iria sê-lo apesar disso não ser fácil, os anteriores Executivos nem sequer sabiam qual era o património edificado que a Câmara tinha. Essa era uma das opções claras, teria que ser, porque ainda há bem pouco tempo, num Colóquio realizado pela Assembleia Municipal sobre a reabilitação urbana, foi referida a quantidade enorme de fogos que havia em Lisboa em estado de degradação e a necessitar de obras urgentes para os reabilitar, bem como a pressão e a necessidade de requalificar a cidade, dar-lhe vida, reconstruir aquilo que estava praticamente em ruínas. Isso tinha ali sido referido muito claramente, por todas as áreas, por todos os partidos políticos, por todos os intervenientes fosse qual fosse a sua orientação política. -----

----- Mas agora, quando a opção e a vontade da Câmara era combater esse malefício, ao que parecia para a oposição já não era a opção principal, agora haveria outras relativas àquilo que eram os interesses da maioria de esquerda. -----

----- Sobre a questão dos buracos nas ruas, disse que num inverno chuvoso como este era natural que isso acontecesse e houvesse mais buracos que no ano passado, mas ao contrário do que ali se disse a cidade não estava mais suja e os serviços não funcionavam pior. Ao contrário do que ali se disse, Lisboa estava mais feliz! E havia uma forma insubstituível de aferir isso: era a voz dos lisboetas, aquilo que eles diziam, valessem as sondagens aquilo que valessem não havia dúvida nenhuma que eles diziam que estavam mais felizes. -----

----- E todos deviam estar felizes, inclusive a oposição, mas não estava porque para ela quanto mais lento melhor. A oposição era apologista das marchas lentas, estava no seu desígnio, estava no seu ADN, era a marcha lenta que os movia, era o andar devagarinho. Contra isso dizia ao Sr. Presidente da Câmara que andasse para a frente com força, que fosse esse o seu desígnio e que avançasse para felicidade dos lisboetas e para aquilo que era a sua vontade de governar a cidade de forma clara. -----

----- Mas nem tudo eram rosas! Tinham uma cidade onde a juventude representava uma proporção importante e os seus problemas teriam de ser resolvidos com bastante acuidade. O PSD entendia que a juventude de alguma forma tinha que ter opções claras e desviantes de actividades menos úteis. Já em 1986, por força desse interesse, por força dessa vontade e para responder a essa necessidade, foi lançado pela Câmara Municipal de Lisboa aquilo a que se chamara os Jogos Desportivos da Cidade de Lisboa, os quais, feitos a partir de então, não eram destinados nem aos munícipes doutros concelhos, como infelizmente nos últimos anos aconteceu, nem àqueles que por força das suas capacidades físicas e técnicas tinham capacidade para praticar desporto nos grandes clubes federados, como também não eram para aqueles que por força de alguma capacidade económica os pais poderiam colocá-los a praticar as mais diversas modalidades onde quer que fosse, mas sim para todos os outros que não estando dentro dessas condições poderiam arregimentar-se. Não de uma maneira formal ou oficial, mas no bairro, na rua, no prédio, no condomínio juntavam-se um conjunto de crianças que, informalmente, formavam um clube, inscreviam-se nos serviços da Câmara e tinham oportunidade para, de uma forma mais ou menos continuada, praticar desporto. E essa oportunidade era-lhes dada por quem? Pela Câmara mas muito principalmente pelas freguesias. -----

----- Recordava-se que nos primeiros anos algumas freguesias, nomeadamente afectas ao PCP, levantaram alguns obstáculos e algumas obstruções à realização dos jogos, mas depois foram também elas vencidas pela necessidade de integrar esses esforços, pelo que perante esses jogos, que foram feitos com alguma intenção, pedia à Câmara, e em especial com alguma veemência ao Sr. Vereador Pedro Feist, que naturalmente redimensionando, reformulando ou eventualmente introduzindo alguma vertente que fosse da sua própria política e da sua própria intenção, reconhecesse a necessidade de no ano 2004 realizar os XVI Jogos da Cidade. Era um apelo que fazia porque assim se faria a ocupação dos tempos livres e, obviamente, o combate à toxic dependência e outros comportamentos desviantes. Esperava, sinceramente, que isso acontecesse.-----

----- Mas havia ainda uma outra área que desejava frisar porque também relativamente a ela tinha alguma experiência pessoal, e que era, concretamente, a área do turismo. --

----- Verificara no Plano e no Orçamento que havia uma transferência de mais de 4 milhões de euros para a Associação de Turismo de Lisboa, a exemplo do que vinha sendo feito há alguns anos desde que essa Associação foi criada. -----

----- Na altura, como certamente se recordavam, levantara algumas dúvidas relativamente à sua criação, mas no PSD, ao contrário do que acontecia com outras forças políticas que apoiavam entusiasticamente os seus correligionários, quando era necessário também sabiam dizer que era preciso alguma ponderação. E era justamente isso que queria frisar. -----

----- Louvava, na pessoa do Vereador Pedro Pinto, que era o actual Presidente da Associação, aquilo que se tinha conseguido e que passava a relatar: -----

----- Como era sabido Lisboa e Vale do Tejo fazia parte duma área promocional alargada que tinha no seu conjunto não só Lisboa a Costa do Estoril e Sintra, como também os Templários, Leiria e Fátima, a Região Oeste e a Costa Azul, portanto era uma grande área que constituía uma região promocional que visava, objectivamente, publicitar e promover essa região nos mercados interno e externo, através de realizações várias desde feiras de turismo até a acções públicas dirigidas a jornalistas e operadores de turismo para se deslocarem e conhecer as realidades e a oferta turística da região. Mas havia ali uma grande confusão porque aquilo que era a designação global dessa marca era Lisboa e Vale do Tejo, e quem estava nessa área sabia que Lisboa e Vale do Tejo em inglês era uma confusão de palavras, que em alemão seria ainda maior e, portanto, era difícil que alguém apreendesse que Lisboa e Vale do Tejo seria uma marca promocional com interesse turístico. -----

----- Daí os seus parabéns – porque não era fácil conseguir-se isso – por ter sido obtida, através da iniciativa da ATL e da persuasão do seu Presidente, a alteração do conjunto de palavras Lisboa e Vale do Tejo para apenas Lisboa. Ou seja, Lisboa passara a ser a designação ou a marca promocional dessa grande região, o que era muito importante para Lisboa pelo fenómeno centrípto que ela própria encerrava. -----

----- Mas nessa transferência tinha que haver muito atenção relativamente à forma como funcionava a Associação de Turismo de Lisboa, porque era uma Associação que não envolvia todos os agentes turísticos da cidade mas apenas alguns, portanto era preciso que fosse tido em atenção que os interesses da cidade eram mais vastos que o interesse da Associação em termos de promoção turística, para além de que era uma Associação que visava a promoção através do negócio, através da oferta do produto, mas havia uma forma de fazer essa promoção e por isso repetia uma recomendação que em tempos já fizera à Sra. Vereadora Alexandra Gonçalves: é que essa promoção não poderia ser separada daquilo que era a promoção institucional, daquilo que era a força e a capacidade de afirmação da própria Câmara junto das outras cidades capitais da Europa ou do mundo. -----

----- Rematou dizendo que Lisboa está feliz, ia ficar feliz, e todos ficariam mais felizes com a aprovação destes Plano de Actividades e Orçamento. -----

----- **A Deputada Municipal Lurdes Pinheiro (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Santo Estêvão, no uso da palavra leu o seguinte documento: -----

----- “Gostaria que a Câmara Municipal de Lisboa desse algumas respostas em relação ao Plano de Actividades e ao Orçamento para 2003, no que respeita ao Bairro de Alfama, e mais concretamente à Freguesia de Santo Estevão: -----

----- No Plano de Actividades e no enunciado no Orçamento não vi referência ao parque habitacional municipal. Gostaria de saber o que está previsto para os prédios municipais, em especial os situados na Calçadinha de Santo Estevão n.ºs 10/12 e 14/16, e nas Escadinhas de Santo Estevão n.º 15/17. Estes prédios estão emparedados e os seus moradores estão realojados fora do bairro há mais de 10 anos. Situações semelhantes verificam-se igualmente em cerca de uma dezena de prédios. -----

----- Não é referido em nenhum dos documentos, que estamos aqui hoje a apreciar, a construção da creche no Beco do Loureiro. Este equipamento há muito que é reivindicado pelas duas freguesias de Alfama (Santo Estevão e São Miguel) e faz muita falta, pois o existente no Beco da Bicha, não tem condições e está superlotado. -

----- Em 14 de Abril o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa anunciou a construção de 11 silos-auto, com capacidade para 2.941 lugares. Para Alfama, anunciou a construção de um silo para 184 lugares, na Av. Infante D. Henrique n.º 29 prédio com uma frente para a Rua do Jardim do Tabaco. Em Setembro o Sr. Vereador Carmona Rodrigues anunciou, numa reunião com moradores das freguesias de Santo Estevão e São Miguel, que iria começar até ao fim do ano a construção do referido silo. Quando foram anunciadas as medidas para o Bairro Alto, o Sr. Presidente da Câmara voltou a dizer que a seguir iriam ser tomadas medidas para Alfama. Só que dos 11 silos prometidos, no Plano vislumbram-se apenas 4, e nenhum ficará em Alfama. -----

----- No Orçamento figuram valores para investir na piscina de Alfama. Solicito que o Executivo esclareça para que fins se destinam essas verbas e para quando prevê a abertura da piscina à população.” -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra, disse que lhe parecia que o substancial sobre o debate estava feito, cada uma das bancadas foi dizendo aquilo que achava de importante sobre os dois documentos fundamentais em discussão, mas da parte da bancada do PS desejava ainda sublinhar algumas ideias/força. -----

----- A primeira, era que o Deputado Municipal Victor Gonçalves, quando fazia o apelo, que o PS subscrevia por baixo, ao Sr. Presidente da Câmara e ao seu Executivo para que pusesse a funcionar os Jogos da Cidade de Lisboa, era o maior elogio, ou se calhar a maior crítica, que se poderia fazer ao Executivo municipal, quer no ano de actividade que tinha, quer naquilo que perspectivavam para 2003. -----

----- E era evidente que não podia deixar de referir esse facto porque ele radicava numa questão absolutamente importante e essencial que tinha a ver com algo que também já tinha passado por este debate, curiosamente também por um Deputado Municipal da bancada do PSD, concretamente o Deputado Municipal Ricardo Chaves, e que tinha a ver com as opções estratégicas importantes tomadas para a cidade, a sua existência ou a sua inexistência. -----

----- Certamente o Sr. Presidente da Câmara os iria elucidar melhor, mas por aquilo que ouviram neste debate até agora ficaram todos convencidos de que, afinal, ao contrário do que lhes foi dito, não havia um projecto para a cidade de Lisboa da actual maioria municipal. E essa era uma questão preocupante porque, como ali já tinha sido sublinhado, todos os que ali estavam, duma ponta à outra da Assembleia, o que queriam era o melhor para a cidade e, sobretudo, o melhor para os cidadãos de Lisboa. E era realmente preocupado com a qualidade de vida dos cidadãos de Lisboa que o PS desejava questionar sobre algumas das tais questões estratégicas do Município, que não viam nos documentos que lhes foram distribuídos mas, se calhar, o problema seria deles. -----

----- Por exemplo, não conseguiam perceber qual era a opção do Município no que respeitava a uma área absolutamente essencial como era o ambiente. De facto, não conseguiam perceber o que era que o Executivo pretendia fazer do ambiente em Lisboa, nomeadamente porque nem aquilo que vinha de trás nessa área, e era muito, tinha vindo a ser continuado. -----

----- Portanto, a primeira coisa a perguntar ao Executivo era o que tinha para informar à Assembleia sobre essa matéria, até porque o Sr. Presidente da Câmara, na sua intervenção inicial, certamente por falta de tempo o que entendiam muitíssimo bem, nem uma palavra dedicara ao ambiente na Cidade de Lisboa. E porque o PS entendia que essa era uma área absolutamente essencial, não apenas para hoje mas fundamentalmente para o futuro, como estavam preocupados muitíssimo mais com o futuro da qualidade de vida em Lisboa, era óbvio que teriam perguntar ao Sr. Presidente da Câmara e à sua equipa que qualidade de vida, que ambiente, pretendiam para Lisboa. -----

----- Essa questão também já foi perpassando pelo debate quando se falou, e falara-se muito, em acessibilidades e transportes, e também sobre essa matéria o PS poderia concluir, pelos documentos que hoje iriam votar, que o programa eleitoral da coligação que ganhara as eleições começava a ser abandonado. E essa era uma questão também preocupante, não para o PS que não o subscrevera nem se reconhecia nele, mas, sobretudo, pelo que representava de falta de respeito para com os eleitores que votaram nesse programa. -----

----- Portanto, outra pergunta que faziam era que ideia tinha o Município actualmente sobre uma matéria que o PS considerava importante que era a primazia ao transporte colectivo na Cidade de Lisboa. Essa matéria era muito importante exactamente porque tinha a ver com a qualidade de vida e com as opções de fundo que eram necessárias tomar, e era por esse tipo de opções que concluía que propostas como aquela do túnel eram propostas contraditórias na justa medida em que induziam no cidadão um sentimento contrário daquele que era necessário intuir. -----

----- Quando o Sr. Presidente da Câmara referia, na campanha eleitoral, que iriam apostar forte no transporte colectivo na Cidade de Lisboa, o PS dizia que assinava por baixo; quando na mesma altura referia que iria apostar na municipalização do Metro e da Carris, novamente o PS dizia que assinava por baixo. Só que agora, curiosamente,

não se ouvia dizer nada sobre essas matérias, que eram importantes e fundamentais, mas ouviam o Sr. Presidente da Câmara dizer que iam apostar no túnel. -----

----- Aliás, a propósito do túnel, o PS poderia referir que era curioso que quando se dizia que estavam em crise e que o Orçamento era restritivo e de grandes dificuldades, se fosse fazer uma aposta desmesurada num investimento em que até o próprio Presidente tinha dúvidas certamente da sua necessidade. Mas, como tinha sido uma aposta, como era, podia dizer-se, a única bandeira que ainda hoje continuava de pé, era evidente que ela teria que ser feita. Mas aí, de novo, havia alguma coisa que não conseguiam perceber. Era dito, no Plano de Actividades, que finalmente iria ser feito um grande estudo sobre a mobilidade, o que nunca tinha havido, segundo se dizia – coisa que era mentira, todos sabiam – mas perguntavam que lógica, que coerência era não esperar pelos resultados desse primeiro estudo para que então se tomassem as opções necessárias. Isso é que teria alguma lógica, mas não era assim porque haveria algum tipo de prazos que importava cumprir. -----

----- Certamente alguém explicaria que tipo de prazos, mas era evidente que para o PS não havia prazos, o que interessava era o melhor para a Cidade de Lisboa. E quanto ao melhor para a Cidade de Lisboa, por muito que custasse ao Sr. Presidente da Câmara, tinham que lhe dizer que o referido túnel era um erro estratégico e um enorme erro para a qualidade de vida na cidade, tal como era um enorme erro que o Sr. Presidente da Câmara continuasse a defender que as portagens na CREL deviam ser pagas. Na qualidade de cidadãos de Lisboa, apenas, diziam que para a qualidade de vida da população da cidade essa medida era um erro crasso, um erro estratégico, e estranhavam muito que o Sr. Presidente, na sua qualidade de Presidente da Câmara, não viesse dizer que para os lisboetas essa medida era altamente penalizadora, já que, forçosamente, os cidadãos dos concelhos limítrofes deixariam de utilizar a CREL e passariam muito mais a usar as vias existentes em Lisboa, designadamente a Calçada de Carriche ou a Segunda Circular, portanto, manifestamente estavam a piorar a qualidade de vida dos cidadãos de Lisboa. -----

----- Portanto, para o PS era verdadeiramente incompreensível que o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa tivesse sobre essa matéria uma compreensão nacional. Não era essa a posição do PS, nem podia ser essa a posição do Presidente da Câmara de Lisboa, a quem competia defender os lisboetas, os seus eleitores. Certamente isso teria a ver com outro tipo de questões, entendiam isso e não queriam saber que tipo de questões eram essas, mas realmente no que dizia respeito à qualidade de vida em Lisboa estavam preocupados com alguma falta de investimento. -----

----- Já ali tinha sido referenciado, mas tinham também que dizer que não conseguiam perceber a razão porque os bairros municipais estavam ao abandono, como se podia constatar. Dir-lhe-iam que não se podia acudir a tudo, ou, como o Sr. Presidente da Câmara já disse, que num ano não se podia fazer tudo. Era certo que não, mas num ano podiam-se fazer algumas coisas, por exemplo era obrigatório que se tivesse algum cuidado com o pequeno espaço público. -----

----- Dizia o Sr. Vice-Presidente da Câmara, numa entrevista muito interessante, que uma das apostas agora iam ser os pequenos espaços públicos! Ficavam satisfeitos com

isso até porque essa era uma das grandes carências da Cidade de Lisboa, mas o que era curioso era que essa prioridade ao espaço público não perpassava pelos documentos que hoje estavam a analisar, o que era preocupante. É que se podia dizer que estavam a analisar e iam votar um instrumento, mas que o pensamento estratégico era outro, não era aquele que estava subjacente aos documentos que iam votar. Seria isso? Não queria crer até porque estariam em presença de uma dualidade que pensava não existir na equipa camarária. -----

----- A terminar, referindo-se ao desporto, disse que se tratava duma área que tinha muito a ver com aquilo que o Deputado Municipal Victor Gonçalves referiu há pouco: a qualidade de vida para aqueles que mais precisavam. E era exactamente para aqueles que mais precisavam que solicitava ao Sr. Presidente da Câmara que repensasse a matéria e voltasse a implementar os Jogos da Cidade de Lisboa. -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Portugal (PSD)**, no uso da palavra para pedir esclarecimentos, disse que o Deputado Municipal Dias Baptista colocara ali algumas questões sobre o ambiente e qualidade de vida referindo que no passado se tinha feito bastante quanto a essa matéria, mas realmente não percebera se ao dizer que se tinha feito muito no passado se estava a referir à questão do Provedor do Ambiente, àquela birra do então Presidente da Câmara, Dr. João Soares, que mandara trocar as fechaduras do Gabinete da Provedoria e suscitara aquele problema de que todos se recordavam. -----

----- Teriam sido aquelas célebres acções dos sábados à tarde, na Av. da Liberdade, matéria que nunca mais se viu ninguém da maioria de então invocar ali essa questão? Ou estaria o Deputado Municipal Dias Baptista a referir-se à falta do condicionamento do trânsito nos bairros históricos que de facto anteriormente não fizeram e agora foi feito pelo actual Executivo? -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra para dar esclarecimentos, começando pela questão do Provedor do Ambiente disse que julgava que o Deputado Municipal Pedro Portugal iria propor, como fizera no passado, que voltassem a ter um Provedor do Ambiente. Isto porque se recordava que nessa altura o PSD entendia que era uma medida interessante! Portanto, sabendo-se que o PS esteve sempre ao lado da figura do Provedor, lançava-lhe desde já o repto para que se juntassem ao PS e sugerissem ao Sr. Presidente da Câmara que implementasse novamente em Lisboa a figura do Provedor do Ambiente, porque para os cidadãos da Cidade de Lisboa a figura do Provedor foi muito útil. Foi incómodo para o Sr. Dr. João Soares? O Sr. Dr. João Soares não o teria tratado bem? Isso era outra coisa, mas não era um problema seu! Aliás, como todos tinham percebido, as questões pessoais não o preocupavam porque apenas se preocupava com os cidadãos e com a qualidade de vida de cada um. Se o Dr. João Soares tinha tratado mal o Provedor, o problema era dele, fizera mal em ter feito isso. Mas, porque a figura do Provedor era importante, o PSD que se juntasse ao PS para defender junto do Presidente da Câmara a sua instituição porque o PS também o queria. -----

----- Sobre o muito que foi feito nessa área, disse que estava à vontade porque nem sequer era uma área tutelada pelo PS, mas não acreditava que o Deputado Municipal

Pedro Portugal, que era uma pessoa muito atenta e que conhecia bem Lisboa, não tivesse reparado como evoluíra nesse tempo o ambiente na Cidade de Lisboa. Por exemplo, podiam falar do Parque da Bela Vista, de Chelas, do corredor de Monsanto ou da ligação do Parque Eduardo VII, muita coisa com qualidade de vida e que o Sr. Presidente da Câmara conhecia bem, conhecia e defendia como ele muito bem sabia. -

----- No tocante ao fecho da Av. da Liberdade aos sábados à tarde, disse que tinha pena que não houvesse de novo, mas estava crente que o Sr. Presidente da Câmara, daqui por uns tempos, ao continuar com o seu trabalho de fecho de algumas zonas ao trânsito automóvel, que era muito bem feito, chegariam a uma altura em que ia ver ali o Deputado Municipal Pedro Portugal a defender que nalgumas zonas tivessem também esse tipo de movimentação, porque nunca se viu tanta gente no centro da cidade a fruir a Lisboa. -----

----- **O Deputado Municipal António Cunha (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia do Beato, no uso da palavra disse que após análise dos documentos em discussão gostaria de dizer que se congratulava com eles, mas tal não era possível porque eles não correspondiam às reais necessidades da cidade em geral e da Freguesia do Beato em particular. -----

----- Desde logo, na área do ambiente e espaços verdes nem uma linha em relação à Mata da Madre de Deus e à sua requalificação, que sistematicamente vinha sendo adiada. -----

----- No tocante ao trânsito e infra-estruturas viárias, nem uma única frase quanto ao reordenamento do trânsito na Rua de Xabregas, na Rua Prof. Mira Fernandes, no Bairro da Picheleira e no Bairro da Madre de Deus. Apenas se referiam as obras na Calçada Duque de Lafões, as quais já constavam no ano anterior. -----

----- Em termos de reabilitação urbana, disse que a intervenção na habitação da Quinta do Ourives, teve a empreitada prevista para 2002 mas foi adiada para 2004, o que considerava uma discriminação inaceitável tanto mais que em 2002 ele próprio tinha sido informado pelo Sr. Dr. Luís Monteiro, numa reunião que teve no Gabinete do Sr. Vereador Pedro Pinto, que a empreitada tinha sido despachada no dia 19 de Abril desse mesmo ano. -----

----- Seria que a Câmara não teria tido competência para lançar o concurso de tal empreitada? É que não podiam alegar dificuldades económicas já que iriam passar com um saldo positivo na ordem dos 50 milhões de euros. -----

----- Relativamente ao espaço público, disse que não existiam referências significativas no Plano de Actividades, já que apenas se salientavam as obras que deveriam ter sido executadas em 2002 mas que passavam para 2003. -----

----- Sobre a higiene urbana, disse que desejava ser informado relativamente ao que aparecia no Plano de Actividades como experiência piloto, visto que não era referido onde seria aplicada. Recordou que aquando da discussão sobre a reestruturação dos serviços da Câmara, tivera oportunidade de alertar para aquilo que lhe parecia indicar a sua privatização, pelo que agora questionava se essa experiência piloto tinha esse objectivo. -----

----- Quanto à educação, disse que a escola n.º 28 do 1º ciclo do ensino básico estava a funcionar com um acréscimo de alunos provenientes de escola n.º 189, e não encontrava qualquer referência relativamente à construção duma nova escola. Seria que pretendiam acabar com a escola n.º 189 colocando os seus alunos na escola n.º 28 a funcionar em situação precária? As obras da escola n.º 28 seriam para adiar mais um ano? E porque a situação era preocupante desejava que a Câmara informasse se iria efectuar as obras ou não. -----

----- No tocante ao desporto, disse que o Sr. Presidente da Câmara tinha garantido, na Assembleia Municipal, que os Jogos de Lisboa, com esse nome ou com outro, iriam continuar, adiantando até que tinha assistido a algumas iniciativas e as considerara positivas. Ora, se o Sr. Presidente da Câmara entendia dessa forma os Jogos de Lisboa, perguntava qual a razão porque eles foram retirados do Plano de Actividades. A Câmara estava a originar que muitos jovens enveredassem por caminhos perniciosos, como era o da droga por exemplo, ao privá-los da prática desportiva. Essa situação deveria merecer da parte da Câmara uma profunda reflexão, dado que eram os municípios que estavam a ser postos em causa. -----

----- Acerca da construção de equipamentos, disse que aquando da sua campanha eleitoral o Sr. Presidente da Câmara se celebrizara pelo discurso que usara relativamente à construção de piscinas e polidesportivos nos bairros da cidade, mas, chegados ao segundo ano de mandato, verificava-se que ainda nem sequer estavam concluídas aqueles que no início do mandato estavam já em construção, designadamente a piscina de Alfama e o polidesportivo do Casal Vistoso, como, aliás, era reconhecido pela Câmara no Plano de Actividades. -----

----- Por outro lado, a Câmara propunha-se construir em Telheiras, o que não podia deixar de considerar como uma estranha opção dado que ali já existia uma piscina. Seria que tal opção não teria como objectivo mandar construir mais para o lado do Estádio do Sporting? -----

----- Se o Sr. Presidente da Câmara pretendia servir as zonas mais necessitadas da cidade, lembrava-lhe que na zona oriental, nas freguesias de Santa Engrácia, São João, Beato e Marvila, com uma população de 100.000 habitantes, aproximadamente, não existia nenhuma piscina municipal. Aliás, o planeamento da Câmara deveria respeitar a Carta Municipal de Equipamentos Desportivos, aprovada e assumida em 1997. -----

----- Seguidamente, disse que era preocupante a rubrica relativa às taxas de ocupação dos espaços desportivos, nomeadamente nos pavilhões Carlos Lopes e Casal Vistoso. Os aumentos referentes ao desporto federado eram insuportáveis para os pequenos clubes e colectividades, só quem não conhecia as suas dificuldades poderia tomar tais medidas. Todos se lembravam certamente do famoso “chapéu de chuva para as colectividades”, medida de 1999 que lhe conferira maior dignidade. -----

----- Portanto, também sobre essa matéria deixava um alerta: que a Câmara Municipal de Lisboa criasse um regulamento visando as colectividades populares no sentido de lhes permitir que elas pudessem beneficiar de preços reduzidos na utilização dos espaços desportivos, como, aliás, já tinha sido proposto na Assembleia. -----

----- Terminou dizendo que não acabassem com o movimento associativo, porque ele era já parte integrante duma cidade que pretendiam viva, dinâmica e virada para a população. -----

----- **A Deputada Municipal Ana Gonçalves (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de São Miguel, no uso da palavra leu o seguinte documento: -----

----- “Em primeiro lugar cumprimentar a Mesa na pessoa do Sr. Presidente em exercício, Senhora Vereadora, Senhor Vice-Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros colegas, começo esta minha intervenção por ler dois parágrafos do Plano de Actividades para 2003 que dizem assim; -----

----- ‘Tivemos a preocupação de combinar imperativos de rigor e contenção orçamental com a urgência das respostas que a cidade impõe. O Plano de Actividades contempla um conjunto de prioridades inadiáveis, sem as quais a Qualidade de Vida em Lisboa seria subestimada. -----

----- Governar é optar. Os recursos públicos são sempre escassos para suportar os projectos e acções que consideramos necessários, sobretudo numa época de contenção económica. Todavia, este Executivo assume o Plano Anual de Actividades para 2003 como o seu Plano na medida em que não se desvia dos compromissos que tem perante os munícipes’ -----

----- Ouvimos aqui há duas sessões o senhor Deputado Municipal Dias de Almeida dizer que finalmente a reabilitação urbana tinha chegado a São Miguel ou, no seu dizer, a Alfama. Depois de ler o Plano e Orçamento para 2003, que esta Câmara nos apresentou para ser discutido nesta Assembleia, chego à conclusão que não só o Sr. Deputado Municipal está equivocado como todo este Executivo camarário não sabe ou não está interessado em fazer uma política séria e correcta de reabilitação do seu parque habitacional. -----

----- Senão vejamos. As tão apregoadas obras coercivas com que este Executivo nos brindou não passaram de mais uma medida para “inglês ver” pois, em São Miguel existem 19 prédios degradados pertença da Câmara que foram entaipados e assim continuam. Obras ou projectos nem vê-los e estou-me a referir muito concretamente ao n.º 27 da Rua da Regueira, que é camarário, está semi-entaidado pois a última janela tem os vidros partidos, continuando a ser poiso para pombos e ratos fazerem lá os seus ninhos. No verão o cheiro e as moscas não permitem que as meninas e meninos da Creche do Centro Paroquial, que se encontra mesmo ao lado, lá pudessem brincar. Para além deste imóvel, São Miguel tem mais 4 estes são particulares (Largo e S. Miguel 7, 9, 10, 11, torneja para a Rua de S. Miguel 22, 24 (estes dois são da Câmara) todos eles em grande degradação e perigo iminente de ruírem) estes prédios fazem parte do novo quarteirão que esta Câmara incluiu como seu no projecto no PICD, e cujas obras deveriam começar este ano e a única coisa feita até hoje foi taparem com ráfias os tubos que escoravam este prédio. Poderão os Senhores dizer que 2003 começou precisamente há sete dias, e têm razão, a nossa apreensão não é só por não ver a obra a começar é que para começar os Senhores não dotaram o PICD com verbas que o permitam. -----

----- Como os Senhores mesmo dizem na página 9 das Grandes Opções do Plano e passo a citar “concluir o PICD, saliente-se que a Câmara iniciou uma nova e importante dinamização deste projecto estando previstas grandes áreas unificadas de intervenção ao longo de 2002/2003”, com que verbas Senhor Presidente? -----

----- No ano de 2002 foram transferidos para o PICD 1.613.509,00 euros e para 2003 1.815.856,00 euros, tendo em linha de conta que só para a Rua de S. Pedro, Travessa Terreiro do Trigo, Largo das Alcaçarias (o tal apregoado aqui no início de Novembro como começo da reabilitação, mas já vinha desde Julho 1998 altura em que o Vereador Vítor Costa propôs à Câmara deliberar a sua expropriação), só para este quarteirão, dizia eu, o valor do concurso era de 1.056.946,12 euros, portanto o que resta para o finalizar o PICD é o diferencial de 758.910,00 euros tendo em conta o quarteirão extra-projecto parece-nos manifestamente pouco, senão mesmo insuficiente. -----

----- Diz este Executivo, também na página 9 e referente a Alfama, ir intervir no conjunto da Rua Norberto Araújo, 21-29 e no convento do Salvador. Se em relação à Rua Norberto Araújo já havia trabalho feito, proposta 14/2000, para expropriação destes imóveis, assinada pelo Vereador António Abreu em 12 de Janeiro de 2000, desconhecemos o que esta Câmara vai fazer no Convento do Salvador (que como saberão é a sede do Centro Cultural Dr. Magalhães de Lima) e nem sequer vislumbramos também verbas neste Orçamento, uma vez que a obra a realizar não será certamente de fachada, pois tanto um como outro precisam de obras urgentes é certo, mas também de grande porte. -----

----- Não tem sido política desta Câmara o incentivo ao RECRIA e RECRIPH, pois das verbas para 2002, 30.000.000,00 de euros, somente cerca de 5.000.000,00 de euros foram utilizados. -----

----- As obras coercivas também não foram accionadas. -----

----- Por tudo isto que acabo de referir, não me parece que Lisboa e muito concretamente Alfama tenha motivos para estar mais Feliz.” -----

----- **O Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra, disse que o Orçamento apresentado pelo actual Executivo PSD/CDS-PP como um Orçamento de grande contenção, mais não era que um Orçamento recessivo que consubstanciava os propósitos do Governo Central ao atacar e dificultar a acção do Poder Local Democrático na criação de melhores condições de vida para as camadas populares. Esse Orçamento, consubstanciava e punha em marcha esses propósitos, numa aliança entre o Governo e o actual Executivo da Câmara Municipal de Lisboa que já começava a dar os seus frutos envenenados. -----

----- Tal como o PCP já tinha afirmado aquando da discussão e votação na Câmara Municipal, também ali queriam chamar a atenção para o facto de que o orçamento da educação passava de 18,7 milhões de euros em 2002 para 11,4 milhões em 2003: na construção de novas escolas passava de 4,6 milhões de euros para 2,6 milhões; na ampliação, renovação, remodelação e conservação de escolas passava-se de 3,2 milhões de euros para 1,6 milhões; na acção social escolar passava-se de 4,6 milhões

de euros para 1,7 milhões; e as outras despesas passavam de 1,1 milhões de euros para 0,3 milhões. -----

----- Disse, depois, que a Sra. Vereadora do Pelouro da Educação esteve, recentemente, numa reunião com a Comissão Permanente de Educação, Juventude e Desporto, e nessa reunião explicitara uma série de objectivos nas áreas do parque escolar e do apoio à alimentação das crianças, que não tinham correspondência nas Grandes Opções do Plano e Orçamento apresentados. Era na realidade concreta dos factos que se via a verdadeira natureza da política que se queria impor, e não nas declarações mal ou bem intencionadas. -----

----- Por outro lado, o orçamento da cultura passava de 30 milhões de euros para 17 milhões. Eram profundos constrangimentos orçamentais, declarou o Sr. Presidente da Câmara, mas o certo era que não tinha havido qualquer constrangimento na série de projectos e programas enunciados no Plano: propaganda, mera propaganda de intenções quando se verificava que realmente o Orçamento da Câmara Municipal, para a cultura, quase ficava reduzido em 50%. -----

----- No Pelouro da Juventude havia uma quebra de 25% nos apoios às associações juvenis da cidade, muitas das iniciativas que vinham sendo realizadas foram liquidadas e as que seriam novas, que eram promessas eleitorais, ficaram no esquecimento, ou seja, passaram a velhas e morreram ainda antes de nascerem. -----

----- No desporto, não havia descentralização para as Juntas de Freguesia como não havia também um projecto de desenvolvimento desportivo que respondesse aos anseios das populações dos bairros e freguesias como às propostas dos clubes e colectividades populares. É que não bastava falar mais de equipamentos, era necessário criar projectos que envolvessem os praticantes e as associações para que os equipamentos lançados e construídos pela anterior coligação tivessem utilidade e fossem frequentados. -----

----- Ainda na área do desporto, disse que o actual Executivo camarário se demitira de implementar uma política desportiva, abandonara planos de desenvolvimento, despedira técnicos, fechara piscinas e destruíra os Jogos de Lisboa. Mas não foi só os Jogos de Lisboa, também o programa Cidade Desportiva, o projecto Escolas e Escolinhas Municipais de Desporto, os Jogos do Futuro, os Centros de Mulheres em Movimento e o projecto Correr com o Racismo. Terminaram, sem substituição, os planos de desenvolvimento das modalidades e os apoios aos clubes e colectividades, que antes eram definidos em ambiente de debate e participação, com a colaboração das Juntas de Freguesia, foram substituídos, pelo actual Vereador do Executivo, por uma política de subsídios atribuídos à moda de antigamente. -----

----- E nesse particular do Pelouro do Desporto, disse que a senha do CDS-PP a tudo quanto era desenvolvimento democrático popular já ia demasiado longe. -----

----- Acrescia, ainda, que a proposta 413/2002, para alteração de taxas dos pavilhões Carlos Lopes, Casal Vistoso e São João de Brito, retirada pelo Executivo duas vezes na Assembleia Municipal, passava a integrar os documentos em discussão segundo a Sra. Vereadora responsável pelo Pelouro das Finanças. -----

----- Mas era curioso referir que na discussão das Grandes Opções do Plano e Orçamento, na Câmara, perante as intervenções dos Vereadores do PCP nas áreas da educação, da juventude, da cultura e do desporto, apenas a voz do Vereador Pedro Feist se tivesse ouvido na defesa do que era já uma política profundamente negativa para a cidade, porque as Sras. Vereadoras da educação, da juventude e da cultura ficaram sem respostas para uma realidade concreta, que nem os hábeis passes de mágica e de cartola conseguiam ocultar. -----

----- A redução do Orçamento nessas áreas fundamentais para a qualidade de vida na cidade, implicava fortes restrições ao desenvolvimento social, educativo, desportivo e cultural das crianças, dos jovens e das populações mais desfavorecidas. Essa era a realidade concreta com que se debatiam e que combatiam, e não valia a pena usar mais sofismas de parlamentarismo inútil no combate à maioria de direita, nem contemplações à espera que a situação melhorasse politicamente ou que lhes caísse de podre nos braços. -----

----- O que valia a pena era combater firmemente essa direita que os prejudicava a todos e prejudicava o País, tanto no governo central como no governo de Lisboa, votando agora contra as Grandes Opções do Plano para a paralisia e para o atraso, e contra o Orçamento recessivo e inaceitável que as acompanhava, porque Lisboa exigia uma postura realista e o PCP tinha-a. -----

----- A terminar, disse que antes que todos ficassem infelizes de vez, e de tanga, que acabassem com as tangas mais ou menos habilidosas que já não conseguiam esconder o essencial: que o rei ia nu, portanto sem tanga suficiente para tapar a miséria dourada das promessas. -----

----- **O Deputado Municipal Silva Dias (PCP)**, no uso da palavra, leu o seguinte documento: -----

----- “Poderá considerar-se desnecessário que o documento que nós hoje discutimos e onde estão expressas as Grandes Opções do Plano possua um fino recorte literário, não exigiremos isso. Mas exigisse que seja claro na definição dos objectivos, na hierarquização dos problemas, no estabelecimento de prioridades e, sobretudo, isento de incoerências. Talvez estejamos mal habituados, porque recordamos que já têm sido apresentados aqui a esta Assembleia Municipal documentos desta natureza que possuem valor antológico para o governo da cidade e que podem ser objectos de estudo da nossa cidade. Outros tempos! -----

----- Resultam do documento que temos hoje para apreciação algumas incoerências no campo que enunciamos. -----

----- Por poupança de tempo referir-nos-emos exclusivamente a uma. -----

----- Na página 14 refere-se a feitura dum estudo de mobilidade, e cito: ‘como sustentáculo de decisões, de reordenamento de trânsito, a tipologia da rede viária e da adopção de soluções ambientalmente mais saudáveis.’ -----

----- Mas na página 19 anuncia-se a construção do túnel das Amoreiras/Joaquim António Augusto de Aguiar. É uma gralha curiosa, enfim não tem importância, mas denota alguma falta de cuidado na revisão do documento. -----

----- Grave era iniciar-se uma obra de complexa engenharia, consignar-lhe avultados recursos, ao mesmo tempo que se anuncia a feitura dos estudos que lhe dariam suporte e justificação. E ao mesmo tempo recordarmos a ausência dos estudos de geologia, de segurança, ambientais e paisagísticos já reclamados aqui nesta Assembleia Municipal.

----- Num momento em que pelo País fora há pontes que caem, barragens que fendem e estradas que se esbroom, cada vez mais é apontado o investimento no estudo e no projecto como garantia de segurança e de utilidade cívica de uma obra. -----

----- Não seria mais prudente primeiro ajuizar os custos, os benefícios, os perigos e decidir depois a construção se for caso disto? Porque, se assim não for, podemos estar perante uma obra faraónica no sentido exacto da expressão, feita exclusivamente para proveito e glória de quem a manda fazer. -----

----- Para essa obra faraónica olha com certa perplexidade o povo de Lisboa que pergunta em que medida o seu quotidiano será afectado por essa obra. E como o seu quotidiano neste momento se passa entre ruas sujas, a imagem pode ser feia mas preocupam mais os lisboetas os dejectos caninos nos passeios do que a existência dum túnel que irá trazer mais carros para a cidade. Os jardins degradados, os passeios ocupados pela lata que o túnel vai bolsar sobre a cidade, um quotidiano que os lisboetas sofrem apertados em transportes colectivos, cuja velocidade é reduzida precisamente por esses veículos que o túnel irá bolsar sobre a nossa cidade. -----

----- Numa entrevista recente que a Comissão de Urbanismo teve com representantes da Carris, foi-nos dito que a Carris não podia garantir o cumprimento dos horários enquanto existir o caos no estacionamento da cidade. E referiu que o célebre eléctrico 28 chega a estar 2 horas à espera que um cidadão egoísta tire o seu carro para o eléctrico passar. -----

----- Ainda é tempo para reflectir e decidir sobre a construção do túnel das Amoreiras, oxalá o Executivo seja iluminado pela lógica.” -----

----- **O Deputado Municipal José Possidónio (PCP)**, no uso da palavra, disse que depois de analisados os documentos em debate concluía-se que eles contradiziam as promessas eleitorais do Sr. Presidente da Câmara e que não correspondiam às necessidades da cidade e dos seus habitantes. Na campanha eleitoral foi proclamada a intenção de apostar na reabilitação e revitalização das zonas históricas da cidade, nomeadamente da Baixa Pombalina, desígnios que não se encontravam contemplados com as correspondentes dotações financeiras no Plano de Actividades para 2003 nem no Plano Plurianual 2003/2006. -----

----- Disse, depois, que os Vereadores do PCP apresentaram, em Março de 2002, uma proposta para a reabilitação da Baixa Pombalina onde se propunha que numa coordenação operativa integrada dos serviços da Câmara Municipal e da agência já criada, em que participavam associações de comerciantes, bancos e operadores de transportes, se promovesse a requalificação e revitalização sustentada da Baixa, estabelecendo-se, para isso, um projecto reunificador do conjunto que lhe restituísse o carácter unitário dos pontos de vista urbanístico, arquitectónico e funcional. -----

----- Os grandes objectivos da proposta eram, segundo disse, a reabilitação do edificado, a criação de equipamentos, a fixação de populações, a criação de condições

para a residência de camadas mais jovens, a multi-funcionalidade de usos, a diversidade de oferta comercial, o reforço da componente habitacional, a eliminação de fogos devolutos, e criação de condições para o usufruto nocturno da Baixa Pombalina com a introdução de novos equipamentos e policiamento adequado e, ainda, a utilização do piso térreo da Praça do Terreiro do Paço para actividades culturais e restauração, bem como a redução do fluxo de tráfego e a preparação da candidatura a Património Mundial. -----

----- Todavia, essa proposta dos Vereadores do PCP foi rejeitada com os votos contra do PSD e do PP. - -----

----- A concluir, disse que em vez de investir na reabilitação e revitalização do centro histórico da cidade, o Executivo da Câmara estava mais apostado em realizar obras de fachada e de impacto mediático como o túnel das Amoreiras que só iria contribuir para um maior fluxo de trânsito para a cidade, financiar a construção de estádios de futebol, ou colocar casinos no centro da cidade. -----

----- **O Deputado Municipal António Pereira (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, no uso da palavra, leu o seguinte documento: -----

----- “Apesar de ser o segundo Plano de Actividade e Orçamento que nos é apresentado, na minha opinião este é efectivamente o primeiro elaborado a sério por esta coligação, já que foi feito com o tempo que no outro não tiveram, com o conhecimento dos *dossiers* que no outro não tinham, portanto mais condizente para enquadrar o cumprimento das promessas eleitorais que fizeram esta coligação vencer as eleições. -----

----- Mas o que é que vemos nestes dois documentos em apreciação? -----

----- Para além duma política de afastamento e da falta de resposta aos problemas colocados pelas populações e pelos autarcas, se tivermos em conta a leitura da acta da Câmara onde estes dois documentos foram discutidos e aprovados, chegamos à conclusão que, apesar das melhorias introduzidas pela oposição, este Plano e Orçamento não foram feitos com o rigor que nos foi prometido, uma vez que mais parece uma fotocópia do anterior no que diz respeito às novas obras, aos novos investimentos, aos novos projectos, etc., etc. -----

----- Por outro lado, revela que não tiveram tempo para se identificarem com os *dossiers*, com os problemas dos cidadãos e com as prioridades, assim como o que fazer e como obter os financiamentos para que a iniciativa pudesse ser lançada e concretizada. -----

----- Ao ler estes dois documentos dá a impressão que são apresentados por pessoas com muito boa vontade, que acabaram de chegar à Câmara, não sabem onde estão nem tão pouco para onde querem ir. -----

----- E isto porquê? -----

----- Para se ter uma noção do que acabo de dizer, basta ler o resumo da acta da Câmara. Sempre que um Vereador da oposição coloca uma questão, seja ela de que ordem for, a actual Câmara responde: “de facto houve alguma imprecisão; outras vezes, vamos reanalisar; ou vamos alterar; ou vamos corrigir; e outras vezes, ainda, responde houve de facto um lapso dos serviços”. De facto, perante tanto

desconhecimento, ou distração acredito eu, penso que naquela reunião da Câmara não havia condições para se aprovarem estes tão importantes documentos para a cidade. -----

----- E porque tinha sido prometido pela Câmara, como se podia ler, que as insuficiências, as imprecisões e as correcções ou lapsos dos serviços seriam feitos atempadamente e entregues aos Srs. Vereadores da oposição, a questão que eu ponho é se foram de facto apresentados e se a Assembleia está a analisar, ou não, os documentos já com essas correcções. -----

----- Partindo do princípio que tudo isto está bem, que os esclarecimentos foram prestados, as correcções feitas e os lapsos supridos, portanto que os documentos em discussão estão normais, vou partir então para a colocação de algumas questões ao Sr. Presidente da Câmara, começando pela ordem estrutural dos documentos. -----

----- Assim, no parque edificado, objectivo 01, apesar do acréscimo de 11.279.538 euros, há, na minha opinião, algum afastamento do que são as prioridades para a cidade. Por exemplo, no plano das acessibilidades e qualificação ambiental só constam 13.000 euros. Eu acho que é uma verba insuficiente para esta área. -----

----- A dinamização sócio-cultural revela um desinvestimento se tivermos em conta o previsto em 2002, com um investimento para menos na ordem dos 1.500 euros. -----

----- Nas obras do RECRIA há uma redução substancial. Porquê? Será que a Câmara quer desresponsabilizar o Governo da sua participação ao abrigo deste projecto? -----

----- Também no que diz respeito ao apoio à recuperação dos edifícios das instituições há uma redução de 48.000 euros em relação a 2002. Também não percebo! -----

----- Em relação à funcionalidade – isto noutra objectivo – na segurança há uma grande redução na verba a transferir para as instituições, pois passa de 18.456 euros em 2002 para 3.500 euros. Será que está aqui escondida uma forma de penalizar as corporações de Bombeiros Voluntários? -----

----- No que diz respeito ao trânsito há uma verba de 390.000 euros para novas instalações e alterações semaforicas, o que me parece extremamente insuficiente para satisfazer os diversos pedidos da população de Lisboa e as reivindicações das diversas freguesias, nomeadamente Marvila que espera o reinício das obras de remodelação do trânsito na Av. Dr. Augusto de Castro, que estão paradas como todos nós sabemos desde Agosto de 2002. -----

----- Também no que diz respeito à escola de trânsito só constam 130.000 euros. Não sei se é muito ou se é pouco, mas serão as verbas necessárias para concluir e pôr a funcionar a Escola Municipal de Trânsito Infantil do Bairro do Armador, onde todo o espaço está infraestruturado, todo o terreno está pronto só faltam colocar lá os pilaretes e a tinta no chão para o pôr a funcionar ao serviço das crianças? Se for, ainda bem. -----

----- Ainda na área do trânsito, são urgentes as obras de remodelação do prolongamento da Av. Estados Unidos da América. Esta avenida está mal concebida, há um projecto para alterar a sua concepção já que há contínuos acidentes com as pessoas que ali têm que atravessar. É uma zona industrial muito atravessada pelos peões que frequentemente eram atropelados devido à feitura daquela rotunda. -----

----- Também não é visível, pela leitura que se faz dos documentos, se estão ou não salvaguardadas, em termos de verbas, as *demarches* necessárias à abertura dos equipamentos sociais que teimosamente se mantêm encerrados há mais de um ano, conforme o Sr. Presidente da Câmara acabou de referir na sua intervenção. Por exemplo, o Espaço Jovem, no Edifício do Lápis, que está pronto, está todo equipado mas falta nomear a equipa de gestão. O equipamento social no Bairro dos Lóios, conforme o Sr. Presidente da Câmara acabou de referir há pouco. Também não vejo grande empenho desta Câmara para a construção do centro cultural infantil da Bela Vista, porque só constam para este ano 511.000 euros. -----

----- Na área da habitação social também não é visível se está salvaguardada, em termos de verbas, a recuperação de diversos bairros municipais. O Sr. Presidente da Câmara referiu aquilo que acabou de ver ontem, quando visitou a Freguesia de Marvila nomeadamente o Bairro dos Lóios, nos edifícios do IGAPHE, mas também não nos podemos esquecer que não podemos só acusar o IGAPHE daquilo que não faz. Também tinham que acusar a Câmara Municipal de Lisboa porque o Bairro do Condado ainda está a 50% da sua recuperação, no Bairro das Salgadas velho falta 100% e a Quinta do Chalé esta a 100% -----

----- Relativamente à educação, há escolas na freguesia cujos espaços exteriores precisam de ser requalificados. Zonas verdes e ajardinados não têm por exemplo as escolas números 9, 53, 117 e 195. O que há nestas escolas são grandes espaços sem qualquer tratamento, cuja manutenção e limpeza é difícil e muito cara, apesar de, como todos nós sabemos, os protocolos que nós temos para os espaços ajardinados nas escolas. Mas são para manutenção, e se elas não têm espaços verdes nos os podemos manter. -----

----- Também nesta área da educação aparecem verbas definidas neste Plano de Actividades para a construção duma escola e jardim-de-infância na zona L de Chelas, 250.000 euros. Sendo importantes estes equipamentos, não me parece que as verbas definidas sejam as necessárias para a prioridade que deveria merecer este tipo de equipamento. -----

----- Também há escolas que devido à sua concepção arquitectónica precisam de uma atenção muito especial da parte da Câmara. Nomeadamente as escolas números 9, 117, 187 e 195 precisavam de ter o dobro do pessoal auxiliar para fazer a vigilância na entrada e saída das crianças e para ajudar nas refeições. -----

----- Depois, Sr. Presidente da Câmara, é com alguma dor que vejo a ausência de apoio a projectos culturais, quer no que diz respeito à construção de equipamentos, quer no apoio a projectos de instituições culturais em cada freguesia, que se substituem de certa forma à Câmara numa política cultural da cidade que a Câmara não tem. E porque não é visível na leitura que se faz, eu pergunto: será que consta nesta intenção da Câmara a continuidade das obras de acabamento para a instalação da Biblioteca José Gomes Ferreira, cujo projecto foi apresentado à comunicação social no mandato anterior, pela Vereadora Maria Calado, no dia 3 de Dezembro de 2001? Será que consta verba para a construção da Casa da Escrita José Gomes

Ferreira, no antigo Palácio das Fontes, cujo projecto foi também apresentado nessa mesma data? Também não me parece que conste aqui. -----

----- Na área dos espaços verdes também pouco é referido. Todos sabemos que é e continua a ser uma pecha desta cidade, apesar de todo o trabalho que foi feito na gestão anterior, mas não vejo grande empenhamento por parte desta Câmara em dotar este objectivo das verbas necessárias para requalificar um conjunto de espaços, nomeadamente em Marvila, na Rua Manuel Espírito Santo, na Via Central de Peões, na Rua Tomás de Alcaide e todas as ruas e largos do Bairro das Salgadas, que continua a estar a monte como sempre esteve. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara falou da disponibilidade de continuar a aprofundar com as freguesias a reformulação e reforço dos protocolos, mas o que é um facto é que as freguesias continuam à espera duma resposta de V. Ex^a para prosseguir essa reanálise, conforme documento que foi subscrito por mim próprio, pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia dos Olivais e pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Alto do Pina. -----

----- Sr. Presidente da Câmara, deixei para o fim uma questão muito cara a V. Ex^a. Falo do desporto. O Sr. Presidente da Câmara prometeu, na sua intervenção inicial, transformar o que ficou do que era um grande projecto da cidade, que era a sede da Fundação Brasileira, num complexo desportivo em Chelas – eu penso que já vai sendo tempo de retirarmos a palavra Chelas, porque Chelas é um conjunto de bairros e penso que Marvila definirá mais o sítio, mas isso não é o mais importante – e, de facto, consta no Plano de Actividades uma verba de 150.000 euros para 2003, o que é irrisório para um projecto desta envergadura. Está bem que depois há 1.350.000 euros para 2004, mais 2 milhões em 2005, e mais 1,5 milhões em 2006. Mas, mesmo assim, considero que é irrisório, ou não haverá grande vontade em que este complexo vá para a frente tão depressa como todos nós desejaríamos. -----

----- Também nada fala do projecto de reconstrução dum polidesportivo do Bairro da Prodac, que serviria também a escola 193, cuja primeira fase foi concluída em Novembro de 2001. Falta prosseguir! -----

----- Depois, também ainda não consta neste Plano de Actividades a intenção de construção das piscinas que V. Ex^a prometeu, que, recorde, uma por cada bairro e só Marvila tem dez bairros e cada um deles é maior que mais de 60% das freguesias deste País. -----

----- Resumindo, numa análise pela rama aos 9 objectivos do Plano de Actividades e Orçamento, há 5 que na realidade crescem e 4 que na sua globalidade descem. -----

----- Depois, nas despesas correntes, é aqui que se verifica algum afastamento dos cidadãos. Ou seja, nas despesas correntes há 8 objectivos que descem e, entre esses, aquele que mais desce é justamente aquele que tem a ver com a funcionalidade da cidade, que desce 25,7% em relação a 2002, e que tem a ver com a segurança, com o trânsito, com a higiene urbana com a iluminação pública, etc. -----

----- Por outro lado, também a intervenção social desce 12,8%, notando-se um abandono claro dos projectos de prevenção da toxicodependência. Nas áreas de lazer

também há uma descida de 23,5%, ou seja, a cultura, o desporto e os espaços verdes voltam a ser penalizados. -----

----- Portanto, este Plano de Actividades é um documento de classes, que identifica quem o produziu e no-lo apresenta, e é um Plano de Actividades que se afasta cada vez mais daquilo que foram as promessas eleitorais que levaram à eleição desta Câmara. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara visitou Marvila nestes últimos dias e ao ouvi-lo falar hoje aqui até parecia que estava a ler as três últimas revistas de Marvila, o que me apraz registar porque mais vale tarde que nunca. É que o Sr. Presidente da Câmara reconheceu que as críticas e sugestões que Marvila tem vindo a fazer à gestão da Câmara são correctas, pois V. Ex^a confirmou, uma a uma, todas as nossas preocupações, o que naturalmente, como Presidente de Junta de Freguesia, agradeço. Mas não posso também deixar de manifestar o meu protesto porque V. Ex^a, mais uma vez, não informou a Junta de Freguesia dessa visita. -----

----- Já agora, Sr. Presidente da Câmara, prometi-lhe que quando fizesse alguma coisa que se visse na freguesia também aqui lho dizia, agradecia e me congratulava. E aqui está uma congratulação: finalmente foi demolido o mamarracho da sede do Rossão. Finalmente! Parabéns Sr. Presidente da Câmara. -----

----- Relativamente à questão por V. Ex^a colocada sobre o pavilhão do Bairro dos Lóios, lembro que neste momento esse pavilhão não tem ocupação a 100% porque V. Ex^a e a sua equipa mandou parar, ou extinguir, as Escolas e Escolinhas que ocupavam a tempo inteiro esse pavilhão e mais que fosse, porque só em Marvila mais de 1.000 crianças praticavam desporto nessas Escolas e Escolinhas. É na área do andebol, do basquetebol, do voleibol e lutas amadoras. Já agora informo V. Ex^a que Marvila vai ser uma das instituições organizadoras do Mundialito de Andebol que irá decorrer paralelamente ao Campeonato da Europa de Andebol 2003. -----

----- A terminar, permito-me fazer um comentário às visitas que V. Ex^a tem feito a Marvila. Em Maio de 2002 V. Ex^a, acompanhado de mais 30 pessoas do seu “estado” e pela comunicação social visitou o Bairro do Condado e a primeira medida prática que toma é mandar parar as obras que estavam em curso. Em Janeiro de 2003, precisamente em dia de reis, V. Ex^a, acompanhado pelos mesmos “figurantes”, visita novamente Marvila – o Bairro do Condado e o Bairro dos Lóios – e a primeira medida que toma é mandar retomar as obras que V. Ex^a em Maio de 2002 tinha mandado parar. -----

----- Isto já leva as pessoas de Marvila a comentar: será que Lisboa e os lisboetas estão a ser geridos com o estado de humor ou estado de espírito do Sr. Presidente da Câmara. Se o Sr. Presidente da Câmara acorda mal disposto manda parar as obras, se o Sr. Presidente da Câmara acorda bem disposto manda prosseguir as obras. Isto não pode ser, Lisboa é coisa séria demais para ser gerida nestas termos e espero que daqui para a frente Lisboa seja pensada, planeada e construída. São estes os meus votos para 2003. -----

----- **O Deputado Municipal David Castro (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia da Charneca, no uso da palavra, disse que ao ouvir a intervenção do Sr. Presidente da

Câmara ficara com a sensação que Lisboa era apenas a Baixa e os seus arredores, pelo que queria dizer que Lisboa continuava para norte da Segunda Circular, onde a cidade tinha, aliás, uma das suas zonas mais degradadas. -----

----- E visto que já ali se tinha falado em buracos, desejava lamentar também o facto de há dois meses existir um buraco nas escadinhas da Rua França Borges, nas Galinheiras, relativamente ao qual já tinha havido troca de faxes, entre a Junta e a Câmara, com carácter de urgência, bem como três ou quatro telefonemas com assessores do Sr. Vice-Presidente, e esse buraco, onde já tinha caído uma pessoa que teve que receber tratamento hospitalar, continuava na mesma, ou seja por tapar, o que era de lamentar. -----

----- Depois, sobre os documentos em apreciação, leu o seguinte documento: -----

----- “Quando analisamos o ofício enviado pela Câmara à Junta de Freguesia, pedindo-nos para discutirmos com a população os principais problemas existentes na freguesia e depois enviá-los para elaboração do Plano de Actividades, dissemos para nós: estamos a atravessar uma nova fase da vida do nosso concelho e em particular das freguesias. -----

----- Afinal enganámo-nos! -----

----- Isto porquê? Depois de lermos com alguma atenção, o plano apresentado pela Câmara, que hoje estamos aqui a discutir, verificamos que afinal o trabalho que desenvolvemos não serviu para nada. -----

----- 1º Porque das 10 questões enviadas na maior parte delas não foram contemplados. -----

----- 2º Porque continuamos a ver nos Planos de Actividades da Câmara Municipal, em relação à Freguesia da Charneca, as mesmas coisas há vários anos. -----

----- Exemplos: eixo Norte/Sul, Av. Santos e Castro e um equipamento social de que nem sequer é designado o local. Em relação a este equipamento perguntamos: quando começa e onde, já que sobre o eixo Norte/Sul e a Av. Santos e Castro são vias estruturantes de grande interface para a cidade que já deviam estar feitas, em nossa opinião, há muitos anos. Em relação ao plano da Alta de Lisboa continuamos a não saber, quando arranca o Centro de Saúde reclamado pelas populações da Charneca e da Ameixoeira há vários anos. -----

----- Quando arranca a construção da Divisão de Polícia prometida também nesse Plano? -----

----- Quando arrancam os equipamentos sociais, creches, ATL e lares da terceira-idade previstos no Plano? -----

----- Quando arrancam os equipamentos desportivos previstos no mesmo? -----

----- Também quando resolve a Câmara o problema das instalações dos clubes desportivos que passaram da Musgueira para a área da Freguesia da Charneca? O Sr. Vereador Pedro Feist já tem os elementos necessários para que rapidamente se resolva este problema. -----

----- Quando recebe a Junta de Freguesia o Plano de Pormenor da envolvente ao Campo das Amoreiras onde está integrada a requalificação da zona envolvente do bairro camarário ao Campo das Amoreiras? -----

----- Estas são apenas algumas preocupações sentidas pelo Executivo da Junta de Freguesia em relação ao Plano da Alta de Lisboa. -----

----- Para terminar gostaríamos de perguntar: -----

----- Quando são realojadas as mais de 100 famílias que estão por realojar na freguesia, algumas delas em condições altamente degradantes? Ou seja, pelo facto de várias famílias à sua volta terem sido realojadas, as barracas das que ficaram por realojar estavam agora completamente desprotegidas. Gostaria que a Câmara, definitivamente nos desse uma resposta, até porque temos um ofício da Câmara a dizer que as famílias que faltavam seriam realojadas até Setembro ou Outubro. -----

----- Uma segunda questão que gostaríamos de obter resposta é: em relação à recuperação urbanística da área das Galinheiras e Reguengo, que estudos há? Quando se avança já que no Plano de Actividades nada é dito sobre este problema? Fala em muitos bairros da Cidade de Lisboa mas esse é esquecido mais uma vez. -----

----- Por último dado que o eixo Norte/Sul vai passar no local onde se realiza a Feira das Galinheiras perguntamos: Para onde vai esta já que não vai ficar naquele local segundo as previsões? Também em relação a isto gostaríamos de ser informados porque várias pessoas nos perguntam se a Feira vai continuar ou não e não temos capacidade para esclarecer essa questão.”-----

----- **O Deputado Municipal Bruno Rolo (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia da Ameixoeira, disse que dado o avançado da hora esteve para prescindir do uso da palavra, mas depois lembrara-se duma conversa que teve com o Sr. Presidente da Câmara, em Maio do ano passado, no Bairro das Galinheiras, em que o Sr. Presidente da Câmara lhe disse que quando tivesse um problema difícil em vez de insistir com a Câmara o pusesse sempre nas reuniões da Assembleia Municipal, ao que respondera que era difícil porque nem sempre tinha tempo para intervir. Por isso, como hoje tinha tempo, não prescindia. -----

----- Em relação aos documentos em debate, disse que uma das questões por si várias vezes colocada na Assembleia Municipal, sempre que tinha tempo para intervir, era a do Parque Periférico, um dos maiores espaços verdes da cidade. Mas ao folhear as Grandes Opções do Plano apanhara um susto porque no índice se referiam os espaços verdes, e depois no desenvolvimento do texto saltavam-se os espaços verdes e então pensara que este ano não haveria espaços verdes em Lisboa. No entanto, ao analisar depois os quadros reparara que vinham verbas especificadas para os espaços verdes, portanto começara a analisar mais detalhadamente. -----

----- A verdade era o Parque Periférico tinha previstas algumas verbas para iniciar a sua recuperação em 2003, mas não deixava de ser curioso que sendo o Parque Periférico uma das maiores áreas verdes de Lisboa, que pelo menos atravessava três freguesias, essas verbas fossem menores que as previstas para as quintas das Conchas e dos Lilases, o que lhe dava a ideia que uma área verde que abrangia pelo menos três freguesias era menos importante que uma outra que só abrangia uma freguesia. -----

----- Mas, como pelo menos ia avançar, fazia votos para que corresse tudo pelo melhor. -----

----- Em relação ao eixo Norte/Sul, disse que fazia suas as palavras do Presidente da Junta de Freguesia da Charneca. O atraso era evidente, mas, de qualquer maneira, era importante referir-se que o eixo Norte/Sul esteve parado em 2002, em 2003 arrancava com uma pequena verba e depois, lá para 2004 ou 2005, quando a Câmara estivesse a acabar o mandato se calhar estaria concluído para apresentar como uma das grandes batalhas ganhas pelo actual executivo da Câmara. -----

----- Em relação à sua freguesia, disse que não via nada, quer no Plano de Actividades, quer no Orçamento, que dissesse respeito aos equipamentos do Vale da Ameixoeira, um grande empreendimento para realojamento que foi construído mas que a partir da altura em que as pessoas foram todas realojadas não avançara mais. Não havia equipamentos desportivos, não havia espaços verdes, não havia esquadra de polícia, não havia centro de saúde, enfim não havia nada e nada estava previsto no Plano de Actividades. -----

----- Como o Plano e o Orçamento de 2002 não eram os documentos do actual Executivo porque tinham acabado de entrar em funções e portanto foram apresentados atrasados, pensava que seria nestes que esses problemas seriam contemplados, mas, pelos vistos, não era assim. -----

----- Para a Ameixoeira, segundo disse, a única coisa que se referia eram 1.000 euros para o jardim-de-infância, porque sobre os equipamentos essenciais que referira para uma grande área de realojamento nada constava e desejava saber porquê. -----

----- Em relação aos bairros históricos, disse que eles não existiam só na zona da Baixa, também os havia na periferia da cidade. Havia em Carnide, no Lumiar e na Ameixoeira, mas desses nunca ouvia falar. Ouvia falar no Bairro Alto, em Alfama, enfim, nem sabia se a Sra. Vereadora do Pelouro do Urbanismo teria noção que havia uma zona histórica na Ameixoeira! É que nunca a tinha visto lá, mas sabia, pela comunicação social, que tem estado ocupada com os processos de licenciamento urbanístico. Portanto, foi um ano perdido para a zona histórica da Ameixoeira e para as outras zonas históricas das freguesias periféricas da cidade, e continuava a não ver nada disso contemplado nas Grandes Operações do Plano. -----

----- Relativamente ao centro de saúde, disse que a questão era a mesma que já foi levantada pelo Presidente da Junta de Freguesia da Charneca, e desejava saber se era ou não para avançar, se era a SGAL que ia fazer, ou se o terreno iria continuar mais alguns anos à espera da construção. -----

----- Respondendo a um aparte, disse que a SGAL tinha um acordo com a Câmara pelo que quem tinha que lhe dar satisfações era a Câmara e não a SGAL. -----

----- Disse, ainda, que também a requalificação do Bairro das Galinheiras, a demolição do bairro camarário que faltava demolir bem como a requalificação daquelas zonas a nível das infra-estruturas viárias e de plano urbanístico, nada disso estava enquadrado no Plano e no Orçamento para 2003, portanto mais uma zona grande de freguesia que não vinha sequer mencionada nos documentos. -----

----- Seguidamente, disse que, fazendo jus às palavras do Sr. Presidente da Câmara no ano anterior, este Orçamento seria o primeiro 100% deste Executivo, mas esperava, e queria deixar ali o alerta, que neste Orçamento estivesse contemplado o evitar de

situações como aquela que lhe acontecera no dia 30 de Dezembro passado que foi telefonarem-lhe às 15 horas para ir a correr assinar uma adenda a um protocolo, que ele próprio nem sabia que existia, porque como no dia 31 era impreterível que entrasse no Departamento de Finanças. Ou seja, no dia 30 ele teria que estar disponível em Lisboa para assinar o protocolo porque senão não tinha o dinheiro. Por acaso estava a trabalhar, até lhe interromperam uma cirurgia, e o motorista da Câmara fizera-lhe o excelente favor de ir à sua clínica no dia 30 de Dezembro, às 19 horas, para assinar o tal aditamento ao protocolo. -----

----- Era assim a maneira de funcionar da Câmara? É que tinham o direito de serem informados atempadamente! -----

----- A terminar, disse que nas tabelas de taxas anexas ao Orçamento constava uma situação para a qual queria a alertar, e que era a seguinte. Na questão da adopção dos animais constava que qualquer munícipe que quisesse adoptar animais abandonados recolhidos pelo canil/gatil municipal se os animais tivessem até 4 meses de idade era grátis, se tivessem mais de 4 meses as pessoas que iam prestar um serviço à cidade ao recolher animais abandonados tinham que pagar uma taxa. Conclusão: na cidade de Lisboa, pelos vistos, nem os animais abandonados tinham o direito de ser felizes. -----

----- **O Deputado Municipal Paulo Quaresma (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, no uso da palavra, disse que assistiram agora a um episódio claro que dava razão aos Presidentes de Junta quando denunciavam a forma como foram negociados os protocolos, porque o que viram foi “para a próxima não tens”! Este era o critério e foi claro para toda a Assembleia “porque falas-te não tens a adenda”. Foi assim exactamente que acontecera na negociação dos protocolos! -----

----- Disse, depois, que queria levantar alguns pontos que tinham a ver com a sua freguesia. O Sr. Presidente da Câmara sabia que em Julho pedira-lhe três prioridades, e ia justamente começar pela primeira, concretamente o Vale do Forno. -----

----- O Vale do Forno estava no Plano, era verdade, mas havia uma promessa que o problema seria resolvido em 2002. O Sr. Presidente da Câmara tinha toda a razão quando dizia que era uma herança complicada que herdara, mas não tendo sido cumprida essa promessa em 2002 esperava que em 2003 fosse cumprida. -----

----- Em relação ao Parque dos Artistas de Circo, disse que o Sr. Presidente da Câmara falara consigo e disse-lhe que tinham que ir ver o local, o que nunca aconteceu, e referira que seria uma das prioridades para 2002. Portanto lamentava ter de lhe dizer que não tinha cumprido, como também não aparecia no Plano para 2003 o cumprimento dessa promessa. E se em relação à questão do Vale do Forno foi preciso ir procurar casas, no Parque dos Artistas de Circo as casas existiam, apenas faltara coragem política para terminar o realojamento daquelas pessoas. -----

----- Sobre o plano de urbanização de Carnide/Luz e zona do centro histórico de Carnide, que era a terceira prioridade, igualmente lamentava dizer que o Sr. Presidente da Câmara falhara, pois também não cumprira essa promessa. Era fácil dizer no início do mandato “ainda agora estamos no início” mas realmente começava a ser cada vez mais difícil ao Sr. Presidente da Câmara justificar o não cumprimento das promessas que fizera. -----

----- Do plano de urbanização Carnide/Luz não aparecia qualquer referência no Plano de Actividades. Sobre a reabilitação urbana foi-lhes há pouco distribuída uma agenda com os 12 meses e em cada mês tinha uma referência a um bairro mas apenas da zona do centro histórico, não havendo qualquer referência à zona periférica da cidade quer nessa agenda, quer em qualquer dos documentos em debate. Estava esquecida a zona dos núcleos dispersos! Aliás, mesmo o pouco apoio que existia para um plano de urbanização dessa zona, contemplado no Plano Plurianual de Investimentos para os anos de 2003 e 2004, foram arrastadas as verbas para os anos de 2005 e 2006. -----

----- Referiu que o Sr. Presidente da Câmara tinha dito que uma das prioridades da Câmara era a reabilitação dos bairros sociais, e vivendo metade da população de Carnide em bairros sociais, em 2002 não se fizera uma única intervenção por parte da Câmara, nem da GEBALIS, em relação a um bairro municipal com mais de 40 anos e que tinha graves problemas habitacionais. Para 2003 também nada via no Plano de Actividades, pelo que o Sr. Presidente da Câmara não estava a cumprir aquilo que tinha prometido. -----

----- Por outro lado, o Sr. Presidente da Câmara falara nas piscinas, ganhara as eleições e agora dizia que tinha que se cumprir aquilo que cada um prometeu. Mas o Sr. Presidente da Câmara também ganhara porque prometera que ia construir uma piscina em cada bairro, e ele na sua freguesia tinha vários bairros e não tinha uma única piscina. Não acreditava que o Sr. Presidente da Câmara pudesse cumprir aquilo que prometera construindo uma piscina em cada bairro, mas pelo menos uma para uma freguesia que tinha 20.000 habitantes era justo, mas também não aparecia no Plano. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara igualmente tinha prometido – mas também não acreditava que pudesse cumprir isso – que todas as semanas iria aos bairros sociais, e passadas que estavam 52 semanas o Sr. Presidente nem sequer uma visita efectuara a um dos bairros sociais da sua freguesia. Portanto, também aí o Sr. Presidente da Câmara cumprira. -----

----- Por fim, disse que alguns Presidentes de Junta referiram ali que o Sr. Presidente da Câmara visitara algumas freguesias, mas à sua freguesia, que era a sexta maior de Lisboa e tinha 20.000 habitantes, o Sr. Presidente da Câmara não fizera uma única visita durante um ano, e os habitantes de Carnide mereciam algum respeito e consideração pela freguesia. -----

----- A um aparte do Sr. Presidente da Câmara, respondeu que ele tinha feito uma incursão de 10 minutos ao Vale do Forno, na periferia da Freguesia do Lumiar, quando esteve numa visita oficial a essa freguesia. -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Granadeiro (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia da Ajuda, no uso da palavra, disse que desejava abordar a questão do Plano de Actividades e Orçamento, levantando algumas questões relativas à sua freguesia. -

----- Começou então por dizer que na reunião havida em Junho, entre o Sr. Presidente da Câmara e os Presidentes de Junta de Freguesia, o Sr. Presidente da Câmara pedira a cada uma das Juntas três prioridades para iniciar no ano 2002, e a sua freguesia indicara essas três prioridades embora existissem mais, já que a Freguesia da Ajuda

tinha muitas carências a vários níveis. As três prioridades indicadas diziam respeito à construção de alguns equipamentos e à recuperação de bairros, uma vez que se tratava de projectos já iniciados e alguns deles até já muito avançados. -----

----- Um deles era o mercado da Ajuda, que teve o seu concurso elaborado e concluído em finais de 2001 e que esperariam fosse iniciado em 2002 até porque havia verba no Orçamento para isso, que depois, estranhamente, fora retirada e o mercado não avançara, mas vinha agora no Orçamento para 2003. -----

----- O que o surpreendia, porém, era que a Câmara para construir o mercado da Ajuda precisasse de 4 anos, quando a Ponte Vasco da Gama e o Parque das Nações não demoraram tanto tempo. Mas, enfim, estava incluído no Orçamento e esperava que avançasse e que não acontecesse o mesmo que acontecera em 2002 em que a verba foi retirada. -----

----- A outra prioridade tinha a ver com o pavilhão gimnodesportivo do Rio Seco, que era também um projecto já iniciado há alguns anos, havia espaço e portanto só faltava iniciar a obra, mas, para seu espanto, aparecia nas Grandes Acções do Plano com verba para 2004, o que também era de lamentar e realmente não percebia a razão porque não se começava a obra em 2003. -----

----- A terceira prioridade tinha a ver com a recuperação dos bairros sociais da freguesia, um o Bairro Social 2 de Maio e outro o Casalinho da Ajuda, que tinham alguns problemas e tinham já também algum início de obra no que dizia respeito à recuperação dos lotes. A Junta vinha reclamando para se concluir o mais rapidamente possível para que se pudesse fazer a recuperação da zona envolvente que já deveria estar pronta há muito tempo. -----

----- Por outro lado, que também fosse feita a recuperação no que dizia respeito ao saneamento básico porque havia problemas constantes no Bairro 2 de Maio. Inclusivamente havia um trabalho conjunto entre os três departamentos para que esse trabalho pudesse ser feito por fases. -----

----- De facto, o Plano de Actividades falava na recuperação do Bairro 2 de Maio, mas sem cabimentação, ou seja, sem verba definida. Mas tinha algumas dúvidas porque antes das obras de recuperação deveriam ser feitas as obras de saneamento e inclusivamente a recuperação dos lotes. Podia dizer que nesse bairro tinham sido recuperados 4 ou 5 lotes, em 2002 iniciaram-se obras em quatro lotes 2 dos quais foram concluídos com alguns problemas que já foram denunciados, e os outros 2 estavam parados desde meados do ano, portanto estavam completamente parados e abandonados. -----

----- Por outro lado, sabia também que tinha sido aprovada, em Setembro, uma empreitada para mais 8 lotes. Só que as obras ainda não se iniciaram e não se sabia quando seriam iniciadas. Portanto, o Bairro 2 de Maio, que tinha mais de 60 lotes, se fossem a recuperá-los a este andamento não sabia quando o bairro estaria recuperado.

----- Relativamente a outras prioridades da freguesia que também não via no Plano de Actividades, algumas das quais seriam feitas com alguma facilidade uma vez que já havia projectos elaborados, citou o projecto para a recuperação da zona envolvente da Memória, junto do Comité Olímpico, um plano também já iniciado e com pernas para

andar, que previa uma piscina que bem falta fazia à Freguesia da Ajuda e que vinha de encontro a uma das promessas feitas pelo Sr. Presidente da Câmara na campanha eleitoral. -----

----- Outra prioridade, que não sabia se estava no Plano de Actividades porque não estava explícito, era a recuperação de toda a zona do Rio Seco onde iria ser construído o pavilhão. Era uma zona degradada, abandonada, havia um projecto em fase de elaboração pela DMAEV sobre o qual nunca mais lhe tinha sido dito nada, mas que passaria por recuperar toda aquela zona das escarpas e pela construção do Museu dos Geo-Monumentos. -----

----- Uma outra prioridade era a esquadra da PSP, que estava prometida para a Freguesia da Ajuda e que não havendo nada em contrário certamente continuaria nos planos da Câmara para ser incluída nos dois lotes iniciais da Rua das Açucenas, logo que estivesse concluída essa obra. -----

----- A terminar, disse que na Freguesia da Ajuda ainda existia um aglomerado de barracas, conhecido pela Travessa do Pardo, também estava esperançado que em 2002 essas barracas fossem demolidas e os moradores fossem realojados, isso não tinha acontecido e desejava que tal se concretizasse o mais rápido possível. -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)**, no uso da palavra para pedir esclarecimentos, disse que apenas desejava perguntar ao Presidente da Junta de Freguesia da Ajuda, assim como aos Deputados Municipais Presidentes de Junta que falaram anteriormente, onde estiveram nos últimos 12 anos. É que ele tinha estado na Assembleia Municipal nos últimos 12 anos e das duas uma: ou o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Ajuda tinha andado distraído durante esse tempo ou estava de má-fé e qualquer dessas coisas era grave. -----

----- É que, de facto, vir-se dizer ali que depois de 12 anos em que não lhe tinham construído o mercado que se o construíssem em 4 anos era mau! Bom, se ganhar dois terços do prazo era mau, não sabia onde ia buscar essa postura tão negativa! -----

----- Por outro lado, vir dizer também que o gimnodesportivo que não lhe construíram em 12 anos, se eventualmente deslizesse de 2003 para 2004 era negativo, só tinha a lamentar porque o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Ajuda deveria estar contente por a freguesia, finalmente, vir a ter um mercado e um gimnodesportivo. ----

----- Onde esteve estes 12 anos, perguntou. -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Granadeiro (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia da Ajuda, no uso da palavra para responder ao pedido de esclarecimento, disse que nos últimos 12 anos esteve na Freguesia da Ajuda porque estava lá há mais de 20 anos. Há 4 anos era Presidente da Junta e desde essa data, em conjunto com as populações, se desencadeara o processo para a construção do pavilhão e para a construção do mercado da Ajuda, bem como outros processos que conseguiram que fossem incluídos nos projectos e na política da Câmara Municipal. -----

----- Referiu que tinha dito há pouco que o projecto estava incluído no Plano de Actividades, e pretendia acrescentar que se não tinha sido construído há mais tempo foi porque a Assembleia Municipal chumbara o projecto para aquela área. Há dois anos retomaram a questão, o estudo prévio estava feito, portanto o polidesportivo

estava em condições de ser construído. Esperava que não tendo sido feito em 2002 pelo menos em 2003 estivesse no Orçamento para se iniciar. Não dizia que estava contra ele estar nos documentos para 2004, o que entendia era que 2003 seria o ano em que deveria estar. -----

----- Em relação ao mercado, disse que o projecto estava concluído e pronto para concurso em 2001, portanto o que achava estranho era que um mercado demorasse quatro anos a ser construído. -----

----- Disse, a concluir, que estava ali porque tinha sido eleito e representava a população da Ajuda, e se a população da Ajuda o elegera, neste e no mandato anterior, foi para a ser ele a defende-la ali e mais ninguém. -----

----- **A Deputada Municipal Graça Mexia (PCP)**, no uso da palavra, disse que a sua intervenção tinha por finalidade abordar um tema que, infelizmente, tinha sido muito pouco abordado nesta reunião, que era a intervenção social na Cidade de Lisboa, as Grandes Opções e o Orçamento para as executar em 2003. -----

----- Disse, então, que a 8 de Maio de 2002, foi distribuído, vindo directamente da Presidência da Câmara e assinado pelo Sr. Presidente, um importante documento que, na página 10, precisava claramente as competências da Sra. Vereadora Maria Helena Lopes da Costa quanto à acção social da Câmara. -----

----- Desse documento, que não ia ler porque todos o tinham com certeza, apenas diria que em relação à acção social, no ponto dois, se escrevia: “executar a política de prevenção e combate às toxicodependências, elaborando os projectos e estabelecendo as acções correspondentes, estabelecer o relacionamento e representar o Município junto dos vários organismos públicos, e de outras entidades públicas e privadas, no âmbito da acção social e de prevenção e combate às toxicodependências”. -----

----- Acontecia, porém, que muitos dos pontos e das questões urgentes que ia mencionar, provavelmente poderiam ser tratadas e trabalhadas, em primeiro lugar e até antes de terem misteriosamente desaparecido das Grandes Opções, se a Sra. Vereadora tivesse, como foi instada por duas vezes, reunido com a Comissão Permanente para a Promoção da Igualdade de Direitos e Oportunidades, onde esse assunto tinha vindo a ser tratado. -----

----- Disse que aquando da apresentação da proposta de Orçamento na Câmara, a Sra. Vereadora Teresa Maury frisara, veementemente, que este Orçamento para 2003 era, citou: “um Orçamento de grande contenção de despesas, mas vamos procurar não abandonar determinadas actividades como a acção social”. Perguntava: “Não vão abandonar?” Oxalá! -----

----- A verdade era que frequentemente as verbas orçamentadas não correspondiam às opções definidas, ou, mais claramente, não havia dinheiro para fazer aquilo que se dizia que se ia fazer, ou um claro desfasamento entre as opções e as verbas. E já nem queria falar das promessas eleitorais porque então pior ainda! -----

----- É que, de facto, verificavam uma efectiva redução de verbas na área da intervenção social, assim como nos protocolos de delegação de competências para as Juntas de Freguesia, que tão importante e decisivo papel tiveram nos últimos anos na área social. -----

----- Referiu que nas Grandes Opções do Plano, que todos tinham na mão, logo na página 3 se dizia: “As pessoas é que são a preocupação primeira da nossa acção política. É inaceitável o número de munícipes que vive numa situação precária. A desintegração social, a miséria, a solidão, a toxicodependência e a falta de estímulos para uma plena realização pessoal, constituem chagas na nossa sociedade, que não ignoramos e contra as quais envidamos toda a nossa atenção e esforço”. -----

----- Seria assim? É que no Orçamento era tudo ao contrário do que aí estava escrito! -----

----- Depois aparecia que iam fazer a “protecção” da toxicodependência – devia ser uma gralha – com certeza prevenção também não iriam fazer, mas estava bem! -----

----- Seguidamente disse que não ia ler, mas sugeria que lessem, porque era um modelo espantoso de como conseguir em 12 linhas não dizer absolutamente nada. Estava na página 25 das Grandes Opções do Plano, onde se falava de apoiar, coordenar, acompanhar, avaliar trabalho em parcerias! Mas quais parcerias? Que parcerias estavam a haver na toxicodependência? -----

----- Por outro lado, falava-se também em motivar para uma vida livre de drogas! Mas como? Por exemplo dando apoio apenas ao desporto federado? Eram os toxicodependentes que faziam desporto federado? -----

----- Continuando, disse que no relatório de 2002 do Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência da Cidade de Lisboa, a que teve acesso, salientava-se na página 29 “a grande importância que têm vindo a ter as parcerias interinstitucionais, nomeadamente a articulação com as autarquias na cedência de espaços físicos para instalação de unidades especializadas e também no apoio a projectos de instalação ou, ainda, na facilitação de transporte para consultas para as unidades de desabilitação, como por exemplo Taipas e Xabregas, ou para as comunidades terapêuticas, como por exemplo o Restelo”. Mas nas Grandes Opções desaparecia todo esse aspecto, não havia rigorosamente nada sobre essas parcerias. Desapareceram mesmo? De facto, nesta política de contenção não dava jeito nenhum falar ao mesmo tempo de humanização, porque era difícil falar em humanização e em dinheiro ao mesmo tempo. -----

----- Prosseguindo, disse que gostava de saber o que se passava sobre o relatório das contas finais para a liquidação do Gabinete de Reconversão do Casal Ventoso. Essa iniciativa, que prestara um trabalho extraordinário à população da cidade, e não só aos toxicodependentes, que começara em 1994 e acabara em Junho de 2002, que teve o apoio da União Europeia, ia agora apresentar contas. Não ia ler o relatório da Câmara, mas chamava a atenção, porque temia que depois não se falasse nisso, que certas verbas que transitavam do Gabinete deveriam transitar para o mesmo fim, ou seja para a prevenção da toxicodependência. Seria assim? A verdade era que não apareciam! Seria para o tal URBAN 2 que transitariam as verbas que vinham do Gabinete de Reconversão? Perguntava isso à Sra. Vereadora porque embora quem aparecesse como responsável pelo relatório fosse a Eng^a Judite Lopes, ela dava como interlocutora a final a Sra. Vereadora Helena Lopes da Costa. -----

----- De facto, porque algumas dessas verbas eram avultadas desejava saber como transitavam, se seria para o Projecto Alkântara. É que se era, isso não era prevenção

da toxicodependência! Não conseguia perceber, era tudo muito dúbio, tudo muito escuro. -----

----- Em resumo, sobre o relatório dessa comissão liquidatária do Gabinete de Reconversão do Casal Ventoso, não perguntava se as contas estavam certas, se o relatório estava certo ou se a fiscalização das contas foi impecável, ou mesmo se a comissão liquidatária tinha funcionado bem, o que perguntava era onde estavam os toxicodependentes em Lisboa, se também tinham sido liquidados pela comissão. Ou seria que com a extinção do Gabinete deixara de haver toxicodependentes em Lisboa?

----- Convidou os Vereadores, e também os Deputados Municipais que o desejassem, a ir à Av. Almirante Reis, ao Martim Moniz e ao Intendente, para verem que nem se conseguia circular de carro devido às pessoas que estavam caídas no chão. -----

----- Portanto, perguntava qual era o grande plano que a Câmara tinha para a prevenção da toxicodependência, porque quando se fizera a reestruturação dos serviços da Câmara – o próprio Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa chamara a atenção para isso – perderam-se pessoas que tinham uma longa e proveitosa experiência. Esses trabalhadores foram integrados na nova Direcção Municipal? -----

----- Estas, disse, eram opções diferente daquelas que fizera o “Governo Lula”, logo no segundo dia de trabalho, que transitara para matar a fome dos brasileiros o dinheiro para a aquisição de caças-bombardeiros. Opções! -----

----- Disse, ainda, que das Grandes Opções e Orçamento da Câmara, ressaltava, pelo menos a nível da intervenção social, que as opções a nível social davam muito pouco *show* e dava muito trabalho essa coisa de se pensar mais nas crianças, nos idosos, no desporto e na verdadeira cultura. Com certeza que tinham outras ideias, com certeza que tinham outras grandes opções, por exemplo fomentar a droga do jogo no Parque Mayer, os “Senhores são coerentes, são iguais a si próprios, é a vossa própria ideologia, mas não se esqueçam de contactar a vossa Ministra da Justiça para fazer mais prisões”. -----

----- É que dos reclusos das cadeias portuguesas grande número estava em prisão preventiva, a maioria por questões ligadas à toxicodependência e 80% dos sem-abrigo eram toxicodependentes. Mas que não se esquecessem de contactar a Ministra, que ainda ontem esteve a jantar no Linho, porque talvez ela soubesse que a sobrelotação das cadeias portuguesas era de 22,3%. -----

----- Terminou pedindo que avisassem a Sra. Ministra porque com esta política, com este desinvestimento no social, a única solução seria fazer mais cadeias para Lisboa.--

----- **O Deputado Municipal Luís Campos (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Santiago, no uso da palavra, disse que teve o prazer de ouvir o Sr. Presidente da Câmara dizer que este ia ser o ano para resolver “n” problemas: piscinas, pavilhões, parques de estacionamento, trânsito, estavam à espera disso, e também fizera um alerta para o casco velho da cidade. Não ia falar, como alguns dos seus colegas falaram, nos núcleos históricos da Cidade de Lisboa, mas no seu casco velho para referir que a Câmara não sabia onde ficava Alfama, o Castelo ou Santiago ao misturar tudo no mesmo saco! -----

----- De facto, tivera ocasião de deduzir que o Pátio D. Fradique e o Pátio do Carrasco estavam em Alfama e não em Santiago, o que certamente teria sido um pequeno lapso dos serviços camarários! Mas o certo era que após um despacho do Sr. Presidente da Câmara em que se dizia que nada se passaria nas freguesias sem que os respectivos Presidentes tivessem conhecimento, via nas Grandes Opções reabilitar o Pátio D. Fradique e o Pátio do Carrasco, e perguntava onde estavam os planos para que soubessem o que se ia fazer? -----

----- É que quanto o Pátio D. Fradique havia um acordo com as irmãs de que era preciso reocupar mas nada se sabia na Junta de Freguesia. Como era possível reabilitar o Pátio D. Fradique? -----

----- E o Pátio do Carrasco como seria possível reabilitá-lo quando não se sabia onde moravam os senhorios para que se pudesse entrar em contacto com eles? Isso era utópico, não podia fazer parte duma gestão camarária coerente! Isso não existia na cabeça de ninguém! E os Presidentes de Junta do CDS-PP e do PSD que se lembrassem que também tinham problemas dessa ordem. Se calhar não tiveram coragem para os pôr, mas isso era um problema deles, não era o seu. -----

----- Terminou dizendo que hoje mesmo teve conhecimento que os Jogos de Lisboa se iriam realizar, mas com uma pequena *nuance*: não era a Câmara que os ia fazer mas sim iria entregá-los às associações e às federações para que estas os fizessem que a Câmara os financiaria. -----

----- **O Senhor Presidente em exercício**, terminadas as intervenções, deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às várias matérias que foram postas. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra para responder às questões colocadas no debate, começou por dizer que não podia responder a tudo porque tinha só 20 minutos para o fazer, o que desejava que ficasse esclarecido e desde já pedia desculpa a quem não pudesse responder. -----

----- Disse, depois, que ouvira quase todas as intervenções e pensava que essa deveria ser a atitude do Presidente da Câmara em relação à Assembleia Municipal e às intervenções dos Deputados Municipais, como estava certo que assim teria acontecido no passado, acontecia agora e aconteceria no futuro. -----

----- Contudo, em relação às intervenções ali havidas desejava dizer que não havia intervenções de primeira e de segunda, mas havia intervenções, como era evidente, não diria com um recorte literário ou intelectual, mas enfim com um nível de profundidade no tratamento dos assuntos e também de elegância na maneira de falar que se distinguiam de outro tipo de intervenções que procuraria deixar mais de lado porque o tempo era limitado como já havia dito. -----

----- Mas começava por dar um exemplo. Numa intervenção dum Deputado Municipal do Bloco de Esquerda, foi dito: “esta não é a Câmara que Lisboa precisa, é uma Câmara que fundamentalmente fará em 2003 túneis e parques de estacionamento, nomeadamente em altura”. Isto foi o que foi dito! -----

----- Pessoalmente tinha o entendimento que na política, como na vida, deveriam procurar dizer aquilo que correspondia à realidade dos factos, e estivera a conferir “os factos” das verbas inscritas no Plano de Actividades para 2003 e reparara que da verba

de cerca de 550 milhões de euros estavam previstos cerca de 17 milhões de euros para os túneis: o das Amoreiras, o do Rêgo e o da Av. Infante D. Henrique e 10 milhões de euros para construção de parques de estacionamento. Ou seja, 17 milhões de euros do total de 550 milhões de euros do Plano de Actividades, que representavam um valor percentual de cerca de 3,6%. Mas era isso que se dizia que era o essencial do que a iria fazer! -----

----- Se a generalidade dos cidadãos de Lisboa tivesse oportunidade de ouvir tudo o que ali se disse e de conferir com a realidade, estava certo que a prova dos nove estava feita porquanto isso era elucidativo. Mas foi dito que isso era o que a Câmara iria fazer! -----

----- Por exemplo, foi questionado também por uma Deputada Municipal o que se ia fazer com o dinheiro que sobrava do Casal Ventoso, ao que respondia que à Promoceuta se deviam 455.377,00 euros, à banca se deviam 38.990.000,00 euros e de expropriações havia 5 milhões de euros por pagar. Portanto, o dinheiro que transitava do Casal Ventoso eram esses milhões de euros que a Câmara tinha para pagar, fora acções no valor de cerca de 40 milhões de euros – cerca de 8 milhões de contos – pelas quais estavam a responder em tribunal. -----

----- Por conseguinte, isso era o que transitava do Casal Ventoso! Se os cidadãos de Lisboa tivessem ouvido essas intervenções diriam: “aqueles malandros fecharam o Gabinete do Casal Ventoso, obra extraordinária, ficaram com o dinheiro e o dinheiro agora não vai para a toxicodependência!” Mas, vendo-se a realidade, ela era aquela que referira. Portanto, isto parecia uma sala de cinema: dum lado ficção já que estavam a falar de um mundo que não existia, e do outro a realidade que era o facto de ter acabado o Gabinete do Casal Ventoso. E foi a própria Deputada Municipal que disse: “vai-se ao Intendente, vai-se a outros sítios de Lisboa e lá estão os toxicodependentes”. -----

----- E por força do que se fizera no Casal Ventoso sem o devido enquadramento, sem a devida programação e sem o devido planeamento, o que aconteceu foi que não estavam no Casal Ventoso mas estavam noutras zonas de Lisboa como era sabido por todos os lisboetas. Isso era o que se chamava tratar assuntos sérios com superficialidade! Sabiam disso as forças de segurança como sabia também a Câmara com as forças de segurança que tinha no terreno, porque cada vez mais tinham que ter piquetes, tinham que ter homens da Polícia Municipal em conjunto com a PSP por toda a Cidade de Lisboa, porque lhes pediam que tivessem lá gente 24 horas por dia, e não chegavam os efectivos que tinham. Hoje em dia era desde o Largo de Santa Catarina ao Intendente, ao Bairro Alto, por todo o lado tinham que ter essas pessoas presentes. -----

----- A PSP dava pouco, e por isso quando hoje chegara à Assembleia vinha de trabalhar com o Primeiro-Ministro nesses assuntos de Lisboa e também a pedir-lhe que formandos dos cursos da PSP fossem libertados para a Polícia Municipal porque a Câmara precisava de novos elementos na Polícia Municipal, apesar de com a recente reestruturação se terem colocado na Polícia Municipal funcionários administrativos

para não haver um único elemento da Polícia Municipal em funções administrativas e poderem estar todos na rua. -----

----- Mas ouviram ali uma intervenção a dizer: “o que é que vão fazer com este dinheiro?” e desejava dizer que o que aconteceu foi o Gabinete do Casal Ventoso acabar exactamente quando estava previsto que acabasse pela anterior Vereação. Ou seja, acabara no prazo que estava previsto, no dia 30 de Junho de 2002! Não foi a actual Câmara que disse que ia acabar, foi a anterior Câmara que previra que acabasse naquele dia, como previram também que esta nova fase do URBAN, o URBAN 2, passasse a ser gerida pela Câmara Municipal de Lisboa. Isso era o que estava previsto na lei feita pelos próprios! Portanto, foi a anterior Câmara que previra que o Gabinete do Casal Ventoso acabasse naquela altura, o que a actual fizera foi, como a lei determinava, fazer o relatório de apuramento de contas e liquidação. -----

----- Naturalmente o que a anterior Câmara previra foi que fosse ela a fazer a liquidação de contas, mas se o povo disse que queria que entrassem outros ele disse não tinha culpa. Ou, se tinha alguma culpa, era pouca! -----

----- Portanto, ao ouvir intervenções desse género pensava às vezes que estava noutra planeta, que não estavam todos no mesmo! É que era uma lei proposta pela Dra. Judite Lopes, que estava na Fundação Vieira da Silva, eram assessores que estavam e que lá continuaram a trabalhar e que entraram em liquidação. Aliás, uma das primeiras cartas que recebeu foi do Presidente do Gabinete do Casal Ventoso a dizer-lhe que iam entrar em liquidação e que tratasse da questão tal como previsto na lei. E agora ouviam ali uma intervenção de 20 minutos a querer dar a entender que tinha sido esta Câmara que congeminara esse esquema extraordinário. -----

----- Quanto ao que constava do Plano de Actividades, disse que a Câmara tinha que fazer opções. Estavam 224 milhões de euros consagrados às prioridades que assumiram perante o eleitorado: reabilitação e conservação de edifícios. Eram 178 milhões de euros para aquisição e 45 milhões de euros para a reabilitação, portanto era cumprir aquilo que prometeram aos eleitores. Isso representava 41,7% do Plano de Actividades num esforço financeiro sem precedentes. -----

----- Ou seja, referiram ali que o essencial do que iam fazer eram túneis e parques de estacionamento, quando, de facto, quase 50% do Plano de Actividades era para reabilitar e conservar. -----

----- Disse, ainda, que ao ouvir determinadas intervenções de alguns e algumas Presidentes de Junta da bancada do Partido Comunista tinha que concluir que havia ali qualquer coisa de errada, e isso levava-o a perguntar como era que havia tanto problema em Lisboa que durante doze anos não se resolveram e agora queriam que, num ano, eles fossem todos resolvidos. -----

----- A um Deputado Municipal que falara nos buracos, perguntou-lhe se tendo a Câmara tomado posse em Janeiro e só em Abril teve Orçamento aprovado, pensaria que ela contratara empresas para abrir buracos em Lisboa. Os buracos não eram culpa desta Câmara porque não foi ela que asfaltara nos anos anteriores, depois em Setembro começara a chover, estava a chover ainda, apareceram os buracos e agora queriam que eles já estivessem tapados? -----

----- Sobre a intervenção de um Deputado Municipal que referira que pensava que Lisboa ia ser uma cidade feliz mas que afinal Lisboa Feliz foi um sonho, ou um sono, disse que julgava que respondessem ao seu *slogan* a dizer que Lisboa já estava feliz e que ele, portanto, não teria nada que dizer isso. Ou seja, reconheceram que Lisboa não estava feliz e agora estavam a reconhecer que era um sonho! Pois era, mas estavam ainda no primeiro ano de mandato! Apresentaria contas, se não fosse forçado a fazê-lo antes ou se não decidisse fazê-lo antes, no final dos quatro anos de mandato e aí é que os lisboetas teriam de dizer se estavam mais felizes ou não estavam, porque ninguém era julgado pelo seu trabalho na primeira das quatro partes do mandato que tinha. -----

----- Agora, também lhes dizia pelo que viu sobre o que os lisboetas pensavam do trabalho da Câmara, que cerca de 50% achavam-no bom ou muito bom e que 82% consideravam-no positivo, e muitos eram eleitores do Partido Comunista e do Partido Socialista! Aliás, não havia uma Câmara no País que tivesse uma apreciação do seu trabalho com resultados como esses. O resto é conversa, como diz o povo. -----

----- Estas é que eram as realidades, porque o resto, como dizia o director dum conceituado semanário, “é popularidade pura, sem obra”. Sem obra? Mas quem é que num ano programara, planeara e fizera o Bairro Alto, as intervenções no Chiado, a lista dos imóveis degradados e reabilitá-los como a Vila Teixeira? -----

----- A propósito da Vila Teixeira, disse que o Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara referira que ele nunca lá foi, quando, na verdade, ele foi à Vila Teixeira estavam lá as televisões e o Presidente da Junta de Alcântara estava ao seu lado. Por mediatismo, chegara-se! De facto o Presidente da Junta de Alcântara estava lá e disse que tinha a louvar o Presidente da Câmara por ter resolvido um problema, em meses, que há muitos anos estava para ser resolvido. Como, aliás, o do Vale do Forno que também há muitos anos estava para ser resolvido e a Câmara ia resolvê-lo agora. -----

----- Quanto à acusação de que visitava as freguesias sem avisar, disse que como Presidente de Câmara era o que faltava! Havia os que viajavam muito, não ia visitar Milosevic mas andava por Lisboa e não precisava de avisar ninguém a toda a hora que andava por Lisboa em trabalho. Não andava em gabinetes nem com as grandes personalidades do poder, e tendo até a fama de gostar de acontecimentos sociais não era ele que andava no meio deles, porque ele andava a trabalhar junto das populações. Ia muitas vezes à Freguesia de Carnide, já voltara lá ao Vale do Forno mesmo sem estar com o Presidente da Junta e sem protecção e sem polícia. -----

----- Sobre a intervenção do Presidente de Junta da Ameixoeira, disse que era extraordinário que a Câmara fosse acusada por assinar protocolos. Um seu assessor disse-lhe que era para pagar ainda em 2002 para não ficar para 2003. Assinara, depois saíra de carro e agora chegava ali e ainda ouvia isso. Aliás, tinha dito a um assessor seu “eu bem vos disse que ia levar por estar a assinar os protocolos para ainda pagarmos em 2002 às Juntas de Freguesia”! De facto, havia uma coisa que era realidade e outra que era ficção! -----

----- Referindo-se à intervenção do Deputado Municipal Dias Baptista, disse que ele, de facto, fizera uma intervenção que falava dos problemas. Podia discordar daquilo que ele disse, mas realmente foi uma intervenção em que falara dos problemas reais. --

----- Na verdade, o Deputado Municipal Dias Baptista, em relação ao túnel, achava bem que se fizessem dois desnivelamentos como achava que a opção da Câmara era profundamente errada. Mas não estava nada de acordo com isso! -----

----- O PS dizia que era certo fazer o desnivelamento na Rua Artilharia Um e na Rua Castilho, mas perguntava-lhe se desde que fizeram o túnel nas Amoreiras, no tempo do Eng^o Abecasis, entendia que passaram a entrar mais carros em Lisboa. Se fizessem apenas túneis na Rua Artilharia Um e na Rua Castilho naturalmente continuariam a entrar mais carros em Lisboa, ou seria que o Deputado Municipal Dias Baptista entendia que só vinham mais carros para a cidade por haver mais abaixo o túnel na Praça Marquês de Pombal? -----

----- É que se se desnivelava apenas na Rua Artilharia Um e na Rua Castilho essa é que seria uma opção errada. Aliás, essa era a opção do tempo do Dr. Jorge Sampaio, que foi retirada, e bem, porque assim continuavam com os carros todos a circular até à Praça Marquês de Pombal e aí entupiam nos semáforos. Isso é que seria errado para Lisboa. -----

----- O PS referira que essa opção subscrevia, mas na verdade a Câmara tinha estudado a questão a fundo e concluíra que fazer o desnivelamento na Rua Artilharia Um e na Rua Castilho e depois entupir na Praça Marquês de Pombal não fazia sentido nenhum. Tinha que também desnivelar aí e esses desnivelamentos tinham que ir até à Av. Fontes Pereira de Melo e à Av. António Augusto de Aguiar. Mas com o tempo veriam se essa opção era certa ou não! Estava profundamente convencido que era certa, como estava profundamente convencido que era bom haver televisão privada em Portugal e passara dez anos da sua vida política a ouvir o Partido Socialista a dizer que a televisão privada era reaccionária e que nunca deveria existir em Portugal porque era contra a democracia e o Estado de Direito. Como, aliás, ouvira também dizer durante anos que o Centro Cultural de Belém era um atentado ao património nacional e à inteligência dos cidadãos, e hoje em dia via o que se passava em relação a esses aspectos da vida em comunidade. -----

----- A sua opção não era fazer obras como, por exemplo, dizer ao Metro: “olhe, pinte-me o Rossio”. Depois, contas: estavam na Câmara 600 mil contos por pagar, ou mais! Ou então dizer à Bragaparque: “faça-me um parque de estacionamento ali na Praça da Figueira”. Estavam também na Câmara meio milhão de contos para pagar! -----

----- Portanto, obras queriam fazê-las mas assumindo-as nos orçamentos da Câmara.---

----- Mas gostava de dar uma explicação à Assembleia porque esse era um ponto real que tinha a ver com a essência das opções políticas, até com questões ideológicas como ali foi dito, embora, diria, com as novas e não com as velhas ideologias. Quando faziam um orçamento para gestão desses instrumentos financeiros, para os fazerem bem não podiam ir só para as previsões do início dos anos anteriores, teriam que olhar também para os orçamentos corrigidos para ver qual foi a execução real. -----

----- Por isso, podia dizer que fizera a opção de cerca de 250 milhões de euros para a reabilitação e reconstrução, portanto cerca de metade do Orçamento, e depois as verbas que foram destinadas à área social, ao desporto e à cultura: 17 milhões de euros que estavam na cultura – sem a transferência para a respectiva empresa municipal

para onde passaram muitos dos equipamentos culturais – 24 milhões de euros que estavam na área social e os 15 milhões de euros que estavam no desporto, nenhum desses montantes eram abaixo, pelo contrário eram acima das execuções orçamentais de 2001 e 2002. Em 2001, quando a Câmara era governada pela coligação de esquerda, gastara-se menos, quer na área social, quer no desporto, quer na cultura, do que aquilo que estava previsto para 2003, como, de resto, também em 2002. Aliás, a execução na área da cultura, até ao final do mês de Novembro, era de 8 milhões de euros quando estavam inscritos 28 milhões. -----

----- Portanto, na feitura dos orçamentos o que tinham que ver era os desvios/padrão para depois, em função deles, poderem fazer um orçamento tão real quanto possível em relação àquelas que eram as necessidades do Município. -----

----- Também em relação à criança e à juventude, à habitação social e à acção social o que estava inscrito, e fizera questão nisso, era superior àquela que foi a execução real nos anos de 2001 e 2002. -----

----- Por isso, também nesse domínio estava de consciência tranquila. Oxalá conseguissem ir buscar todas as receitas necessárias para fazerem cumprir o Plano porque ele, nesse aspecto, era ambicioso já que não sacrificava nenhuma dessas vertentes fundamentais e ao mesmo tempo fazia a grande aposta naquela que era uma grande necessidade da Cidade de Lisboa quanto ao seu parque edificado. -----

----- Relativamente às transferências para as Juntas de Freguesia, disse que as verbas aumentavam, em termos reais, já que seriam transferidos cerca de 21 milhões de euros em 2003. -----

----- Portanto, em relação à generalidade dos compromissos, estavam de consciência tranquila e iriam cumpri-los. A grande questão que se colocava para a Câmara era, de facto, ir buscar esses capitais alheios de que necessitava como de pão para a boca. -----

----- Sobre a questão dos jovens habitar as áreas centrais da cidade e a *guettização* da cidade, disse que não ia falar disso, mas sobre o que foi dito de parar as obras pegava no exemplo que foi dado do Presidente da Junta de Marvila para dizer que na verdade tinha ido em Abril a Marvila e tinha visto aquelas pinturas em relação às quais os moradores desses bairros sociais de Marvila, Chelas, Zona J e Lóios lhe perguntaram dizendo. “mas porque é que os senhores não põem isto nos vossos bairros?”. Elas podiam ser até geniais, daqui a 10 anos podiam vir dizer que o Arqtº Tomás Taveira era melhor que o Arqtº Guery ou Foster, podiam dizer o que quisessem, porque a verdade, como bem devia saber o Presidente da Junta de Marvila, era que os moradores se revoltavam com o que ali estava. -----

----- Recordou que tinha lá ido com a Sra. Vereadora e disse para parar a pintura que ainda faltava, pedira um orçamento para ver quanto custava repintar os prédios todos, era um milhão de contos e então disse que a Câmara não tinha dinheiro para isso. Aliás para uma empena que faltava pintar estavam previstas sete daquelas cores extraordinárias que lá estavam. Disse então para pararem porque iam fazer o devido enquadramento para ver se ainda podiam meter numa ETD – Empresa de Trabalhos Diversos, o que faltava pintar, mas o tempo não tem ajudado porque essa empena que faltava pintar não estava impermeabilizada. Tinha que estar pelo menos uma semana

sem chover, as outras estavam já pintadas mas como tinham aquelas cores muito fortes, com muita pigmentação, tinham que levar mais três demãos para ficar a cor branca em cima das cores que agora tinham. Eram assuntos que acompanhava e sabia, como sabia da generalidade dos assuntos que tinham a ver com os problemas reais dos cidadãos de Lisboa. -----

----- Portanto, se ia lá não era por ter acordado bem ou mal disposto, mas sim porque ouvia as pessoas dizerem para parar com aquilo. Como tiveram também que desentupir os esgotos todos de prédios onde eles entupiram precisamente porque não tinham sido acabados como devia ser; fazer a pavimentação do passeio naquela zona toda que o Presidente da Junta de Marvila bem sabia, porque o passeio não tinha sido feito. Ou seja, fizeram os prédios e nos anos todos que seguiram não arranjaram os passeios, e dum lado puseram um piso de cerâmica e do outro tinham agora queriam pôr calçada, numa falta de planeamento verdadeiramente inacreditável. Portanto, não era acordar mal ou bem disposto, mas sim ter que resolver os problemas que outros criaram. -----

----- Como era também acabar com a construção excessiva, dada ou à Fenache ou à cooperativa que geria Escola Superior de Actividades Imobiliárias, em taludes que não aguentavam a construção que estava prevista para aquela zona. Não era por acordar mal disposto que dizia que enquanto fosse Presidente da Câmara não construíam naqueles taludes. Eles eram essenciais para a defesa da qualidade de vida e não queria prédios em cima de outros prédios. -----

----- Como também no prédio da pantera cor-de-rosa, nos Lóios, a Fenache não iria construir ali! Junto do pavilhão pré-fabricado do desporto e do centro-de-dia, iriam ter uma zona de lazer e uma zona de parque desportivo. -----

----- Aliás, o que o espantava era que mais vezes se não tivessem insurgido contra esse atentado aos direitos e à qualidade de vida das pessoas com mais construção sobre construção. Não queria saber se eram privados, cooperativas ou a Câmara, porque não se podia construir tirando o direito às vistas das outras pessoas. -----

----- Portanto, era isto tudo que tinha a ver com a realidade de Lisboa! O resto era ficção, era estar ali a inventar maus da fita onde eles não existiam! -----

----- Isso tudo estava feito, levantado, inventariado ao mesmo tempo que se fizera a reorganização da Câmara, a reestruturação os serviços e das empresas municipais. Fazer face aos passivos também, o seu saneamento financeiro e o seu funcionamento!

----- Agora, passar a pagar entradas no Castelo de São Jorge mas isentar os fregueses da freguesia respectiva de o fazerem. Tudo isso teria que ser estudado e posto em prática, como encomendar a central de comunicações de segurança e fazer o respectivo concurso público para a Polícia Municipal que não tinha e por isso não tinham meios de controlar as forças de segurança no terreno, como também a Polícia Municipal não tinha *walkie-talkies*, falavam de telemóvel uns com os outros. -----

----- Tudo isso num ano, e um ano depois de doze anos de outra equipa ter estado em funções! -----

----- Disse, depois, que foi ali perguntado onde estavam as piscinas, que esperassem que elas iriam aparecer, como apareceram também na Figueira da Foz onde esteve.

Mas afinal queriam o quê? Não inventaram piscinas que se fizessem em doze anos e agora queriam que ele inventasse umas que se fizessem em doze meses? Desde programar, planear, construir só se fosse daquelas de pipo! Se quisessem comprava umas daquelas de encher, de dar ao pé, e punha-as na cidade, só que isso também a oposição o poderia ter feito em doze anos de poder. -----

----- Isto era inacreditável! Era como a questão do saldo de 50 milhões de euros, porque, na realidade, transitara um saldo de 50 milhões de euros mas só de facturas por conferir eram 60 milhões de euros. Isto era um saldo de tesouraria fora as outras responsabilidades da Câmara, porque a Câmara deve 120 milhões de contos. -----

----- Quanto à referência feita ao Benfica e ao Sporting e de a EPUL estava condicionada, disse que a Câmara trouxera à Assembleia os contratos-programa porque tinham que resolver esse problema do País, mas pedia que deixassem passar mais alguns meses porque nessa altura andaria tudo a dizer “viva o Euro 2004”. Mas também recordava que não foi a Câmara ou o PSD que lançara dez estádios para o País quando, por exemplo, a Áustria e a Suíça concorriam juntos. Não foram, mas estavam a trabalhar para resolver esse assunto. -----

----- Quanto à questão do mercado da Ajuda, disse que a Câmara ia fazê-lo como também ainda esta semana iria resolver a questão da Rua das Açucenas tomando a decisão final, e não iria haver prejuízo no número de fogos em relação à solução final, já com parecer do Arqtº Gonçalo Birn, para os residentes na Ajuda. -----

----- Havia ali um edifício que levantava problemas grandes à via da meia encosta, mas podiam construir outros numa zona que ainda estava disponível. Também nisso estiveram a trabalhar para solucionar. -----

----- Sobre o pavilhão do Rio Seco disse que iam ver, mas, de facto, era uma zona toda ela muito complicada. -----

----- No tocante à demolição da sede do centro de desporto, em Marvila, disse que foi uma ordem de demolição sua. -----

----- Passando à questão das portagens na CREL, disse que como Presidente da Câmara se fosse egoísta e só pensasse nos municípios de Lisboa deveria defender as portagens, porque isso é que seria coerente com uma política de recurso aos transportes públicos porque seriam as portagens a dissuadir. -----

----- De facto, achava extraordinário o raciocínio do Deputado Municipal Dias Baptista: havia portagens na CREL os carros iam dar a volta! Mas então como era que se fazia na generalidade das cidades europeias? Era taxar para as pessoas recorrerem mais aos transportes públicos! -----

----- Também dizia que se fosse morador, não abastado mas remediado, nas zonas de Alcabideche, São Domingos de Rana e por aí fora, naturalmente se questionava qual a razão porque os utilizadores da CREL não pagavam e ele pagava para vir para Lisboa de carro ou porque teria que vir de comboio. -----

----- Portanto, só como Presidente da Câmara Municipal de Lisboa sentia-se muito bem ao defender as portagens na CREL! Era a sua posição. -----

----- Aliás, na Segunda Circular passavam agora por dia 80.000 carros mas daqui a quatro/cinco meses fariam um novo estudo para ver quantos passavam mais por haver

portagens na CREL. Era melhor que deixassem a questão em aberto até lá porque estudos prévios havia muitos, também os havia para a Ponte Vasco da Gama e bastava ver quantos carros passavam a mais na Ponte 25 de Abril. -----

----- Por conseguinte, como Presidente da Câmara Municipal de Lisboa sentia-se bem a defender as portagens, embora ninguém defendesse que os outros pagassem com gosto. Não dizia isso com gosto, como era evidente. -----

----- Acerca do que foi referido em relação ao ambiente e ao que se tinha apontado como tendo sido feito no passado, disse que o Vice-Presidente da Câmara já expusera o Plano de Geral de Drenagem; as restrições à circulação automóvel eram um contributo fundamental para a qualidade do ambiente; nos jardins e espaços verdes, a Quinta das Conchas, a Quinta dos Lilases, o Parque Periférico em relação ao qual já tinha sido reconhecido que neste ano lhe procurariam dar o devido desenvolvimento; como também as campanhas contra determinadas pragas de animais que estavam em desenvolvimento; o controlo da praga dos pombos que era nociva para Lisboa como para a generalidade das cidades. -----

----- Sobre a pergunta feita quanto à primazia ao transporte colectivo, disse que o Deputado Municipal que a colocara referiu: “Carris, disse que vinha para cá, esqueceu? Subscribo por baixo. Metro para cá, subscribo por baixo”. Mas realmente foi a Vereação do Partido Socialista que lhe disse para não pôr isso no Plano para a Assembleia porque a Assembleia ainda não se pronunciara sobre isso, e ele, então, tirara. É que realmente tinha isso. Aliás, ainda há bocado estivera a tratar disso com o Primeiro-Ministro! Queriam a Carris não por causa do passivo da Carris, foi isso que disse ao Primeiro-Ministro, era uma questão de lógica de gestão do País. Essas empresas dos operadores públicos dos transportes de Lisboa não podiam estar sob a tutela do Poder Central, o Deputado Municipal que abordara a questão falara que o modelo que estava no Decreto-Lei da Autoridade Metropolitana ainda não era perfeito, isso era um facto mas já era um grande avanço em relação aos tais pecados cometidos, por omissão, durante 14 ou 15 anos. -----

----- Havia poderes que faltavam? Havia! Mas ficava contente por ter uma instância que tivesse poderes financeiros e poderes administrativos onde pudesse estar com a Junta Metropolitana de Lisboa, com o Poder Central e a Câmara de Lisboa, tal como no Porto, estava a Câmara do Porto, a Junta Metropolitana do Porto e o Poder Central. E o Decreto-Lei iria dentro de poucas semanas, duas segundo julgava, a Conselho de Ministros, e hoje mesmo disse ao Primeiro-Ministro que precisavam disso como de pão para a boca para uma política concertada de transportes públicos. E aí é que fariam sentido os parques periféricos, os parques nas entradas da cidade para poderem dizer ao automobilista: “o senhor deixa o carro aí mas tem o autocarro para ir do Estádio Nacional, pela auto-estrada, para chegar à Praça Marquês de Pombal e poder ligar aos transportes públicos.” -----

----- Isso quando pudesse fazer essa concertação com Oeiras, Cascais, Sintra e Amadora, em termos efectivos que tivessem eficácia prática. -----

----- No tocante à renovação da frota na higiene urbana, disse que este ano a Câmara iria renovar cerca de 15% a 20% da frota de recolha de resíduos sólidos urbanos. -----

----- Como também teriam que fazer investimentos nos fornos crematórios porque a capacidade estava absolutamente saturada, e precisavam da ampliação do cemitério de Carnide, que, contudo, só seria possível depois da solução do problema do Vale do Forno. Mas as verbas estavam no Plano porque os fornos crematórios demorariam cerca de dois anos a estar prontos. -----

----- Portanto, era uma imensidão de problemas nas várias áreas a que tinham que fazer frente, e já nem falava da reabilitação. -----

----- Quanto ao que foi referido pelo Presidente da Junta de Freguesia de Santiago sobre o Pátio do Carrasco e o Pátio D. Fradique, disse que o Pátio do Carrasco tinha lá os andaimes, se estava a cair a Câmara teria que o reabilitar tal como ao Pátio D. Fradique. A Câmara estava a trabalhar concretamente com a Fundação Ricardo Espírito Santo para *ateliers* lá instalados, mas o Pátio do Carrasco para o reabilitar e não cair tinha lá uns andaimes há uma data de tempo e não se curava. Portanto, estava no Plano que era para tratarem aquilo que já devia ter sido tratado há muito tempo. Aliás, como na área da reabilitação relativamente a muitos projectos que estavam parados há 10 ou 11 anos e que agora iam andar. -----

----- Sobre as Escadinhas de Santo Estevão, disse que tinha lá andado domingo à noite, entre as 23:30 horas e a 1 hora da manhã, à procura de lugares onde construir estacionamento e também à procura dos lugares onde era necessária a intervenção da Câmara para reabilitação. -----

----- Portanto, com todas essas freguesias a Câmara queria trabalhar em conjunto, mas era bom que respeitassem aquilo que era a verdade reconhecendo o que estava feito e também aquilo que faltava fazer. -----

----- Disse, ainda, que apostava como no final do mandato lhe iriam dizer que ele era obcecado com o que prometera nas eleições! Agora, tinha um calendário em função das disponibilidades financeiras do Município em relação a cada um desses compromissos, e entendia que havia prioridades, e prioridade principal em Lisboa, neste momento, era acorrer ao que estava a cair e a quem vivia mal estando nessas condições. -----

----- Por conseguinte as piscinas viriam a seguir. Já algumas iam arrancar! Por exemplo, quando falavam em Telheiras não era para o Sporting. Era um complexo desportivo que era preciso naquele bairro, que realmente precisava de apoio à vida em comunidade. Havia lá uma piscina que nem sequer era de grande uso pelos munícipes, nomeadamente os mais carenciados. A Vereadora Rita Magrinho falara nesse pavilhão para o hóquei, com certeza para várias modalidades, queriam de facto lá fazê-lo. -----

----- Por outro lado, a Av. Santos e Castro também iria arrancar, já estava tudo pronto para sair, estava-se a acabar de redefinir o nó de Calvanas, estava pronto com a SGAL, embora SGAL tivesse vários assuntos pendentes para tratar com a Câmara em relação às várias contrapartidas que tinha que dar. Portanto, da Av. Santos e Castro e do eixo Norte/Sul estavam prontas as expropriações e estavam definidos os trajectos, como também a conclusão da CRIL! -----

---- Não andaram nos Governos PSD e PS como também na Câmara! Acusavam-no de ter uma grande cumplicidade com o Primeiro-Ministro e diziam que tratasse tudo com ele! Pois queria tratar, como teria sido bom que o anterior Presidente da Câmara tratasse tudo e tivesse uma grande cumplicidade com o anterior Primeiro-Ministro para fazer andar os assuntos que tinham a ver com Lisboa. Agora, o que pensava era que qualquer Presidente de Câmara teria que ter cumplicidade com o Primeiro-Ministro em funções, fosse ele de que partido fosse, para fazer andar os assuntos que tinham a ver com qualquer concelho. -----

----- Disse, ainda, que acreditava no que tinha dito o Deputado Municipal Dias Baptista e outros, de que todos queriam o bem de Lisboa, pelo que desde que falando com verdade, pensando com verdade e agindo com verdade as diferenças seriam o sal e a pimenta da democracia. -----

----- A terminar, dirigindo ao Sr. Presidente em exercício, disse-lhe que substituiria o Dr. João Amaral por uma razão que com certeza todos queriam que não existisse, mas felicitava-o porque era sempre difícil dirigir uma Sessão quando se discutiam o Plano e o Orçamento, pelo equilíbrio e pelo respeito por todos com que dirigira os trabalhos. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra para pedir esclarecimentos, começou por agradecer ao Sr. Presidente da Câmara a explanação que fez à Assembleia, porque, sinceramente, entendia que fizera agora uma explanação bastante melhor que a introdução que havia feito para apresentação dos documentos. -----

----- Aliás tal como estava à espera, por isso o foi desafiando, e julgava que tinha merecido a pena já que efectivamente encerrara bastante melhor a discussão dos documentos que hoje iam votar. -----

----- Disse, depois, que o Sr. Presidente da Câmara lançara ali alguns desafios continuando numa linha que vinha pautando as suas intervenções, ao referenciar a herança que a Vereação anterior deixara. Mas teriam que ser justos e reconhecer o imenso trabalho feito nos mandatos anteriores porque se era certo que o PS reconhecia que havia muita coisa que poderia ter sido feito melhor, também era verdade que se orgulhavam do muito que fizeram pela Cidade de Lisboa. E isso era importante repisar porque, do BE ao PPM, todos, gostando mais ou gostando menos, se reviam nalgumas das muitas coisas que foram feitas pela Cidade de Lisboa e, sobretudo, pensando nos lisboetas. -----

----- E era pensando nos lisboetas que lançava o seguinte repto ao Sr. Presidente da Câmara: o Sr. Presidente da Câmara informara-os, e bem já que se tratava de honrar um compromisso, o que para o PS era sagrado visto que quando honravam os compromissos com o eleitorado estavam a cumprir aquilo que era a função mais nobre da política, que o grande objectivo deste ano iria ser a reabilitação e a requalificação urbana. Felicitava o Sr. Presidente da Câmara porque achava que era disso que Lisboa mais precisava como todos sabiam, mas era incompreensível que com esse objectivo, que era um desiderato de todos, o Sr. Presidente da Câmara não entendesse que os protocolos com as Juntas de Freguesia, no que dizia respeito à habitação, teriam também que forçosamente abranger as habitações privadas. -----

----- Era absolutamente essencial que o Sr. Presidente da Câmara desse esse passo, porque era um passo fundamental para remediar aqueles que eram os mais necessitados dos proprietários e que eram realmente mais pobres que muitos dos inquilinos. Portanto, o repto que deixava era que o Sr. Presidente da Câmara reanalisasse essa questão porque era absolutamente essencial para a Cidade de Lisboa e para os lisboetas que isso fosse feito. -----

----- **O Deputado Municipal Bruno Rolo (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia da Ameixoeira, no uso da palavra para pedir esclarecimentos, pediu ao Sr. Presidente da Câmara que não confundisse as suas palavras porque não criticara a opção de ter atendido um pedido seu de reforço de verba que já vinha de há longos meses. O que criticava, isso sim, era a maneira como tinha sido feito: em cima do joelho, em cima da hora. -----

----- Se tal tinha acontecido devido a algumas dificuldades do Executivo camarário, pedia-lhe apenas que pensasse que os Presidentes de Junta não estavam todos a tempo inteiro. Mas deixava uma pergunta no ar: e se não dia 30 ele não estivesse em Lisboa? Quem seria prejudicada era a população da Ameixoeira porque não seria assinada a adenda do protocolo e o dinheiro não entraria em 2002! -----

----- Portanto, pedia ao Sr. Presidente da Câmara que pensasse nisso, que não se exaltasse, e que não fizesse ameaças de que para o ano quem reclamasse não tinha porque isso parecia-lhe que era o Sr. Jorge Coelho, Deputado do Partido Socialista, que na legislatura anterior fazia ameaças dessas e não se tinha dado muito bem. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra para defesa da honra, disse que tudo tinha limites, e realmente achava inadmissível que num debate destes se utilizasse este tipo de argumentos: sem classe, sem nível e sem nada! Isto era a deturpação de tudo o que era a verdade e a essência da política. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra para responder aos pedidos de esclarecimento, aludindo ao que foi dito pelo Deputado Municipal Dias Baptista, disse que o entendimento e a concepção que tinha da vida política – assim deveria ser a nível nacional e procurava que fosse a nível local – era que quando existia um debate a nível do Plano e do Orçamento, independentemente das maiorias e minorias, quando quem falava pela bancada mais representativa da oposição fazia não um apelo mas uma solicitação a quem dirigia o Executivo em nome do que entendia ser o interesse da cidade, com certeza que existia obrigação da parte de quem dirigia o Executivo de dizer que com certeza iria – não dizia que já o tencionava fazer – corresponder à solicitação feita pelo Deputado Municipal Dias Baptista no sentido de analisar – esperava ter agora mais um pouco de tempo para isso – os resultados das experiências de anos anteriores, admitindo, portanto, a possibilidade de uma reorientação nessa matéria diferente da que existira em 2002. -----

----- Pensava que era assim que se devia agir em democracia e era assim que procurava actuar. -----

----- **O Senhor Presidente em exercício**, terminadas as intervenções, antes de proceder à votação dos documentos, transmitiu à Assembleia e à Câmara o telefonema feito pelo Presidente da Assembleia Municipal, Dr. João Amaral, que cumprimentava

todos e agradecia as manifestações de solidariedade que lhe foram manifestadas nesta reunião. -----

----- Depois iniciou o processo de votação, começando pela recomendação subscrita pelos Deputados Municipais Carlos Marques e Pedro Soares, do BE, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por maioria, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE e a abstenção do PSD, CDS-PP e PPM. -----

----- Quando se ia iniciar a votação da segunda recomendação, subscrita pelo Deputado Municipal Pessanha da Silva, em nome da bancada do PSD, o **Deputado Municipal Dias Baptista** disse que esta recomendação tinha sido distribuída, não houve nenhuma explicação sobre ela, o líder do PSD não falara com ninguém e pessoalmente gostava de perceber se a Câmara estava interessada nessa recomendação, se a considerava importante ou não, porque o PS, a seco, não a iria aprovar. -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Portugal (PSD)** respondeu dizendo que a recomendação era uma sugestão, em termos formais, à semelhança do que fizeram sobre a reestruturação orgânica em termos de prazo, da possibilidade de incorporar, em sede de Assembleia Municipal, um documento adicional para que depois a Câmara o incorporasse no elemento final. Portanto, diria que era de acordo com a sugestão do Executivo nessa matéria, e daí a especificidade técnica e o valor bastante reduzido que se prendia com a questão urbanística de aditar uma taxa adicional para instrução dos respectivos processos, desmembrada em duas parcelas. -----

----- Dado o esclarecimento, o **Senhor Presidente em exercício**, depois de ter dito que a Câmara manifestara anuência positiva a esta recomendação, submeteu-a à votação tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PS, CDS-PP e PPM e votos contra do PCP, PEV e BE. -----

----- Por fim, submeteu à votação a proposta 751/2002, tendo a Assembleia aprová-la, por maioria, com votos favoráveis do PSD, CDS-PP e PPM, votos contra do PCP, PEV e BE, e a abstenção do PS. -----

----- Por unanimidade, a Assembleia aprovou, em minuta, a parte da acta referente à deliberação acabada de tomar. -----

----- Seguidamente, esgotada que estava a Ordem de Trabalhos, deu por encerrada a reunião e com ela a Sessão Ordinária iniciada no dia 3 de Dezembro de 2002. -----

----- Eram 22 horas e 10 minutos. -----

----- E eu, _____, Primeira Secretária, fiz lavrar a presente acta que subscrevo juntamente com a Segunda Secretária, _____.

----- O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO -----